



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS

Relatório Preliminar

Revisão do Plano Diretor Participativo de
Palmas – Setembro 2017



CARLOS HENRIQUE AMASTHA

Prefeito de Palmas

CINTHIA RIBEIRO

Vice-Prefeita

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
SERVIÇOS REGIONAIS**

**Coordenação Geral da Revisão do Plano
Diretor**

RICARDO AYRES

Secretário de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE
PALMAS**

Coordenação Técnica

EPHIM SHLUGER

Presidente do Instituto de Planejamento
Urbano de Palmas

Coordenação dos Trabalhos Técnicos

IAPURÉ OLSEN

Secretário Executivo do Instituto de
Planejamento Urbano de Palmas

Coordenação da Equipe Técnica

MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI

Coordenador de Projetos Urbanísticos
do IPUP

Equipe técnica/Relatoria

DANIELA DA ROCHA FIGHERA

Arquiteta e Urbanista
Advogada
Relatoria da Revisão do Plano Diretor

DANIEL BARTKUS RODRIGUES

Geógrafo
Revisor da base cartográfica

GUILHERME ANTONIO MANTOVANI

Coordenador de Projetos Urbanísticos do
IPUP
Revisor da Planilha de Lançamento

HITALLO RICARDO PANATO PASSOS

Procurador do Município

MÁRCIA PANATO PASSOS

Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MARLI RIBEIRO NOLETO

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MÔNICA RODRIGUES DA SILVA

Coordenadora das Câmaras Técnicas
Diretora de Monitoramento

ROSANA DELMUNDES BEZERRA

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

TAYNARA CRISTINA M. BRANDÃO

Assistente Jurídica
Relatora da Revisão do Plano Diretor

**LINHA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Coordenador

EVERCINO MOURA JÚNIOR

Presidente da Fundação de Meio
Ambiente

Equipe técnica

LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE

Engenheira Ambiental

RAQUEL GONÇALVES FRANÇA

Engenheira Agrônoma

ADRIANO SILVA PINTO

Engenheiro Ambiental

GIORDANE MARTINS SILVA

Arquiteto e Urbanista

TATIANE GOMES DE BRITO COSTA

Engenheira Ambiental

WANDERSON LOPES OLIVEIRA

Engenheiro Ambiental

LINHA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Coordenador

LUCÍDIO GOMES AVELINO FILHO

Superintendente de Urbanismo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais

Equipe técnica

USO DO SOLO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CINTIA CRISTINA DE MIRANDA VIGARINHO

Arquiteta e Urbanista

CLÁUDIA FERNANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA

Arquiteta e Urbanista

ROBSON FREITAS CORREA

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Planejamento do IPUP

VANESSA CHAGAS MITT SILVA MITT

Arquiteta e Urbanista

MOBILIDADE E TRANSPORTE

JOSÉISA MARTINS VIEIRA FURTADO

Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO RURAL

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

Jornalista

Técnico em Agropecuária

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ALAN BARROS BITAR

Diretor de Ciência e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JOÃO ANTONIO PEREIRA

Arquiteto e Urbanista

LÁZARO GOMES DE SOUSA

Economista

RARIANY MONTEIRO

Internacionalista
Diretora de Inclusão Social e Produtiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

ELIAS MARTINS NETO

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Regularização Fundiária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais

LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO

Arquiteto e Urbanista

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ALEXANDRE PAIXÃO

Arquiteto e Urbanista

LINHA TEMÁTICA: FISCAL E GOVERNANÇA

Coordenador

CHRISTIAN ZINI
Secretário de Finanças

JOÃO MARCIANO JÚNIOR
Auditor do Tesouro Municipal
Secretário Executivo de Finanças

Equipe técnica

**JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS
JÚNIOR**
Assessor Executivo de Orçamento da
Secretaria de Finanças

LUELY MÁRCIA FERREIRA AIRES
Auditor do Tesouro Municipal da
Secretaria de Finanças

COLABORAÇÃO TÉCNICA

MARLENE ETRICH
Arquiteta e Urbanista
Assessoria à Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor

MIRIAM DANOWSKI
Arquiteta e Urbanista
Msc Planejamento Urbano e Regional,
Assessoria à Coordenação da Relatoria
na Revisão do Plano Diretor

Colaboradores do IPUP

ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO
Arquiteto e Urbanista

DENISE DE MORAES RECH
Arquiteta e Urbanista
Diretora de Projetos Urbanísticos do IPUP

**GEDHEON LAMARTINNE DE SOUSA
GARRIDO**

Estagiário

GRACIELA DE SÁ ANDRADE
Assistente Administrativo

JALIS DIAS CARDOSO
Motorista

JOSÉ ALBERTO BENTO SOBREIRA
Motorista

**LAUDELINO ABRUNHOSA RESENDE DE
SOUZA**
Arquiteto e Urbanista

MARCIA PINHEIRO DOS SANTOS
Assistente de Gabinete

MIRIAN PINHEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços Gerais

RENATO LEMOS CABRAL FELIPE
Gerente de Gestão e finanças

RICARDO EMANUEL DE FREITAS
Estagiário

WANELLYSE SOUSA MENEZES
Arquiteta e Urbanista
Assessora Técnica

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS	8
2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	8
2.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL	9
2.2.1 MACROZONEAMENTO	9
2.2.2 REGIÕES DE PLANEJAMENTO	12
2.2.3 ZONEAMENTO - MACROZONAS DE ORDENAMENTO CONTROLADO E CONDICIONADO	15
2.2.3.1 ZONEAMENTO RURAL	16
2.2.3.2 VETORES DE CRESCIMENTO	16
2.2.3.3 CENTRALIDADES	16
2.2.3.4 EIXOS ESTRUTURANTES	18
2.2.4 PARCELAMENTO DO SOLO	19
2.2.5 INTEGRAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ENTRE REGIÕES	20
2.2.5.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE PÚBLICO	22
2.2.5.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE ESTRATÉGICO	23
2.3 MEIO AMBIENTE	25
2.4 MOBILIDADE URBANA	33
2.4.1 SISTEMA VIÁRIO	33
2.4.2 SISTEMA DE TRANSPORTE	34
2.4.3 SISTEMA CICLOVIÁRIO	35
2.4.4 ACESSIBILIDADES / CALÇADAS	36
2.4.5 ESTACIONAMENTOS	36
2.4.6 SEGURANÇA VIÁRIA	37
2.5 PAISAGEM URBANA	37
2.6 POLÍTICA HABITACIONAL	42
2.7 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	44
2.8 DESENVOLVIMENTO RURAL	47
2.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	49
2.10 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	52

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o Estatuto da Cidade prevê a obrigatoriedade de revisão do Plano Diretor em até dez anos, por iniciativa do Poder Executivo, consoante o artigo 40, § 3º, a Prefeitura Municipal de Palmas está empreendendo sua atualização, através de um processo participativo e inovador, criando as bases para uma gestão mais moderna e eficiente, prevendo seu constante monitoramento por parte da administração municipal e consequente ambiente propício para o efetivo controle social.

Ao longo da etapa de Diagnóstico para a Revisão do Plano Diretor, além das leituras comunitárias, setoriais e técnicas, foram incorporados os subsídios gerados pelo Plano de Ação Palmas Sustentável, elaborado em 2013 (Programa ICES - parceria Prefeitura Municipal de Palmas com o IDOM, Instituto Polis, Caixa Econômica e BID) e as Câmaras Técnicas, realizadas pelo IPUP, com vistas a ampliar o pensamento sobre a cidade, trazendo acadêmicos de nossas universidades e especialistas com expertise nas diversas áreas, que são objeto do Plano Diretor, bem como as contribuições feitas na 2ª Audiência Pública, realizada em 22.07.2017.

Para ampliar o processo participativo e a divulgação dos resultados da Audiência Pública de Diagnóstico, a Prefeitura Municipal, em conjunto com a Comissão de Revisão do Plano Diretor e o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Cidade de Palmas, ainda organizou, de 05 a 19.08.2017, cinco reuniões comunitárias regionais – Regiões Centro, Agrotins, Taquaruçu/Buritirana, Norte/Leste e Sul - com a finalidade de, junto com a população, desenhar o Retrato Positivo de Palmas, a partir de potencialidades, tendências, vocações, oportunidades, manifestações de identidade, soluções identificadas e visão de futuro. Ao longo desse percurso está sendo possível aprofundar, com segurança, os temas abordados, considerando as peculiaridades de cada porção do território municipal e identificar como as comunidades as vivenciam.

A formulação das Diretrizes Estratégicas e Propostas é a 4ª etapa prevista no Plano de Trabalho aprovado. A partir de uma macrovisão sobre o território de Palmas, são apontados seus elementos estruturadores, regiões de planejamento, os vetores de crescimento e adensamento, as centralidades existentes e as potenciais, indispensáveis a uma política que atenda as exigências do desenvolvimento sustentável do Município, nas dimensões ambiental, social e econômica. São abordados nessa etapa, além do ordenamento territorial, as políticas setoriais que objetivam proporcionar uma melhor qualidade de vida aos palmenses, a ampliação da competitividade econômica do Município, a harmonia com o meio ambiente, com a paisagem urbana e a adaptação às mudanças climáticas. Os instrumentos adequados e um sistema eficiente de monitoramento e controle, a serem definidos mais adiante, ainda como parte integrante da Revisão da Lei do Plano Diretor, ora em vigor, complementarão as ferramentas

necessárias, para que a administração municipal utilize com eficiência, esse que é o mais importante instrumento da política urbana, em prol do interesse público.

No presente Relatório Preliminar de Diretrizes Estratégicas e Propostas, estão abordados os temas: Ordenamento Territorial (Macrozoneamento, Regiões de planejamento, Zoneamento, vetores de crescimento, centralidades, eixos estruturantes, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo), Desenvolvimento Econômico, Mudanças Climáticas, Paisagem Urbana, Habitação e Regularização Fundiária, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Social (Saúde, Educação, Ação Social, Segurança Pública, Juventude).

Os temas Mudanças Climáticas e Paisagem Urbana, em particular, foram reconhecidos como de importância estratégica para a resiliência aos impactos atuais e futuros do clima no Município, com caráter transversal em relação aos outros temas e intersetorial na perspectiva das ações de governo.

RELATÓRIO PRELIMINAR

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS

2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

OBJETIVOS

- Identificar, planejar e coordenar as ações para mitigar as emissões e adaptar o município aos impactos das alterações climáticas.
- Elevar a qualidade do ambiente urbano e rural, por meio da preservação e recuperação dos recursos naturais, do uso de energias e tecnologias limpas e da promoção e manutenção do conforto ambiental.

DIRETRIZES

- Aumentar a resiliência da cidade por meio da criação de um mosaico formado por fragmentos vegetados, permeáveis ou semi-permeáveis, existentes na área urbanizada interconectados por meio de corredores ecológicos com áreas protegidas e outras áreas de interesse ambiental existentes na área não urbanizada, com a viabilização de sua coexistência no espaço do município como elementos de conforto ambiental, desenvolvimento econômico, qualificação urbanística, produção agrícola de baixo impacto e atividade turística;
- Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para a proteção e conservação de maciços de vegetação nativos, contribuindo assim para a mitigação das mudanças climáticas por meio de: (1) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; (2) Aumento das reservas florestais de carbono; (3) Gestão sustentável das florestas; (4) Conservação florestal.
- Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para arborização e reflorestamento - AR (*Afforestation and Reforestation*) para a área urbana e para as áreas de pastagens e demais solos alterados sobrepostos à ao mosaico de áreas verdes.
- Criar diretrizes para os projetos urbanísticos das quadras ainda não ocupadas, com o objetivo de prever grandes áreas arborizadas, com espécies nativas de sombra e/ou de copas densas que se conectem com o mosaico verde do restante do município.
- Regulamentar, controlar e incentivar o aumento de áreas permeáveis nas áreas urbanizadas, mediante a aplicação de critérios e restrições urbanísticas regulamentados na legislação de ordenamento do uso e ocupação do solo.

- Planejar e executar a arborização da área urbana de modo a aproveitar os elementos arbóreos já existentes no paisagismo da cidade e a criar a conexão com o mosaico verde do município.
- Criar sistema de mobilidade e transporte integrado de forma a conectar as calçadas e ciclovias com os pontos de ônibus, dando prioridade a otimização das rotas, a construção de ciclovias e calçadas seguras e sombreadas.
- Priorizar o conforto ambiental dos espaços urbanos, buscando a redução da radiação solar nas superfícies e a maximização da ventilação natural, fazendo uso de recursos naturais e/ou construtivos.
- Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para melhorar o desempenho ambiental das edificações públicas e privadas.
- Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para aumentar o uso de energias limpas na matriz energética do município.
- Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para a aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL no Setor de Resíduos para evitar o lançamento dos GEE na atmosfera e para a geração de energia limpa.

2.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL

2.2.1 MACROZONEAMENTO

OBJETIVO 1: Introduzir uma visão estratégica sobre o território municipal, transpondo a dualidade hoje existente entre o urbano e o rural, divisão territorial utilizada para fins administrativos e tributários.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Orientar as diretrizes estratégicas e propostas para as diferentes regiões da cidade, quanto ao adensamento, uso e ocupação do solo, características e condicionantes ambientais e locais, mobilidade urbana, oportunidades de emprego e renda e qualidade de vida da população.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Dividir o território municipal diferenciando as diferentes regiões quanto a sua capacidade de adensamento, necessidade de preservação ou de destinação às atividades agrícolas ou rurais, com propósito de orientar a implantação da infraestrutura e dos serviços, e dessa forma reduzir os custos de administração da cidade, seja pelo poder público ou os de natureza privada.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Alterar o Macrozoneamento existente no atual Plano Diretor, subdividindo-o em macrozonas, com vistas ao estabelecimento de diretrizes estratégicas de ordenamento territorial, condicionadas pelas restrições ambientais, incentivo à produção agrícola de pequeno porte e controle de uso e ocupação do solo, diferenciando-as quanto à capacidade de adensamento, classificadas em baixíssima, baixa, média e alta densidade, obedecendo a seguinte divisão, nos termos do mapa intitulado "Macrozoneamento" anexo.

- Macrozona de Ordenamento Controlado (Palmas Centro, Palmas Sul, Região Sul de Interesse Logístico, Distrito de Taquaruçu e Distrito de Buritirana);
- Macrozona de Ordenamento Condicionado (Região Norte, Região Leste e Região Sul São João);
- Macrozona de Ordenamento Rural;
- Macrozona de Conservação Ambiental (APA estadual).

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR MACROZONA:

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONTROLADO:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Promover a reestruturação, transformação, recuperação, melhoria ambiental e indução de ocupação sustentável, devido a diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, tipologias diferenciadas de urbanização e edificação, heterogeneidade socioespacial e grandes vazios urbanos, concentrando a maior parte das atividades e funções da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Prever ordenamento diferenciado para as áreas que concentram grandes vazios urbanos, inclusive a ocupação por várias classes sociais, utilizando a diferenciação de gabarito de maneira escalonada, como forma de proteção da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Promover a diversificação da estrutura de atividade econômica, tendo como premissa a Área Aeroportuária, bem como seu entorno, visando o aproveitamento do potencial logístico e o desenvolvimento tecnológico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Definir diretrizes de ordenamento de uso e ocupação do solo para os Distritos de Taquaruçu e Buritirana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 – Instituir e aplicar a infraestrutura verde de modo a reestruturar o mosaico da paisagem e propiciar maior resiliência aos ecossistemas urbanos para enfrentar as mudanças climáticas, interconectando as APPs dos mananciais com remanescentes florestais.

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONDICIONADO:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Prever condicionantes de contenção da ocupação urbana e preservação dos recursos naturais, pois configura-se em um espaço territorial com fragilidades ambientais devido à presença de mananciais hídricos de abastecimento da cidade e significativa biodiversidade, pelo que demanda zoneamento específico de ocupação, por meio de zonas diferenciadas de acordo com a vulnerabilidade ambiental e a vocação de uso do solo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Restringir a ocupação nas áreas localizadas nesta Macrozona, eis que demandam cuidados especiais para sua conservação, aplicando mecanismos que visem uma ocupação planejada com critérios de ocupação de baixa e/ou baixíssima densidade, entre outros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Adotar o uso de energias renováveis para as atividades agrícolas de pequeno porte que utilize, de forma mais racional, os recursos naturais, sobretudo as de domínio da agricultura familiar.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Fortalecer as zonas com atividades agrícolas de pequeno porte voltadas ao abastecimento da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 – Incentivar o turismo rural sustentável.

MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Promover parcerias entre os órgãos estaduais e municipais a fim de que ocorra um controle mais efetivo na APA Serra do Lajeado, de modo que nenhuma atividade causadora de impacto ambiental possa se instalar sem o conhecimento e a autorização dos respectivos órgãos responsáveis.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Incorporar parâmetros de ocupação estabelecidos para a APA estadual “Serra do Lajeado”, prescritos no respectivo Plano de Manejo, às normas de uso e ocupação do solo municipais, levando em consideração parâmetros mais restritivos, em casos específicos, pautados na conservação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Aperfeiçoar as normas de uso e ocupação do solo de forma a garantir proteção ao patrimônio histórico mundial e sustentabilidade à preservação da região.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Inserir os sítios arqueológicos e rupestres em Áreas de Proteção Ambiental, obedecendo ao raio definido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de resguardar a ambiência destes, considerando que o ecoturismo e as práticas esportivas podem ser realizadas na Serra do Lajeado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 – Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada, universidades, cartórios de registro de imóveis e demais órgãos e entidades públicas e privadas, visando à obtenção ou acesso à informações necessárias a gestão territorial e ambiental da área.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 – Celebrar parceria entre o Poder Público Municipal, através do Órgão Executor da Política de Meio Ambiente do Município de Palmas - TO com o Órgão Executor da Política de Meio Ambiente do Estado do Tocantins, o Instituto Natureza do Tocantins, voltadas ao desenvolvimento de um plano de trabalho para as atividades de fiscalização ambiental, prevenção de queimadas e gestão das águas para a área contida na Macrozona de Conservação Ambiental, diante da crise hídrica a qual é verificada no Brasil.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 – Compilar indicadores de tendência para atualização do sistema de monitoramento do Plano Diretor, que será responsabilidade do Instituto de Planejamento Urbano, por meio do repasse de informações periódicas acerca da gestão ambiental, dos órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

MACROZONA DE ORDENAMENTO RURAL:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Promover a integração de usos diversificados, com certo grau de ocupação, assegurando a preservação dos recursos naturais existentes na área rural como exemplares representativos da biodiversidade e mananciais hídricos, protegendo o patrimônio ambiental, histórico e cultural, aliando à conservação do meio ambiente ao desenvolvimento de comunidades agrícolas prósperas e ao incentivo ao turismo rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Elaborar políticas públicas de incentivo financeiro ao produtor rural, visando à permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo, através de implantação de unidades demonstrativas e da realização de ações nas comunidades rurais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Implantar políticas públicas de conscientização ambiental e preservação dos bens naturais e de fiscalização e acompanhamento das áreas especialmente protegidas localizadas na Macrozona de Ordenamento Rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Incentivar as atividades agropecuárias, respeitando as características e potencialidades de uso do solo de cada região, priorizando a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, a avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura.

2.2.2 REGIÕES DE PLANEJAMENTO

OBJETIVO 1: Estabelecer mecanismos de controle e de gestão mais efetivos do Território Municipal através da instituição de Regiões de Planejamento, regulamentadas por planos regionais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Dividir as macrozonas em Regiões de Planejamento identificadas de acordo com características socioeconômicas, culturais, espaciais e ambientais similares, permitindo dessa forma controle e gestão mais efetivos do território através da possibilidade de elaboração de planos regionais, bem como aproximar as diretrizes

estratégicas e propostas de ações às localidades com identidade reconhecida pela população e pela administração pública, consoante mapa intitulado "Regiões de Planejamento" anexo, da seguinte forma:

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONTROLADO, composta por:

- Região de Planejamento Centro;
- Região de Planejamento Sul;
- Região de Planejamento de interesse Logístico;
- Região de Planejamento Distrito de Taquaruçu;
- Região de Planejamento Distrito de Buritirana.

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONDICIONADO, composta por:

- Região de Planejamento Norte;
- Região de Planejamento Leste;
- Região de Planejamento São João.

MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, composta por:

- APA Serra do Lajeado;
- Parque estadual;
- Parque municipal.

MACROZONA DE ORDENAMENTO RURAL:

- Região de planejamento rural.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO:

REGIÃO DE PLANEJAMENTO NORTE:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Instituir a Região de Planejamento Norte, localizada na área rural, com parâmetros mais restritivos em relação a área urbana, obedecendo fases graduais de ocupação, com critérios mais rigorosos proporcionais ao distanciamento das atividades à área urbana, além de percentuais maiores para áreas públicas, áreas verdes e áreas de interesse social como contrapartida para o município, assim como taxa de ocupação, índice de aproveitamento e tamanho mínimo de lotes diferenciados, de forma a garantir que a ocupação urbana seja controlada por fases e de acordo com a hierarquia viária principal estabelecida para o sistema viário, sendo dividida nas seguintes Zonas:

- Zona de Urbanização de Interesse Turístico I;

- Zona de Urbanização de Interesse turístico II;
- Zona de Urbanização de Interesse turístico III (atividades turísticas, de lazer, recreação, atividades institucionais, equipamentos públicos e privados, atividades agrícolas, chácaras de lazer, atividades de mineração);
- Zonas de Serviços Norte (Área de Influência das Rodovias).

REGIÃO DE PLANEJAMENTO LESTE:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Instituir a Região de Planejamento Leste, localizada na área rural, com parâmetros mais restritivos em relação a área urbana, condicionada pelas restrições ambientais e incentivo à produção agrícola de pequeno porte, visando o equilíbrio entre ocupação de baixa e baixíssima densidade, exploração agrícola e preservação ambiental, além da definição das estradas vicinais, incluindo as existentes, subdividida pelas seguintes zonas:

- Zona de Sítios Arqueológicos;
- Zona de Serviço Leste (Área de Influência das Rodovias);
- Zona para Atividades Agrícolas e Turismo Rural;
- Zona para Atividades Recreativas (chácaras rurais de lazer e recreação), sendo vedado condomínios e loteamentos residenciais.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE INTERESSE LOGÍSTICO:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Instituir a Região de Planejamento de Interesse Logístico como um indutor de desenvolvimento econômico da região sul por meio da implantação de um pólo logístico e de pesquisa, tendo em vista a localização estratégica da Capital, a fim de promover a integração multimodal, notadamente pela presença do aeroporto nessa região, prevendo os seguintes equipamentos: porto seco, centro de apoio de logística e parque tecnológico.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO SÃO JOÃO:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Fortalecer o expressivo potencial para o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias na Região de Planejamento São João.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas, a fim de promover a construção de uma cultura de produção sustentável e consumo saudável, através de acompanhamento dos produtores e da orientação na criação de Organização de Controle Social (OCS), possibilitando a venda direta de produtos agrícolas com certificação de produto orgânico.

2.2.3 ZONEAMENTO - MACROZONAS DE ORDENAMENTO CONTROLADO E CONDICIONADO

OBJETIVO 1: Promover transformações estruturais sustentáveis orientadas para o maior aproveitamento do território com o objetivo de ampliar a geração de emprego e renda, intensificando as atividades econômica-industrial-tecnológica e de turismo em escala metropolitana e potencializando o transporte multimodal.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Estabelecer uma Zona de Serviços (Norte-porção leste da Rodovia TO-010), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-010, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias I, sendo separada da Zona Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Estabelecer uma Zona de Serviços (Norte-porção oeste da Rodovia TO-010), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-010, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias II.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Estabelecer uma Zona de Serviços (Leste), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias III, sendo separada da Zona Condicionada, por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Estabelecer uma Zona de Serviços (Sul – porção leste da Rodovia TO-050), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias IV, sendo separada da Zona Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Estabelecer uma Zona de Serviços (Sul – porção oeste da Rodovia TO-050), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias V.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 – Instituir uma Zona de Equipamentos Especiais destinada a abrigar predominantemente atividades, como aeroporto, centros de convenções, centros universitários, hospitais, grandes áreas de lazer, recreação e esportes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Instituir uma Zona de Desenvolvimento Econômico - com critérios específicos relativos à implantação de serviços e usos diversificados, com predominância para os usos industriais, comerciais e de serviços geradores de externalidades incômodas, obedecendo a um plano de disciplinamento do uso e parcelamento do solo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Instituir zonas agrícolas na Macrozona Condicionada.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 – Instituir um Pólo Logístico voltado para pesquisas tecnológicas na ALC-NO 13, destinada no atual Plano Diretor como ZEIS.

2.2.3.1 ZONEAMENTO RURAL

OBJETIVO 1: Definir os espaços rurais através do zoneamento ecológico, da análise das atividades econômicas, da produção de alimentos e dos serviços existentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Definir diretrizes para o escoamento do fluxo e de cargas na região, integrando a estrutura viária com a produção agrícola.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Fortalecer a rede de drenagem natural de forma a estimular a preservação e recuperação dos mananciais, no sentido de que os mesmos atendam à função primordial de abastecimento e irrigação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Definir e fortalecer a vocação rural, identificando as áreas reservadas à produção agrícola, agropastoril, pastagens nativas, áreas de exploração extrativa ou florestais, entre outras.

2.2.3.2 VETORES DE CRESCIMENTO

OBJETIVO 1: Priorizar o vetor de crescimento Centro – Sul devido ao interesse logístico - localização do aeroporto-, ao maior adensamento da região, bem como localização do aterro sanitário e do shopping a céu aberto, pois são pólos de emprego que absorvem a população local como mão-de-obra.

OBJETIVO 2: Restringir o vetor de crescimento para a Região Norte da cidade.

OBJETIVO 3: Incentivar vetores de crescimento voltados a centros e subcentros existentes com o objetivo de conter o espraiamento da cidade.

2.2.3.3 CENTRALIDADES

OBJETIVO 1: Incentivar novas centralidades e potencializar os centros e subcentros existentes, conforme mapa intitulado “centralidades” anexo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Fortalecer os subcentros de Educação, tendo em vista que a área onde se concentram as universidades é um atrativo de localização de empreendimentos

(existência de 20 mil universitários), revelando-se um mercado potencial para unidades habitacionais a preços acessíveis.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Fortalecer e identificar instrumentos para o incentivo das subcentralidades econômicas em Palmas Centro, por meio de parâmetros urbanísticos mais flexíveis quanto ao uso misto, integrando usos residenciais com comércios e serviços, entre as quais: Subcentro das ARNES LO-14, subcentro das ARNOS (LO-10), ARNES (LO-12), ARSES (LO-03, LO-05, LO-27, LO-15 Av. Palmas Brasil), ARSO (LO-09), subcentros Av. Teotônio Segurado, entre outros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Fortalecer e identificar instrumentos para o incentivo das subcentralidades econômicas em Palmas Sul, entre as quais subcentro Av. Tocantins, subcentro Avenida I (Aurenys), subcentro Taquaruçu 2ª etapa (Setor Universitário).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Potencializar a centralidade localizada na Avenida JK e neutralizar o esvaziamento, em parte provocado pela migração dessas atividades para Av. Taquaralto, acelerando o projeto de requalificação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Definir critérios para o adensamento construtivo em torno das centralidades identificadas, vez que o levantamento desses índices de densidade construtiva influencia também na revisão de critérios para a concessão da outorga onerosa.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Requalificar a Área Central, aproveitando o potencial de infraestrutura existente e os equipamentos institucionais, estimulando o uso habitacional e atividades econômicas, de animação e lazer, alterando os usos e os parâmetros urbanísticos, a fim de gerar maior vitalidade e uso efetivo pela comunidade desses espaços.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Promover o uso misto, propondo usos residenciais e não residenciais nas áreas urbanas em estudo referente às centralidades, permitindo a integração, a diversidade de atividades, a humanização e a sociabilização da população ali residente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Diversificar os usos na Área Central (cruzamento Avenida JK – Teotônio Segurado), mesclando uso residencial e comercial, resultando em mais segurança e atrativos culturais, com controle da emissão de ruído nessas áreas, causador de grande desincentivo à moradia no Centro.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Promover a revitalização de áreas urbanas posteriormente determinadas com alteração dos parâmetros de uso e ocupação do solo, buscando suprir a necessidade de motivar a vida nas áreas com infraestrutura completa, visando mais segurança para população, conforto térmico e opções de lazer e convívio.

2.2.3.4 EIXOS ESTRUTURANTES

OBJETIVO 1: Estimular o adensamento em áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos, principalmente nos eixos estruturantes e na Área Central da cidade, de forma a otimizar e aproveitar a infraestrutura instalada, bem como reduzir os custos e os deslocamentos da população entre a moradia, o trabalho e o lazer.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Estimular o crescimento e o adensamento da cidade, integrando o uso e a ocupação do solo, ao sistema viário e aos transportes, valorizando os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Induzir a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, otimizando a infraestrutura urbana existente por meio da utilização de instrumentos urbanísticos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Intensificar os eixos de adensamentos da cidade por meio da mudança de uso do solo, que permita não só o comércio e serviço, mas também o uso residencial, proporcionando mais qualidade de vida nas áreas com infraestrutura instalada para ser usada e ocupada, em função dos eixos estruturais beneficiados diretamente pelo sistema de transporte de alta capacidade, por exemplo: Área Central e Área de Comércio e Serviços Urbanos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4- Incentivar o adensamento das áreas desocupadas na parte oeste da cidade dotadas de infraestrutura através dos instrumentos urbanísticos existentes e os instrumentos a serem regulamentados.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Promover a integração de usos com a diversificação de atividades compatíveis, facilitando a mobilidade, de forma que equilibre a justa distribuição da oferta de emprego e trabalho na cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Propor diferentes tipologias de edificações para ocupação do território.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Fortalecer o eixo prioritário Avenida Teotônio Segurado por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos e fiscais, como maior diversidade de usos e incentivo ao uso residencial, tendo em vista a concentração de lotes comerciais ao longo desse eixo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Promover a ocupação ao longo das principais vias e ao longo das rodovias.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Estabelecer área predominantemente residencial com média densidade, incluindo habitação coletiva e mesclando com usos comerciais e de serviços para atendimento da população residente.

2.2.4 PARCELAMENTO DO SOLO

OBJETIVO 1: Ordenar o espaço urbano com divisão da terra em unidades juridicamente independentes e padrões de ocupação para as diferentes zonas da cidade, com vistas à edificação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Monitorar todos os parcelamentos, tanto os aprovados como os irregulares e desordenados, incluindo os que estão próximos ao aterro sanitário, às matas ciliares, às margens dos córregos e do lago e às margens das rodovias localizadas no território.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Proibir, coibir e penalizar ocupações na forma de loteamentos irregulares e desordenados localizados sobre as faixas dos cursos d'água naturais perenes e intermitentes, entorno do Lago e de nascentes conforme previsto pela legislação federal, estadual e municipal e específica.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Promover para as glebas não parceladas, localizadas em Palmas Centro, a implantação do parcelamento por etapas através de legislação específica com expedição do respectivo termo de verificação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Rever a legislação de parcelamento do solo do Município, incluindo a Lei nº 376/17 que versa sobre a Criação do Programa Especial de Urbanização de Palmas (PEU), como instrumento de planejamento da política urbanística do município de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Propor mecanismos que viabilizem a compra de lotes pela população mais vulnerável economicamente quando da aprovação de novos loteamentos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 – Respeitar a destinação das áreas públicas ou de uso público estabelecidas no Plano Diretor de 2007 – Lei nº 155/07.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 – Destinar novas áreas para implantação de equipamentos institucionais, além daqueles já exigidos na legislação de Parcelamento do Solo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 – Exigir no Parcelamento do Solo que a localização das áreas verdes se concentre onde há maior representativos de massa arbórea.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Exigir nos novos parcelamentos que sejam preservadas as massas arbóreas que compõem os lotes e as áreas públicas, somente sendo permitida a supressão dos componentes arbóreos para a implantação do sistema viário e quando da execução da edificação no lote, desde que respeitado a taxa de permeabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10 – Amenizar o microclima local através da priorização da concentração de espaços verdes integrados em contraposição à disposição desordenada e desarticulada.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11 - Ampliar os índices de áreas verdes e áreas públicas nos novos parcelamentos, visando mitigação das mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12 - Estabelecer restrições para impedir desvio da função social das áreas verdes públicas, inclusive por doações indevidas, além dos efeitos da lei de regularização fundiária em APMs, que já comprometeu mais de 100 dessas áreas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13 - Propor parceria entre a Prefeitura, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública para as ações do Município para tratar de ações quanto às ocupações irregulares no Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14 - Destinar espaços para equipamentos de assistência social na aprovação de novos parcelamentos e loteamentos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15 - Rever a padronização das glebas urbanas e a possível reconfiguração das macroquadras, cujas áreas não estão no padrão previsto no Plano Básico de Palmas e na Lei nº 468/94.

2.2.5 INTEGRAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ENTRE REGIÕES

OBJETIVO 1: Propor novas regras de uso e ocupação do solo considerando a configuração do espaço de atuação, a vocação predominante da área e a integração do sistema viário e do transporte, de modo a superar a dicotomia entre Palmas Centro e Palmas Sul e valorizar a diversidade entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Inserir na legislação de Uso e Ocupação do Solo as ilhas existentes após a criação do Lago, com atividades de lazer, cultura, turismo, parque aquático, etc.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Propor mecanismos que favoreçam a população de baixa renda, quando da aquisição de lotes no perímetro urbano, coibindo/freando o espraiamento através de instrumentos urbanísticos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3- Rever o padrão dos lotes no setor industrial, que beneficie a compra por parte de grandes empresas e empreendedores, os quais necessitam de áreas maiores do que as existentes em função de seus usos e atividades.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Propor soluções para os conflitos surgidos com a Lei Complementar nº 81/2004 – possibilidade da abertura dos fundos do lote para as Avenidas, potencialidade de interligação entre as quadras, ciclovias, contudo, há desmatamento de áreas verdes (arborização existente x entrada de carros), necessidade de iluminação e sinalização de passagens de pedestres, readequação do sistema viário e aumento do número de vagas para estacionamentos (reserva de vagas dentro do lote), haja vista a quantidade de comércios se estabelecendo. Na contramão desse processo: condomínios horizontais e muros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Promover adequações nos projetos urbanísticos das quadras e setores já implantados na Capital.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Alterar os índices construtivos da Orla 14 e 34, em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo 386/93, ou seja, diminuí-los, evitando assim os prédios mais altos que impactam de forma negativa a paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Prever áreas para implantação de universidades, seguindo modelos modernos de integração das faculdades de medicina com hospitais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Dinamizar a geração de emprego e renda no Setor União Sul, por meio de projetos específicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Promover estudos sobre densidade construtiva, estabelecendo seu cruzamento com localização de equipamentos urbanos e densidade demográfica, com vistas a subsidiar o ordenamento urbano da Região Central de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10 - Reestudar os índices de ocupação nas áreas vizinhas aos parques, visando a proteção dos mananciais de água.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11 - Garantir que os investimentos públicos sejam destinados para equipamentos de interesse social e/ou infraestrutura.

OBJETIVO 2: Fomentar o dinamismo econômico da região de Buritirana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Reativar alguns estabelecimentos comerciais como: a casa de mel e a feirinha.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Criar um pólo industrial na região de Buritirana, para geração de emprego, priorizando a contratação dos moradores.

OBJETIVO 3: Preservar a identidade própria de cada lugar, respeitando a diversidade do conjunto urbano e sua interface com a preservação ambiental, paisagem urbana e conforto térmico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Elaborar um plano setorial de paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Implementar e articular instrumentos de gestão da paisagem, por exemplo, controle de altura dos edifícios nos pontos panorâmicos da cidade (orla de palmas).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Propor solução dos conflitos de usos nas áreas de lazer e cultura (ALCs), incluindo espigões x paisagem urbana, mudando as regras que permitem a construção desses edifícios na orla (outorga), justificado pela deterioração da paisagem e conseqüente perda de valor agregado, de interesse do mercado imobiliário/turístico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Propor ilhas frescor em sua interface com a preservação ambiental, paisagem urbana e conforto térmico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Instituir instrumentos de avaliação e monitoramento da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Envolver a população na identificação, valorização, conservação e proteção da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Conceber planos regionais, projetos de desenho urbano, para garantir interface entre os usos e harmonia com a paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Implementar com urgência o plano de arborização, com envolvimento das comunidades e utilizando critérios técnicos na escolha das espécies de árvores para arborização urbana, reforçando o papel das áreas verdes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Compatibilizar toda a legislação urbanística à prioridade de adequação às mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10 - Definir restrições de gabaritos de acordo com cada zona de uso, a fim de coibir o processo intenso de verticalização, principalmente em áreas que afetam a paisagem urbana, bem como na área de influência aeroportuária.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11 - Aplicar e dinamizar o plano de arborização nas vias, espaços públicos, praças, passagens de pedestres, no interior das quadras comerciais, residenciais, industrial, institucional na cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12 - Contemplar áreas destinadas a grandes equipamentos especiais e culturais sem agredir a paisagem urbana da cidade de Palmas.

2.2.5.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE PÚBLICO

OBJETIVO 1: Estabelecer diretrizes e/ou procedimentos mínimos de controle de uso, concessão e doação das áreas públicas municipais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Realizar audiências públicas nos processos de controle de uso, concessão e doação das áreas públicas municipais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Estabelecer mecanismos de controle de uso, concessão e doação das áreas públicas municipais por meio de um SIG (sistema de informação geográfica), objetivando um melhor monitoramento dessas áreas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Estabelecer uma política pública onde a ocupação das áreas públicas municipais sejam destinadas à implantação de equipamentos de cunho estritamente comunitário.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4- Desenvolver políticas públicas de incentivo fiscal, com vistas a manter áreas permeáveis na cidade.

OBJETIVO 2: Promover uma política municipal do uso do espaço público, tendo como prioridade a acessibilidade, a urbanização e a requalificação, visando à melhoria das condições ambientais e da paisagem urbana do Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Garantir uma faixa pública na orla do Lago por tratar-se de uma área de preservação permanente (bem de uso comum do povo), permitindo o amplo acesso público, uma vez que hoje existem barreiras que fecham esses acessos, como a presença de alguns clubes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Propor a exigência de servidões administrativas entre condomínios, permitindo o amplo acesso público ao Lago.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Fomentar a expansão da agricultura urbana em áreas públicas municipais a serem definidas, com a criação de novas hortas comunitárias, aproveitando os espaços ociosos, despertando o senso comunitário, garantindo a boa utilização e manutenção do espaço público, respeito ao meio ambiente, promovendo a inclusão social, a terapia ocupacional, a socialização e a geração de renda alternativa.

2.2.5.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE ESTRATÉGICO

OBJETIVO 1: Estabelecer diretrizes estratégicas de uso e ocupação do solo, bem como garantir áreas para Implantação de equipamentos institucionais de grande porte.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Conhecer a real necessidade de aplicação dos instrumentos urbanísticos dentro do espaço urbano da cidade, bem como promover um melhor controle destes instrumentos dentro do espaço urbano.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Revisar as legislações de uso e ocupação do solo vigentes na cidade, inclusive nos distritos, levando-se em consideração as peculiaridades de cada área da cidade, em especial à Zona Rural que, atualmente, encontra-se com diferentes ocupações.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Promover a unificação das diversas legislações, que incidem sobre o Uso e Ocupação do Solo em Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Planejar e dinamizar uma Legislação de Uso e Ocupação do Solo que abranja todo o Município de Palmas, em especial os distritos de Taquaruçu e Buritirana, incluindo as ilhas após a criação do Lago.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Intensificar a fiscalização em todo o perímetro urbano do município, por meio da implantação de sistemas de monitoramento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Aprimorar o sistema de fiscalização de uso e ocupação do solo urbano e rural, de modo que as ações da prefeitura abranjam tanto as construções, quanto as atividades instaladas, os assentamentos irregulares e áreas públicas municipais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 - Priorizar mecanismos de gestão transparente na revisão do planejamento urbano e regional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8 - Elaborar macroplanejamento, envolvendo as três esferas de governo, com o objetivo de normatizar as estradas rurais, criando critérios e atributos para abertura de novas estradas, bem como definindo normas para a manutenção das já existentes, diante de sua grande importância social, econômica e ambiental, tanto para a agricultura de commodities como para a agricultura de abastecimento local, pois permite o acesso da população à educação, saúde, lazer, bens de consumo, como também facilita o transporte de insumos adquiridos e o escoamento da produção, favorecendo a competitividade na comercialização, conjuntura que proporciona a fixação do homem ao campo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9 - Estabelecer diretrizes de uso e ocupação do solo entre a área de transição rural/ urbano.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10 - Considerar o grande potencial de aproveitamento logístico de apoio ao agronegócio, na área próxima a AGROTINS.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11 - Implantar políticas públicas de desenvolvimento urbano, objetivando uma identidade regional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12 - Estabelecer novos parâmetros urbanísticos para a área de influência aeroportuária no que se refere à implantação de novas edificações, atividades e parcelamentos, haja vista os impactos causados pela expansão do aeroporto sobre a área circunvizinha a este sítio.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13 - Estabelecer limites de ocupação na área de influência do aeroporto.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14 - Reservar áreas para instalação de equipamentos de grande porte, com localização estratégica nas novas áreas identificadas na revisão do Plano Diretor, preferencialmente ao longo do eixo de transporte.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15 - Ampliar e/ou criar novas áreas industriais para implantação de grandes empresas.

2.3 MEIO AMBIENTE

OBJETIVO 1: Conservação dos recursos naturais, em especial dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Criar Infraestrutura Verde

Infraestrutura Verde são redes multifuncionais de fragmentos permeáveis e vegetados na zona urbana interconectados por meio das APPs dos rios com remanescentes florestais e outras áreas de interesse da zona rural, de modo a reestruturar o mosaico da paisagem e dar maior resiliência aos ecossistemas urbanos e rurais para enfrentar as mudanças climáticas, além de contribuir para a transição a uma economia de baixo carbono, contribuindo assim para a manutenção e recuperação dos serviços ambientais que os ecossistemas fornecem, entre eles, a diminuição da radiação solar, a manutenção da umidade do ar e a amenização do clima local.

- A nível de macrozoneamento, considerando o sentido Norte/Sul, ela será formada pela áreas verdes/áreas drenantes da Av. Teotônio Segurado, corredor verde ao longo da TO-010, 050 e TO-020 (saída para Aparecida do Rio Negro); corredor da ORLA do lago, que corresponde a uma faixa verde, arborizada, que segue ao longo da ORLA, desde as proximidades da praia da Graciosa, até a atual UC Tiúba, perpassando as margens de todas as praias do Plano Básico. No sentido Leste/Oeste, as grandes áreas verdes dos córregos urbanos, que cortam o Plano Básico.
- Ao nível regional, é formada pelas grandes praças, áreas verdes que não acompanham os córregos, massas de remanescentes vegetais.
- Ao nível local será formado pelas áreas verdes previstas nos microparcelamentos de glebas, praças locais, e outras formações arbóreas e verdes existentes, nesse nível de escala.
 - A implantação dessa infraestrutura nas áreas de chácaras, agrícolas, agropecuárias, se dará por meio da definição de uma faixa de terras, paralela às Áreas de Preservação Permanente, APP, em que serão restringidos alguns usos e atividades, visando a garantia de permeabilização das águas. Para a escolha dos córregos onde essa infraestrutura será aplicada, serão considerados os seguintes critérios: cursos d'água utilizados para abastecimento de água, para uso na produção agrícola, para diluição de efluentes, e que é utilizado como referência turística, fazendo parte de algum roteiro existente.
 - Nas áreas urbanas, se dará por meio da preservação de áreas verdes e drenantes, criando novas áreas com esses objetivos, bem como preservando as existentes, conforme associado a infraestrutura cinza existente.
- Criar programas/ações para a Recuperação de Áreas Degradadas.

- Elaborar e executar programas destinados à recuperação e preservação de áreas de preservação permanente e dos corpos hídricos do Município.
- Criar programa de estímulo à proteção de APPs, com pagamento para a população que preservar tais locais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Criar corredores verdes

- Região Leste (Macrozona de Ordenamento Condicionado): ao longo da Área de Serviço da TO, com objetivo de ser uma barreira natural que intimide novos parcelamentos, e, formação de estrutura verde que garanta o fluxo gênico das espécies.
- Região do Machado (Saída para Aparecida do Rio Negro): formar corredor verde ao longo da TO-020 que segue para Aparecida do Rio Negro, com usos restritos, com o objetivo de conter microparcelamentos na região, conforme diretrizes a serem adotadas ao longo da TO-050, adotando os requisitos do conceito de infraestrutura verde.
- Orla (Área urbana de Palmas): faixa verde na estrada que ligará as praias. Inicia-se na praia da Graciosa, e prossegue paralelo a orla do lago, seguindo até a atual Unidade de Conservação Tiúba.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Criar programa de Gestão de recursos hídricos

- Criar programa de Gestão de recursos hídricos em âmbito municipal e estruturar a gestão municipal para executar planejamento/ gerenciamento/ monitoramento dos recursos hídricos no Município.
- Criar Plano de Monitoramento de Qualidade de água para consumo humano em área rural para os córregos diretamente afetados com a produção de soja e milho em larga escala.
- Participação efetiva do município no Comitê de Bacias do Entorno do Lago.
- Fazer o Diagnóstico Ambiental das bacias hidrográficas que estão inseridas no município de Palmas e monitoramento constante.
- Adotar/considerar as bacias hidrográficas como unidade territorial de planejamento, na definição de políticas de gestão de uso, ocupação e recuperação dos solos e componentes ambientais.
- Fazer estudo de toda a rede de drenagem do município.
- Readequar os pontos de lançamento de drenagem existentes, de forma a garantir a dissipação de energia, antes de lançamento no leito dos córregos.
- Destinar espaços para instalação de obras civis como bacias de decantação e demais dispositivos dissipadores de energia para os pontos de lançamento de drenagem urbana, evitando o assoreamento dos córregos.

- Criar/revisar incentivos para aumentar a infiltração das águas pluviais no solo.
- Propor “perímetro de proteção dos poços” para os poços de abastecimento de água, evitando a presença de empreendimentos que poderiam causar contaminação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Criar programa de proteção de nascentes

- Criar Programa Pro Nascentes com Compensação pecuniária aos produtores de água em área urbana e não urbanas.

OBJETIVO 2: Garantir preservação da fauna e flora

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Criar Sistema Municipal de Áreas Protegidas

- Estratégia para gestão das Áreas Verdes (Microparcelamento, grandes Áreas, e quaisquer outros tipos de variação dessa tipologia), Unidades de Conservação (Estaduais, Federais e Municipais), Nascentes, Parques Urbanos, Jardim Botânico, Corredores Ecológicos, ou qualquer outro tipo de área a ser ambientalmente protegida, tanto em Área Urbana, quanto em Área Rural, em um único instrumento legal,
- Proteção dos sítios arqueológicos existentes no Município e formação de área protegida onde estes estiverem.
- Criar diretrizes específicas para a gestão de áreas verdes, sítios arqueológicos ou paleontológicos e parques urbanos.
- Programa Pró Verde, estabelece parceria entre o poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas para adoção de áreas verdes, equipamentos, monumentos, mobiliário e árvores.
- Fortalecer as diretrizes relacionadas à ocupação, gestão e criação de Áreas Verdes, de forma que estes espaços tenham seus usos e aptidões garantidos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Criar faixa verde de preservação

- Distrito de Taquaruçu: Criação de uma faixa verde ao redor do perímetro urbano da cidade, com o intuito de formação de uma barreira natural de proteção que iniba o avanço de ocupações irregulares além do perímetro urbano, ou em áreas não parceláveis.
- Buritirana: Definição de zonas de contenção/amortecimento ao redor da Área Urbana do Distrito, de forma a minimizar os impactos dos lançamentos de defensivos agrícolas junto a população.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Revisão das atuais Unidades de Conservação (UC)

- UCs Urbanas

<u>Unidades de Conservação</u>	<u>Uso a ser adotado</u>	<u>Proposta</u>
UC Água Fria	Área Prioritária para conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar e incorporar Zoneamento da APA do Lajeado para proteção da extensão do Córrego que encontra-se nessa área; • Aplicar Infraestrutura Verde em parte do curso d'água.
UC ARNOS	Parque Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Conexão com Água Fria; • Implantação de equipamentos; • Zoneamento que garanta Área Verde, juntamente com o Parque.
UC Sussuapara	Parque Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Atual Parque dos Povos Indígenas;
UC Brejo Comprido	Parque Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Para a porção do Córrego situada na Área Rural, aplicar conceito de Infraestrutura Verde
UC Prata	Jardim Botânico	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e acesso restrito
*Brejo do Prata	Área Prioritária para Conservação	
UC Entorno do Lago	Parque Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém como Área Verde, o que assim já for; • Desafeta para Área Verde, a área que não for.
A.R.I.E. Papagaio Galego	Incorporar ao Sistema Municipal de Áreas Protegidas	
UC Tiúba	Reserva Prioritária para Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Redefinição dos limites da atual Unidade de Conservação, prevendo a possibilidade de microparcelamento de parte da área, e incluindo na área a ser protegida, remanescente vegetal

		existente em seu perímetro e em seu entorno (margem do lago).
UC Machado	Parque Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Redefinir Limite; • Zonear região com áreas de proteção Integral, Parque e residências, permitindo o remanejamento de famílias para dentro do próprio limite do Parque; • Bolsões de remanejamento de populações; • Definir limites com infraestruturas, como ex. ciclovias.
UC Santa Bárbara	Corredor Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • No setor Bela Vista, criar Parque; • Infraestrutura Verde para a formação de Corredores Verdes;
UC Taquari	Corredor Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • Criar corredor juntamente com o Santa Bárbara.
UC Santa Fé	Corredor Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • Parque na nascente do Córrego Santa Fé; • Curso d'água, infraestrutura Verde.
UC Taquaruçuzinho	Reserva Prioritária para conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar limite para toda a borda da área urbana, considerando expansão da cidade.
Jardim Laila*	Parque	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade a ser criada. • Parque conectando Taquari com Cipó.

• UCs Urbanas / APA Lajeado

<u>Unidades de Conservação</u>	<u>Uso a ser adotado</u>	<u>Proposta</u>
Parque Municipal Serra do Lajeado	Reserva Prioritária para Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Manter como área a ser protegida.

UC Buritirana*	Reserva Prioritária para Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Criar Unidade de conservação na área utilizada para abastecimento.
UC Roncador (Distrito Taquaruçu)*	Reserva Prioritária para Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Criar Unidade de conservação na área utilizada para abastecimento.

OBJETIVO 3: Aumentar a eficácia da governança local, promovendo a integração e a cooperação entre os governos federal, estadual, e com os municípios circunvizinhos, no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Fortalecer a governança voltada às ações ambientais

- Fortalecer a parceria entre os entes Estadual e Municipal na gestão da APA e recursos hídricos, de forma que todos sejam participantes das ações de definição/liberação de uso e ocupação dessas áreas³.
- Constituir parceria com os órgãos gestores das unidades conservação estaduais e municipais de forma a obter maior controle e gestão nas áreas protegidas existentes, visando evitar ocupações e usos divergentes a legislação que os atende.
- Exigir Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV para a implantação de empreendimentos geradores de impactos ambientais, tanto na área urbana quanto rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Fortalecer monitoramento e fiscalização ambiental

- Fortalecer a governança (com o empoderamento e parceria de equipes de monitoramento e fiscalização ambiental, guarda ambiental) de modo a coibir a ocupação em APP, UCs, áreas ambientalmente sensíveis e microparcelamento irregular do solo rural para fins de urbanização. E em relação as áreas já ocupadas irregularmente, fazer cumprir a legislação.

OBJETIVO 4: Garantir os serviços ambientais em parcelamentos urbanos

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Revisão da legislação de parcelamento urbano

- Criar diretrizes de uso do solo que garantam a proteção das áreas especialmente protegidas, conforme definição de legislação federal. Revisar a legislação de parcelamentos urbanos de Palmas, de forma que a análise ambiental seja realizada concomitante ao projeto urbanístico na análise prévia dos parcelamentos apresentados, e que garanta que qualquer alteração no projeto urbanístico dependa também da manifestação do órgão ambiental.

- Revisar a legislação de parcelamentos urbanos de Palmas no intuito de que as áreas verdes criadas na aprovação dos projetos urbanísticos levem em consideração a vegetação remanescente existente na gleba.
- Criar diretrizes e legislação mais rígida para coibir o microparcelamento irregular do solo rural para fins de urbanização.
- Revisar a legislação de parcelamentos urbanos de Palmas, de forma que a análise ambiental seja realizada concomitante ao projeto urbanístico e que garanta que qualquer alteração no projeto urbanístico dependa também da manifestação do órgão ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Revisão da legislação de uso do solo

- Criar diretrizes para as áreas verdes que possuem algum tipo de uso irregular consolidado no intuito de garantir a destinação definida nas legislações vigentes do município em relação aos usos para estas áreas.
- Definir diretrizes de parcelamento de solo que tratem sobre a instalação de Elevatórias em Áreas Públicas Municipais, APPs, Áreas Verdes, entre outras, de forma a evitar possíveis conflitos junto a população residente em seu redor.
- Criar diretrizes de uso do solo que garantam a proteção das áreas especialmente protegidas, conforme definição de legislação federal.
- Restringir o uso do solo em áreas ambientalmente sensíveis e que merecem a devida proteção.
- Criar instrumentos de planejamento rural de forma a evitar a ocupação irregular e proteger os mananciais que abastecem as áreas urbanas e rurais.

OBJETIVO 5: Fortalecer as ações de Planejamento e Gestão Ambiental

- Inserir implicações para a não implementação e/ou efetivação dos programas, sistemas e instrumentos previstos na própria Lei.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Fortalecer a educação ambiental

- Promover ações de educação ambiental junto as comunidades locais, visando a conscientização quanto a proteção das Áreas Verdes, Áreas de Preservação Permanente (APPs), mananciais, nascentes, entre outras ambientalmente sensíveis.
- Intensificar as ações de Educação Ambiental em todo o Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Regulamentar o instrumento de Compensação Ambiental

- Definir diretrizes municipais para a aplicação da Compensação Ambiental, de forma a regular as ações preventivas e corretivas quando da implantação de empreendimentos poluidores, ou mesmo, de ações impactantes (considerar grau de impacto e irreversibilidade). Considerar os tipos de compensações já praticados, como: (i)

compensação por dano ambiental irreversível; (ii) compensação para supressão de Área de Preservação Permanente; (iii) compensação de Reserva Legal; (iv) compensação para supressão de Mata Atlântica (adaptar para Cerrado) e (v) compensação para implantação de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - IMPLEMENTAR O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

- Definir o Zoneamento Ecológico Econômico do Município, conforme legislação pertinente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - DEFINIÇÃO DE ZONAS TRATAMENTO AMBIENTAL DIFERENCIADO

- Definir tratamento ambiental diferenciado para as áreas do aterro sanitário, dos cemitérios e do antigo depósito de resíduos sólidos encerrado na área próxima ao Ribeirão Água Fria; Áreas para ETA e ETE.
- Criar diretrizes de uso do solo para atividades como cemitérios, extração de recursos minerais, aterros sanitários, estações de tratamento de água e esgoto e estações elevatórias de água e esgoto visando impedir a urbanização próximo a estas.

OBJETIVO 6: Evitar ocorrências de desastres naturais/ambientais (queimadas)

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Criar programa permanente de prevenção e resposta a desastres naturais/ambientais (queimadas)

- Garantir a gestão de risco de desastres através da Defesa Civil municipal, em dispositivo legal, com quadro específico de servidores e receitas para viabilidade do programa.
- Investimento em tecnologia para maior eficiência na prevenção dos desastres naturais/queimadas, como a reativação da Sala de Situação para o monitoramento contínuo.
- Fortalecer o Programa de Brigadistas Voluntários

OBJETIVO 7: Evitar ocorrências de poluição sonora

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Revisão da legislação referente a ruídos

- Atualização da legislação ambiental que trata sobre emissão de ruídos, uma vez que o Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações não define especificamente infrações relacionadas à emissão de ruídos acima de limites toleráveis ou definidos em legislação.
- Atualizar a legislação ambiental atual, Lei nº 1.011/2001, de forma que as infrações decorrentes de emissão de sons sejam regulamentadas e aplicadas.

2.4 MOBILIDADE URBANA

2.4.1 SISTEMA VIÁRIO

OBJETIVO: Promover um Sistema Viário que proporcione fluidez com segurança e acessibilidade, priorizando a sustentabilidade na mobilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Qualificar e intensificar a sinalização viária e a de endereçamento.

- Qualificar a sinalização nas interseções das vias, considerando a segurança viária com foco nos pedestres e ciclistas;
- Intensificar a sinalização específica para pedestres, promovendo a criação de rotas caminháveis e a ligação interbairros;
- Intensificar a iluminação nas travessias para pedestres e ciclistas, de modo a garantir a boa visibilidade tanto do pedestre e ciclista, quanto da faixa de travessia;
- Atualizar e intensificar a sinalização de endereçamento;
- Criar sinalização indicativa de ciclorrotas para as vias internas, de acesso às quadras e bairros;
- Intensificar a sinalização viária das ciclovias e ciclofaixas;
- Sinalizar as estradas vicinais, com as sinalizações viária e de identificação dos assentamentos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Desenvolver a malha viária priorizando o transporte público, os ciclistas e os pedestres, assim como, adotando medidas da engenharia de tráfego que atendam às demandas de logísticas do trânsito, garantindo a segurança.

- Definir a hierarquização das vias;
- Requalificar o sistema viário, dedicando infraestrutura aos pedestres e ciclistas;
- Realizar estudos e promover a implantação da infraestrutura necessária à melhor conexão entre as regiões Central e Sul de Palmas, destacando a possibilidade de uma ponte sobre o Ribeirão Taquaruçu, no alinhamento da Av. NS 10;
- Prever o prolongamento da Av. Teotônio Segurado no sentido norte, considerando as ocupações na região (sobretudo o Lago Norte), e visando a possibilidade de conexão com o centro da cidade por meio de uma via que abrigará, futuramente, o transporte público coletivo de massa;
- Prever o prolongamento da Av. Teotônio Segurado no sentido sul, favorecendo o escoamento da produção agrícola da “Vila Agrotins”;

- Duplicar as avenidas com alto fluxo de veículos (ex: NS-02, NS-04, NS-08, NS-10, LO-10);
- Requalificar as Marginais Leste e Oeste, com a definição de usos e implantação de infraestrutura viária, considerando sua característica logística;
- Requalificar as centralidades – LO-09, LO-27, LO-05, Av. I, Av. Tocantins, LO-10, LO-14, Av. Araguaia, Av. Perimetral Norte, dentre outras, com foco nos pedestres e ciclistas;
- Implantar um Anel Viário (Norte e Sul);
- Controlar o uso e a operação da infraestrutura viária urbana destinada à circulação e à operação do transporte de carga, concedendo prioridades ou restrições, com a definição de rotas preferenciais e de vias de uso proibido, por meio de sinalização específica;
- Propiciar a ligação entre as vias de escoamento/logística regionais (TO-020, TO-030, BR-010, TO-050, Anel Viário);
- Requalificar a BR-010 e TO-050 para o seu contexto urbano – retornos, semáforos, redução de velocidades, estreitamento de vias;
- Identificar e qualificar as vias exclusivas/compartilhadas para pedestres;
- Urbanizar a Orla de Palmas com a elaboração e implantação do projeto da Avenida Parque;
- Implantar a infraestrutura de ligação entre as LOs e a Rodovia, conforme projeto urbanístico;
- Requalificar as estradas vicinais, implantando a padronização das larguras referentes à caixa de rolagem e faixa de domínio;
- Promover a pavimentação sustentável de toda a área urbana do município, a fim de minimizar a dissipação de poeira.

2.4.2 SISTEMA DE TRANSPORTE

OBJETIVO: Promover um transporte público de alta eficiência, sustentável, inclusivo e com integração intermodal.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Priorizar no planejamento, destinação orçamentária para o desenvolvimento de sistemas de transportes e novas tecnologias, que resultem na melhoria das condições ambientais, valorizando o transporte coletivo de qualidade, as calçadas acessíveis e as ciclovias, em detrimento ao transporte individual.

- Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- Priorizar o transporte público coletivo nas vias definidas pelo Plano de Mobilidade;

- Implantar o Sistema de Transporte Público Coletivo Hidroviário;
- Criar instrumentos para melhor distribuição dos recursos entre os investimentos nos modais de transporte, levando em consideração os benefícios e potências de cada um, bem como a distribuição das viagens na cidade e nos bairros;
- Criar instrumentos que promovam uma arrecadação fixa e específica para investimentos em infraestrutura de transporte público coletivo e custeio da tarifa;
- Promover a integração entre todos os modais (rodoviário, ciclovário e hidroviário), atendendo às demandas do transporte de passageiros e mercadorias;
- Promover a modernização da frota de transporte público, com veículos menos poluentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Qualificar frota e pontos de parada voltados ao transporte público.

- Promover a qualificação dos pontos de parada do transporte coletivo, prevendo bicicletários e arborização no entorno;
- Definir uma padronização para os pontos de moto-taxi e taxi de Palmas;
- Executar baias para as paradas do transporte público, nas estradas vicinais;
- Aumentar a frota do transporte escolar e aprimorar o atendimento nas escolas da rede municipal do campo, garantindo transporte gratuito de qualidade a todos os alunos, na faixa etária da educação escolar obrigatória;
- Criar instrumentos que exijam dos proprietários/incorporadores de novos loteamentos a implantação da infraestrutura para o transporte público coletivo (pontos de ônibus, baias etc, com projeto fornecido pela administração municipal).

2.4.3 SISTEMA CICLOVIÁRIO

OBJETIVO: Promover o uso seguro da bicicleta com a implantação de uma malha cicloviária que atenda às demandas dos ciclistas.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Implementar a rede cicloviária, identificando os novos trechos prioritários;
- Interligar os trechos de ciclovias existentes;
- Ampliar o quantitativo de rampas de acesso às ciclovias – concomitante à intensificação das sinalizações interbairros;

- Garantir a arborização das ciclovias, conforme diretrizes do Plano Municipal de Arborização;
- Promover a construção de pontos de apoio para os ciclistas ao longo das ciclovias;
- Promover campanhas educativas para a mobilidade sustentável;
- Inserir a obrigatoriedade de paraciclos nos espaços de uso coletivo;
- Revisar a legislação urbanística – Código de Obras e Posturas - prevendo infraestrutura adequada para ciclistas nos novos empreendimentos (bicicletários e chuveiros).

2.4.4 ACESSIBILIDADES / CALÇADAS

OBJETIVO: Promover acessibilidade, segurança e conforto aos pedestres com calçadas acessíveis e arborizadas.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Elaborar a Lei das Calçadas, seguida de uma cartilha, definindo padrões e responsabilidades públicas e privadas;
- Garantir a acessibilidade das calçadas existentes e das novas calçadas, aplicando a Lei das Calçadas;
- Garantir a arborização das calçadas, conforme diretrizes do Plano Municipal de Arborização;
- Requalificar o entorno dos equipamentos públicos com foco na priorização de pedestres;
- Realizar constantes Campanhas Educativas de respeito ao pedestre.

2.4.5 ESTACIONAMENTOS

OBJETIVO: Requalificar as áreas destinadas a estacionamentos considerando a ampla inserção de paraciclos e de arborização.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Redução de exigências no Código de Obras sobre quantidade de vagas de estacionamentos em empreendimentos, nas áreas previstas com estacionamentos públicos e ao longo do eixo de transporte;
- Estipular quantidades máximas de vagas por empreendimento;

- Inserir a obrigatoriedade de paraciclos nos estacionamentos públicos;
- Preservar ao máximo a arborização existente e realizar o plantio de novas mudas (conforme Plano de Arborização), nas áreas destinadas a estacionamento.

2.4.6 SEGURANÇA VIÁRIA

OBJETIVO: Viabilizar por meio de sinalização, educação e fiscalização o respeito aos usuários das vias e à legislação de trânsito.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Implementar o conceito de segurança viária na requalificação das vias e na elaboração dos projetos;
- Promover Sinalização Viária, Campanhas Educativas e Fiscalização de Trânsito, voltadas à segurança viária;
- Viabilizar a instalação de semáforos (para veículos e pedestres) em cruzamentos com alto fluxo de veículos e pedestres;
- Instalar semáforos com sonorizadores, para deficientes visuais;
- Implantar a sinalização náutica no Lago. Ordenar e tornar mais segura a movimentação de embarcações e a prática de esportes náuticos, bem como garantir mais segurança aos banhistas nas praias da Capital;
- Ampliar o sistema de videomonitoramento destinado à segurança viária;
- Intensificar a iluminação ao longo das vias (calçadas, ciclovias, pista de rolamento), destacando a iluminação nas travessias para pedestres e ciclistas.

2.5 PAISAGEM URBANA

CONCEITO

A paisagem urbana é entendida como patrimônio natural e construído, cujos espaços proporcionam diferentes usos pela população - a arborização urbana e a integração da natureza com a cidade, a caminhabilidade, os muros, as fachadas dos edifícios, o conforto térmico nos espaços públicos e os efeitos decorrentes de cada ação – e exercem funções sociais e educativas, oportunidades de encontro e contato com os elementos da natureza, garantindo uma maior qualidade de vida.

PRINCÍPIOS

- Valorizar a paisagem como elemento de identidade da cidade, em sua singularidade, diversidade e totalidade.
- Buscar aproximar as regiões da cidade, promovendo sua integração física, social e cultural, superando a dicotomia existente entre elas.
- Inserir em Palmas o conceito de Paisagem Cultural, que abrange o sentimento de pertencimento e identificação da população pelo espaço que ocupa, conectando o usuário à cidade.
- Priorizar a coletividade na elaboração de projetos de toda ordem, aliando a arte e a técnica necessárias, considerando o ser humano como protagonista e usuário da Paisagem Urbana, de forma a dar maior qualidade urbanística à cidade na escala do pedestre.
- Introduzir a Paisagem Urbana como critério de composição do sistema edificado.
- Promover políticas municipais de uso dos espaços da cidade, tendo como prioridade a melhoria da Paisagem Urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1: Ampliar e incrementar os logradouros e espaços públicos de modo a estimular o convívio social e a interação com a paisagem.

PROPOSTAS

- Dotar os logradouros e espaços públicos - calçadas, ciclovias, ruas de pedestres, parques, áreas verdes, orla do lago e áreas comerciais - de arborização, iluminação e mobiliários urbanos.
- Aumentar o número de áreas e espaços públicos municipais para instalação de equipamentos de diversos portes promovendo o lazer, a prática esportiva e a cultura, distribuindo-os equitativamente pelo território do município.
- Estimular atividades diversas além do uso para o qual foram destinados os espaços públicos, buscando dinamizá-los e otimizá-los.
- Ampliar e padronizar as calçadas e ciclovias de forma a criar vias com identidade visual, uniformes, acessíveis, livres de obstáculos, sombreadas e iluminadas.
- Fixar diretrizes de parcelamento de lotes ou glebas, de modo a prever que o percentual obrigatório dedicado às áreas verdes seja implantado como espaço qualificado e não apenas como resíduos urbanos (sobras de loteamentos sem interesse imobiliário).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2: Preservar os logradouros e espaços públicos.

PROPOSTAS

- Manter os logradouros e espaços públicos de forma ordenada, com equipamentos e mobiliários urbanos executados dentro das normas oficiais e em condições de pleno uso.
- Alocar equipamentos públicos quando da implantação de parques urbanos, como mecanismo de vigilância compartilhada destas áreas.
- Incentivar as iniciativas de adoção de áreas verdes públicas pela iniciativa privada, em especial o programa "Adote um Jardim".
- Criar regulamentações e campanhas educativas que zelem pela qualidade da paisagem.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3: Revitalizar e requalificar os espaços urbanos de modo a estimular a diversidade de usos e a convivência entre os cidadãos.

PROPOSTAS

- Revitalizar áreas e equipamentos urbanos como forma de desenvolvimento social e econômico da população local.
- Promover adequações do solo urbano de acordo com as necessidades da população, tendo como prioridade a escala do pedestre.
- Fomentar a diversidade de usos pela população nas quadras e loteamentos existentes e a serem implantados, como a agricultura urbana, a qual possui grande potencial no município.
- Promover o planejamento de bairros humanizados nos projetos urbanísticos de loteamentos e de quadras.
- Possibilitar o projeto de quadras compatibilizando a proposta urbanística com a situação fundiária.
- Promover a conexão da cidade com o lago criando pólos de interesse e de atração visando o desenvolvimento urbano do entorno.
- Promover o parcelamento ou reparcelamento das glebas conforme estabelecido pelo Código Florestal, garantindo servidões de amplo acesso público ao lago, sendo proibida a alteração de seu uso.
- Estruturar a Avenida Orla, assegurando a continuidade entre os trechos existentes em todo o território do município, conforme exigido por Lei, incrementando seus usos e potencializando sua vocação como área pública dinâmica.
- Requalificar a Avenida LO-09, ligando o Parque Cesamar ao Lago da UHE Luis Eduardo Magalhães, através da implantação de ciclovias, calçadas sustentáveis, travessias elevadas e arborização tanto nas laterais, quanto no canteiro central, reforçando o comércio da região e priorizando o pedestre.

- Conectar o Parque Cesamar ao Lago da UHE Luis Eduardo Magalhães, qualificando os espaços e logradouros públicos em todo o trajeto.
- Qualificar as centralidades de todo o território municipal, através da implantação de calçadas, ciclovias, ruas de pedestres, arborização, iluminação e mobiliários urbanos, ativando e potencializando sua vocação, com o objetivo de favorecer a convivência e interação social.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4: Ampliar a interface entre espaço público e privado, expandindo a permeabilidade visual entre eles, de modo a criar laços de convivência entre a comunidade, dinamizar as atividades urbanas e proporcionar melhores condições de segurança à população.

PROPOSTAS

- Criar incentivos para o uso de materiais de construção que favoreçam a permeabilidade visual nas testadas dos imóveis e nas laterais voltadas para logradouros públicos.
- Intensificar a abertura do fundo dos lotes lindeiros às avenidas de forma a cumprir sua função social da propriedade.
- Estimular a abertura dos lotes para livre acesso da população de forma a gerar espaços de fruição pública.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5: Zelar pelo conforto visual da paisagem urbana compreendido como elemento constitutivo da imagem da cidade.

PROPOSTAS

- Perseguir a preservação ambiental e paisagística, preservando a vista da Serra do Lajeado e do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães pela população e assegurando também a privacidade dos imóveis adjacentes.
- Constituir a morfologia urbana harmonizando o gabarito das edificações da cidade com a beleza cênica, valorizando as perspectivas e cones visuais.
- Minimizar a poluição visual das ruas, avenidas e áreas públicas causadas por interferências diversas, organizando, controlando e orientando o uso de mensagens visuais de qualquer natureza especialmente as ações de publicidade, respeitando o interesse coletivo.
- Buscar junto às concessionárias de energia e dados a substituição gradual das redes de distribuição aérea pelo sistema subterrâneo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: Promover o paisagismo na cidade, em especial a arborização, a qual estimula diversos usos e benefícios à população, tais como:

- Beleza cênica;
- Absorção da poluição atmosférica, neutralizando os seus efeitos na população;
- Proteção contra ventos;
- Diminuição da poluição sonora;
- Sombra;
- Absorção de parte dos raios solares;
- Ambientação aos pássaros;
- Suprimento de alimento;
- Efeito medicinal e
- Afetividade, de forma a favorecer o elo entre a população e o espaço público.

PROPOSTAS

- Priorizar a arborização das áreas públicas, incluindo ciclovias, calçadas e equipamentos.
- Criar incentivos para a população plantar e manter árvores em sua calçada e no interior do lote, independente da atividade do mesmo.
- Declarar os elementos arbóreos de médio e grande porte como patrimônio da cidade.
- Considerar a diversidade dos grupos vegetais, priorizando o plantio de espécies nativas da região nos logradouros e espaços públicos - dada a relevância dos seus biomas e dos seus benefícios ambientais – de modo a reduzir os custos de manutenção e a resgatar a identidade tocantinense da cidade.
- Promover o plantio e a poda sustentável das árvores em consonância com as redes públicas de instalação – elétrica, dados, saneamento básico e fornecimento de água - integrando prefeitura e concessionárias de serviços públicos
- Assegurar a assistência técnica especializada, oferta de mudas, elaboração de padrões para plantio e orientações para podas como serviço para a população.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7: Reconhecer a Paisagem Urbana como elemento acolhedor das iniciativas culturais da cidade, ampliando e potencializando os espaços públicos, com vistas a fomentar manifestações populares de toda ordem.

PROPOSTAS

- Preservar os espaços de valor histórico, turístico e cultural, incrementando seus atuais usos.

- Criar centros de convenções para promoção de eventos na área urbana.
- Criar espaços públicos para promoção de eventos culturais e manifestações artísticas no centro de Taquaruçu.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8: Incentivar a produção de arquitetura sustentável de forma a otimizar recursos naturais e sistemas de edificação, minimizando o impacto ambiental dos edifícios sobre o meio ambiente e seus habitantes.

PROPOSTAS

- Buscar aproximar o edifício da escala humana, protegendo o térreo contra intempéries, permitindo a passagem do vento ao redor dos edifícios e sob eles, através da inserção da edificação no terreno.
- Criar incentivos para a certificação de edificações de todos os tipos, principalmente os prédios públicos.
- Defender a permeabilidade do solo, inclusive o sistema viário, através do uso de materiais sustentáveis e ecológicos, garantindo a recarga dos lençóis freáticos para manutenção dos mananciais, tanto da área urbana quanto da rural.
- Incentivar o reúso das águas para irrigação em áreas públicas e empreendimentos privados.
- Promover abrigos sombreados ao longo das avenidas para garantia de conforto ao pedestre.
- Garantir a circulação de ar e ventos, bem como minimizar a radiação térmica, no território do município, através de morfologia urbana adequada à região.

2.6 POLÍTICA HABITACIONAL

OBJETIVO 1: Aumentar a disponibilidade de áreas regulares de habitação para famílias de menor renda e ampliar a oferta de moradia

- Disponibilizar terra para a provisão habitacional;
- Promover Mix de programas e projetos de mais baixo custo (lote urbanizado, regularização fundiária, reforma e ampliação, requalificação, assistência técnica);
- Necessidade de entender a política de habitação como um instrumento de construção da cidade, de inclusão e diversidade urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Readequação das zonas de interesse social – ZEIS

- Definir zonas (ZEIS) ou áreas (AEIS) para flexibilização das tipologias habitacionais, estabelecendo diretrizes que permitam a ocupação por famílias de menor renda;
- A ZEIS é um instrumento de Zoneamento, que possibilita influenciar em menor custo para o empreendedor e para o consumidor. Não implica em desapropriação;
- Adotar os seguintes critérios para as tipologias de ZEIS
 - ZEIS 1 de vazios urbanos – definição de quadras a serem reservadas para empreendimentos de HIS (não implicam desapropriação, o empreendedor direcionará esforços em atender um público de menor renda – adequando o seu produto);
 - ZEIS 2 para empreendimentos habitacionais (parcerias);
 - ZEIS 3 de Regularização Fundiária – áreas para regularização fundiária de interesse social (Reurb-S) e específico (Reurb-E).
- Promover/apoiar iniciativas para a provisão habitacional/moradias acessíveis, viabilizando pequenos empreendimentos, vilas, programas de lotes urbanizados, aluguel social, etc.
- Critérios para instituir novas ZEIS: em áreas próximas aos eixos de transporte, regiões com infraestrutura básica implantada, e previsão da instalação de novos equipamentos públicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Definição de um percentual para Habitação de Mercado Popular (HMP) para todos os novos parcelamentos

- Promover a integração de diversas classes da população, incentivando diversidade urbana e coletiva, com a formação de comunidades integradas – necessidade de estimular as relações sociais e de transformar as quadras em bairros;
- Definir um percentual para todos os novos parcelamentos, para produção de terrenos (para venda) voltados ao mercado de menor renda – até 6 salários-mínimos; necessita criatividade do Poder Público e do Mercado; (definir melhor na etapa de detalhamento dos instrumentos)
- Flexibilizar os parâmetros urbanísticos e discussão de incentivos (Ex.: Habita-Palmas)

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Diversificação da produção habitacional objetivando o enfrentamento dos diversos componentes do déficit habitacional e a transparência das ações

- Prever novos programas que enfrentem outros componentes do déficit habitacional e que não fiquem tão propensos a recursos externos, por exemplo: regularização fundiária, oferta de lotes urbanizados, melhorias urbanas e habitacionais, assistência técnica,

programas de incentivo aos empreendedores da construção civil, incentivo às famílias que necessitam de financiamentos imobiliários (conforme a faixa de renda), etc.

- Instituir um programa de Aluguel Social, proporcionando condições para a população de menor renda ocupar as zonas mais centrais da cidade e, ao mesmo tempo, dar uso aos imóveis vagos ou com baixa ocupação;
- Instituir um programa de Assistência Técnica Gratuita, destinando serviços especializados para o desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social.
- Implementar um programa de oferta de lote urbanizado, com escritura e infraestrutura, com o objetivo de atender a população, promovendo empreendimentos compatíveis com a renda das famílias;
- Promover a permanente revisão e atualização do Cadastro Habitacional do Município. Criar sistema de acompanhamento do Cadastro Habitacional, que propicie aos usuários e órgãos de controle acompanhar, com transparência, a distribuição dos benefícios habitacionais.

2.7 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO 1: promover a regularização fundiária do município, com foco na garantia do direito à moradia e na racionalidade da ocupação do território

- Foram detectados diversos parcelamentos irregulares fora do atual perímetro urbano – parcelamento irregular de chácaras;
- Constatação de uma situação onde o urbano transbordou para além do perímetro urbano atual.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Aumentar a capacidade de fiscalização sobre parcelamentos irregulares, promovendo a racionalidade de ocupação do território e evitando maiores gastos com o espraiamento da infraestrutura urbana

- Promover a alteração da Lei nº 468, redefinindo a cobrança de multas para parcelamentos irregulares e levantamento cadastral do território (Já em andamento);
- Regulamentar localmente a Lei nº 13.465/2017;
- Definir instrumentos para coibir e controlar as ocupações irregulares, com aumento da fiscalização e combate à grilagem;
- Organizar campanhas informativas à população sobre áreas irregulares e como adquirir um imóvel regularizado; Promover a capacitação de profissionais que atuam na área – Corretores, Advogados, Arquitetos e Engenheiros;

- Avaliar proposta de unificação do corpo de fiscalização (âmbito administrativo) – Meio Ambiente, Obras, Posturas e Urbanístico;
- Promover o acompanhamento direto pela Procuradoria do Município dos procedimentos de fiscalização dos parcelamentos irregulares (âmbito legal – Ação Civil Pública).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Promover a regularização fundiária dos parcelamentos já consolidados

- Criar ZEIS de regularização com mudança de uso, com condicionantes para que o município tenha contrapartidas, para levar infraestrutura;
- Promover a regularização Fundiária Sustentável – Regularização Plena: áreas com infraestrutura, equipamentos e inserção da malha viária;
- Detalhar o Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas com a priorização das áreas a serem atendidas, prazos e a previsão orçamentária para execução – prever recursos para as atividades específicas que demandam recursos financeiros (cadastramento, topografia, indenizações, etc.);
- Elaborar Planos específicos de Regularização Fundiária, traçando as estratégias para a efetiva ação nas áreas, considerando suas especificidades (situação de posse, regulamentações adicionais necessárias, negociação com proprietários e/ou ocupantes, questões jurídicas, etc.);
- Instituir taxas e cobranças para promover a Regularização Fundiária (principalmente Reurb-E), para alimentar o Fundo de Habitação.

Região Norte

- Projetar o sistema viário para esta região, prevendo a projeção das principais avenidas;
- Promover levantamento das áreas irregulares já consolidadas (loteamentos irregulares de interesse social e específico), sua situação fundiária e outros subsídios necessários para a definição de um futuro Plano Regional;
- Criar a ZEIS Norte (Lago Norte), abrangendo a área entre a NS-15 e UC Água Fria;
- Organizar a ocupação da Região Norte, de forma gradativa, para conter o espraiamento da malha urbana.

Região Leste

- TO-050 – definição da área de influência das rodovias, para atividades de produção e de interesse logístico / Não deverá permitir loteamentos habitacionais;

- Definir exigências mais restritivas quanto aos critérios de RF trazidas na Lei nº 13.465/2017;
- Tratar ocupações irregulares, de interesse social, como núcleos de ocupação consolidada – para regularizar ou remanejar, conforme diagnóstico específico;
- Possibilidade de redução do módulo rural (mínimo de 2 hectares), possibilitando a regularização de atividades não típicas do rural (chácaras de recreio, chácaras de eventos, clubes, postos de abastecimento, etc.);
- Permitir uso habitacional na área do Setor Universitário – área heterogênea, com serviços e habitação;
- Considerar as ocupações irregulares contidas na APA Serra do Lajeado (em especial nas proximidades da TO-020), e as dificuldades para regularização, devendo submeter os processos de aprovação ao Conselho da APA e ao NATURATINS;
- Apoio aos produtores rurais – propiciar assistência técnica e extensão rural e desenvolver programa de compra direta pelas escolas; entre outros;
- Incentivar a preservação das áreas produtoras de água;
- Promover o controle da ocupação da área do Comercial Machado, com definição de seus limites e regras de parcelamento e de uso do solo.

Taquaruçu

- Ampliar a oferta habitacional e de terrenos e promover a regularização fundiária das áreas irregulares nos arredores do distrito e nas áreas públicas;
- Promover, em articulação com o Estado, a regularização fundiária dos parcelamentos localizados na APA;
- Redefinir os limites urbanos e as regras de parcelamento e de uso do solo.

Região Sul

- Promover adequações aos limites da atual UC do Machado com relação ao processo de regularização fundiária – Córrego Machado, Irmã Dulce, Vila Piauí e União Sul;
- Estabelecer limites para a expansão da urbanização na Região Sul, considerando a existência de área destinada a extração de granito, já com licença de lavra concedida, próximo à área do aterro sanitário;
- Incentivar a produção rural e o interesse logístico, na Região da Agrotins;
- Estabelecer critérios urbanísticos e regras de uso do solo mais restritivos na região sul, visando inserção de polo logístico e combate à ocupação irregular.

OBJETIVO 2 – incentivar a regularização fundiária das áreas rurais

- Dar maior agilidade na documentação e registro de terras nas áreas rurais com a criação de um departamento na estrutura do município que acompanhe esta atividade junto aos órgãos do Estado e da União;
- Realizar mutirão de Regularização Fundiária Rural, objetivando dar maior segurança jurídica e possibilitando o acesso ao crédito para produção.

2.8 DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO: Definir regras claras, através de legislação específica para o ordenamento do uso e ocupação do solo rural

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Adotar políticas de proteção da pequena agricultura familiar face ao avanço da monocultura.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Inibir o microparcelamento de áreas rurais, através de fiscalização e apoio à viabilização do retorno econômico das atividades agrícolas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Estabelecer estreita colaboração com a instância estadual de Planejamento e Gestão no que se refere à área rural de Palmas e zonas de influência.

PROPOSTA – Participar na elaboração e gestão do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado.

PROPOSTA – Assimilar, no que for compatível, o zoneamento estabelecido pelo Plano de Manejo da APA Estadual da Serra do Lajeado, e colaborar, em gestão compartilhada, o controle/fiscalização daquela UC, através do Conselho da APA e outros fóruns.

PROPOSTA - Elaborar macroplanejamento, envolvendo as três esferas de governo, com o objetivo de normatizar as estradas rurais, criando critérios e atributos para abertura de novas estradas, bem como definindo normas para a manutenção das já existentes, diante de sua grande importância social, econômica e ambiental, tanto para a agricultura de commodities como para a agricultura de abastecimento local, pois permite o acesso da população à educação, saúde, lazer, bens de consumo, como também facilita o transporte de insumos adquiridos e o escoamento da produção, favorecendo a competitividade na comercialização, conjuntura que proporciona a fixação do homem ao campo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Estabelecer estreita colaboração com a instância estadual de Planejamento e Gestão no que se refere à área rural de Palmas e zonas de influência.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 – Incentivar agricultura de pequeno porte (hortaliças, orgânicos) junto à faixa verde de amortecimento (sendo proposta nesta Revisão) ao redor das áreas urbanas de Taquaruçu e Buritirana, como forma de contenção do avanço do microparcelamento irregular.

OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento rural, de maneira harmônica com a preservação ambiental e proteção dos mananciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 - Elaborar políticas públicas de incentivo financeiro ao produtor rural, visando a permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo, através de implantação de unidades demonstrativas e da realização de ações nas comunidades rurais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 - Implantar políticas públicas de conscientização ambiental e preservação dos bens naturais e de fiscalização e acompanhamento das áreas especialmente protegidas localizadas na macrozona rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 - Fomentar a expansão da agricultura urbana em áreas públicas municipais a serem definidas, com a criação de novas hortas comunitárias, aproveitando os espaços ociosos, a fim de despertar o senso de comunidade, garantindo a boa utilização e manutenção do espaço público, com respeito ao meio ambiente, promovendo a inclusão social, terapia ocupacional, socialização e geração de renda alternativa.

PROPOSTA: Incentivar o desenvolvimento de pequenas hortas em área particulares na zona urbana, com o objetivo de melhorar a oferta de hortaliças no mercado local, bem como para garantir alimentação de qualidade para as próprias famílias produtoras.

PROPOSTA: Incentivar e apoiar a implantação de programas de pequenas hortas, na rede municipal de Ensino, com foco na Educação Ambiental e Sustentabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 - Estruturar o órgão municipal de assistência técnica e extensão rural de modo a garantir maior abrangência dos trabalhos dos técnicos junto aos produtores rurais do município, com difusão de tecnologias que possibilitem o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento de ações que fortaleçam o associativismo e cooperativismo entre os produtores.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5 - Implantar programa de conservação de solo e água, que contemple ações nas áreas produtivas, cursos d'água e nascentes garantindo assim preservação e abastecimento de água às comunidades rurais.

PROPOSTA – Promover estudos de resiliência de recursos hídricos, visando controle ambiental e melhor resultado econômico a partir de barramentos em córregos, seleção de pontos de captação de água e escavação de poços artesianos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6 - Incentivar as atividades agropecuárias, respeitando as características e potencialidades de uso do solo de cada região, priorizando a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, a avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura.

PROPOSTA - Planejar ações voltadas para o desenvolvimento da produção da piscicultura, com ênfase na orientação sobre novas tecnologias e modalidades de criação.

PROPOSTA - Planejar ações voltadas para o desenvolvimento da produção pecuária do município, como a implantação de unidades demonstrativas, realização de dias de campo, intensificação de visitas técnicas e aporte tecnológico.

PROPOSTA - Incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas, a fim de promover a construção de uma cultura de produção sustentável e consumo saudável, através de acompanhamento dos produtores e da orientação na criação de organização de controle social (OCS), possibilitando a venda direta de produtos agrícolas com certificação de produto orgânico.

PROPOSTA - Fortalecer o centro de compostagem a fim de que o material coletado na poda de galhadas seja transformado em adubo orgânico e distribuído às hortas comunitárias e a produtores de hortaliças e frutas do município.

2.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO 1: Promover a diversificação da estrutura de atividade econômica em Palmas.

DIRETRIZ 1.1- Apoio ao desenvolvimento tecnológico, à atração e retenção de novos talentos e negócios, e maior integração regional.

- Prever alteração no Plano Diretor de 2007 – Art. 25, inciso I, retirando a ALC NO13 como ZEIS, uma vez que a mesma está prevista para à futura implantação do Parque Tecnológico na Região Norte – projeto e execução com recursos federais, estaduais e municipais.
- Incentivar a substituição das fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis por energias renováveis (biomassa, solar, eólica, hídrica), na matriz energética de Palmas, de forma a melhorar sua competitividade;
- Fortalecer o Programa Palmas Solar, de forma a melhorar a promover a inovação, competitividade e desenvolver a cadeia produtiva de energia solar (PV e CSP) no Município;

- Promover o aproveitamento econômico, em especial pelas indústrias desse segmento, do gás produzido no aterro sanitário, durante a decomposição da matéria orgânica;
- Incentivar a instalação de empresas voltadas para a construção civil sustentável, com utilização de sistemas construtivos adaptados ao clima local, com técnicas e materiais compatíveis;

DIRETRIZ 1.2 -Promover Palmas como centro de integração logística nacional, estadual e regional.

- Definir como de interesse estratégico para o Município, o aeroporto Lysias Rodrigues e sua área de influência, para aproveitamento do potencial logístico e potencial de indução de atividades comerciais e industriais de maior valor agregado, e para aproveitamento turístico.
- Implantar sistema viário de conexão entre o Condomínio Empresarial, Logístico e Industrial de Palmas, o aeroporto e as rodovias (TO-050, 010, 020 e 030) para escoamento do fluxo e cargas na Região, inclusive prevendo a via de contorno do Taquaralto, ligando a TO-050 à 030;
- Definir uso exclusivo das áreas de adjacentes as vias TO-050, 010 e 020, para comércio, indústria e serviços

OBJETIVO 2. Fortalecer as cadeias produtivas locais.

DIRETRIZ 2.1 - Incentivar as centralidades existentes.

- Promover a requalificação urbana, paisagística e ambiental nas seguintes localidades: Avenida Teotônio Segurado, Avenida Juscelino Kubitschek (JK), Avenida Tocantins (Shopping a Céu Aberto Taquaralto), Rodoshopping, Praias das Arnos, Graciosa, Caju, Prata e Buritis, Parque Cesamar, Povos Indígenas e do Machado, Polo Turístico de Taquaruçu e Balneário de Buritirana, Feira da 304, do Bosque, Jardim Aurenny III e 307 Norte;
- Definir uso misto de média e alta densidade com ocupação comercial, ao longo da Av. Tocantins;

DIRETRIZ 2.2- Incentivar novas centralidades identificadas

- Promover a requalificação urbana e prover incentivos para as atividades econômicas nas localidades LO09, LO05, LO22, LO10, NS03 e NS05;
- Reforçar o projeto Hortas Empreendedoras Urbanas;
- promover o reaproveitamento do entulho da construção civil – usina de reciclagem;

DIRETRIZ 2.3- Dinamizar a cadeia turística de Palmas

- Fortalecer a vocação turística principal de Palmas, centrada no segmento do Turismo de Negócios e Eventos;
- Definir áreas de interesse turístico na região Norte destinadas a criação de Parques Temáticos/Resorts e outros equipamentos turísticos de médio porte na região Norte de Palmas.
- Implantar centros de capacitação de mão de obra para serviços turísticos;
- Realizar estudos para implantação de estrutura para grandes eventos, próximo a área anteriormente destinada aos jogos mundiais indígenas (vila olímpica e estádio), com fácil acesso ao sistema viário prioritário - Avenida Teotônio Segurado - e ao aeroporto;
- Elaborar estudos para a implantação de um complexo de educação técnica dirigida ao ecoturismo e ao turismo rural, com espaço para a realização de eventos;
- Estruturar a logística de acesso aos atrativos naturais de Palmas;
- Implantar o Parque Linear da Orla prevendo a criação de espaços equipados e conectados a outras áreas verdes e Unidades de Conservação existentes, gerando diversificação dos usos e garantia de acesso ao Lago;
- Promover roteiros integrados entre Taquaruçu e Taquaruçu Grande, estruturando os atrativos turísticos existentes e oferecendo opções tanto de ecoturismo quanto de turismo rural;
- Definir normas urbanísticas para o parcelamento, ocupação e edificação em Buritirana e Taquaruçu, com vistas à garantir a proteção do patrimônio arquitetônico, paisagístico e ambiental, base da atividade turística;
- Consolidar a vocação de Palmas como "Destino Saúde"
- Consolidar a vocação regional de Palmas como Polo Educacional

2.10 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO 1: Promover políticas dirigidas à Juventude

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Combate às drogas

- Promover o combate ao consumo de drogas, a exemplo do projeto “Palmas que te Acolhe”.
- Promover a inclusão social dos jovens, a exemplo do programa Estação da Juventude, que ocorre no Santa Bárbara e que atende 2000 jovens por mês;
- Implementar projetos de ação social nos locais de concentração de pessoas em situação de rua, tendo como objetivo a aproximação do poder público a essa população, mediante iniciativas integradas como a construção do Centro POP e da Unidade de Acolhimento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Formação dos jovens

- Promover a preparação de jovens carentes para as provas do ENEM;
- Garantir o acesso e a permanência de estudantes carentes em instituições de ensino superior e técnico, por meio do financiamento de passagem de transporte público urbano;
- Estimular o protagonismo, a participação cidadã, a formação integral e a qualificação profissional dos jovens carentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – ações voltadas à inclusão social dos jovens

- Promover a inclusão cultural de jovens carentes através de iniciativas que levem filmes para exibição nos bairros da Região Norte e Sul de Palmas, em parceria com entidades e associações e promoções de acesso gratuito às salas de cinema existentes;
 - Apoiar a promoção de palestras, debates e rodas de conversa, para entender as necessidades e anseios dos jovens das áreas da periferia de Palmas.
 - Apoiar iniciativas voltadas para o público infante-juvenil.
 - Apoiar projetos que visem reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Ações voltadas à construção de espaços para os jovens

- Proporcionar espaços com infraestrutura adequada para reuniões de juventude.

OBJETIVO 2: Promover políticas voltadas à ação social

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Proporcionar Proteção Social Básica

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Proporcionar Proteção Social de Média Complexidade

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Proporcionar Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo institucional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4 – Promover/disponibilizar espaços para os serviços de ação social

- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;
- Serviço Especializado para pessoas em situação de rua / Centro de Referência especializado para população em situação de rua – Centro POP.
- Instituição de Longa Permanência para Idoso.
- Centro de Referência de Assistência Social da Região Norte.
- Centro de Referência de Assistência Social da Região Sul.
- Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

OBJETIVO 3: Promover políticas voltadas à Segurança Pública

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – promover o combate à violência

- Apoiar programas voltados ao combate à violência, desenvolvendo programas de inclusão e ressocialização de populações em situação de vulnerabilidade;
- Implementar, através da mobilidade urbana, as rondas, ROMU – Praças e parques, guarda quarteirão, guardião escolar, fiscalização ambiental, proteção ao patrimônio público, fiscalizações diversas;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Promover o combate aos crimes ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Proporcionar espaços para os serviços de segurança pública:

- Implantar equipamentos que possam abrigar Base Comunitária de Policiamento ou Inspetoria (ou posto) da Guarda Metropolitana ou Delegacia de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias; nas seguintes localizações:
 - Quadra 1106 Sul;
 - Quadra 1005 Sul;
 - Quadra 504 Norte;
 - Quadra 605 Norte;
 - Quadra 307 Norte;
 - Taquaralto;
 - Taquarussu;
 - Taquari;
 - Aurenly III.
- Implantar equipamento que possa abrigar a Secretaria Municipal de Segurança;
- Implantar equipamento que possa abrigar o Quartel da Guarda Metropolitana.

OBJETIVO 4: Promover políticas voltadas à Cultura e ao Lazer

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Ações voltadas às apresentações Culturais facilitando a apresentação dessas;

- Quadrilhas (iniciativa que envolve 3000 pessoas);
- Iniciativas voltadas à promoção de eventos culturais como os festivais de cinemas e teatros, os corais, as orquestras e os concursos de novos artistas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Ações voltadas aos cursos e programas de incentivo à cultura e aos esportes;

- Centro de Artes e Esportes Unificado, Vila Olímpica para grandes eventos, escolas de músicas e de artes, dentre outros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3 – Ações voltadas à construção de espaços para Cultura e Lazer;

- Projetos que visam a criação de espaços adequados para manifestações culturais e de lazer.

OBJETIVO 5: Apoiar as ações da política de educação

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Ações voltadas à melhoria da oferta dos serviços de educação;

- Universalizar a oferta de matrículas de crianças de 4 a 5 anos, na pré-escola.

- Atender, pelo menos, 50% da demanda por matrículas de crianças de 0 a 3 anos.
- Universalizar o acesso à educação formal e o atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, preferencialmente na rede regional de ensino.
- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais;
- Garantir a expansão progressiva de atendimento em tempo integral, assegurando sua oferta em 85% dos educandos;
- Implantar currículo integral; flexível pois atende à necessidade da comunidade e o perfil dos profissionais, diversificado pois promove o equilíbrio entre a base comum, esporte, cultura e educação pelo trabalho, tem a estética da igualdade e da equidade pois promove a cidadania, criticidade, solidariedade e produtividade.
- Implantar projetos inovadores: como o circuito aproxima (integração entre as escolas), roça nas escolas, Centro de Educação Inclusiva: Infradotados e superdotados, educação para o trânsito, empreendedorismo/ panificação, esportes náuticos, práticas agrícolas, zootecnia, agroindustriais, circuito cultural da educação infantil, indicador de eficiência escolar – IEE, parcerias públicas/privadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Ações voltadas à construção e reforma de equipamentos de educação;

- Construção da Escola de Tempo Integral na vila Agrotins;
- Construção da Escola de Tempo Integral em Taquari;
- Construção da Escola de Tempo Integral Esportes;
- Construção da Escola de Tempo Integral do Campo;
- Construção de Sete (07) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS);
- Ampliação de quatro CMEIS;
- Ampliação de três escolas;
- Reforma geral em dois colégios.

OBJETIVO 6: Apoiar as ações da política de saúde

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1 – Trabalhar na perspectiva da construção coletiva da saúde enquanto qualidade de vida, com a participação efetiva da comunidade.

- Promover a intersetorialidade enfatizando-a com o intuito de se proporcionar à população uma assistência contínua, integrada e especializada.
- Alcançar a cobertura de 100% do território pelo Programa Saúde da Família.

- Atingir na atenção especializada, um atendimento complementar referenciado dos Centros de Saúde da Comunidade.
- Manter em 100% até 2021 a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família;
- Ampliar para 100% a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal.
- Aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 2.
- Aumentar o número de consultas médicas especializadas realizadas em relação às consultas agendadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2 – Ações voltadas à construção e reforma de equipamentos de saúde;

- Construção de quatorze (14) Centros de Saúde da Comunidade; CSC 108 NORTE, CSC TAQUARI, CSC SÔNIA REGINA, CSC 105 NORTE, CSC BERTAVILLE, CSC 604 NORTE, CSC SANTA FÉ IV, CSC JARDIM AEROPORTO, CSC SOL NASCENTE, CSC 306 SUL, CSC 604 SUL, 15 - CSC 309 SUL, CSC 605 SUL, CSC 1005 SUL.
- Casa de Parto Natural (Construção);
- Centro Macrorregional de Atenção à Saúde 303 Norte (Reforma);
- CAPS infantil (Construção);
- CAPS II (Construção);
- Unidade de Acolhimento Adulto (Construção);
- Unidade de Acolhimento Infantil (Construção);
- Centro de Fisioterapia da Região Sul (Construção);
- Complexo de Atenção à Saúde da Região Sul (Construção/Reforma - Não definido);
- UPA Sul (Construção de novo prédio no eixo do BRT);
- Serviço Especializado de Atenção à Saúde no atual prédio da UPA Sul (Reforma/Ampliação)
- SAMU (Construção)
- Rede de Frios (construção).

RELATÓRIO PRELIMINAR



ANEXO I

POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES

RETRATO POSITIVO DE PALMAS

INTRODUÇÃO

O presente Anexo faz parte do Relatório Preliminar das Propostas e Diretrizes e destina-se a compor o Retrato Positivo de Palmas, a partir de potencialidades, tendências, vocações, oportunidades, manifestações de identidade, soluções imaginadas e visão de futuro.

CAPITULO I

POTENCIALIDADES POR TEMAS

Fonte: Leituras Comunitárias

Leituras Setoriais

Relatórios Técnicos

As Reuniões Comunitárias e Encontros Setoriais aconteceram de 04.08 a 23.11.2016, realizadas em 15 etapas, tendo sido dividido o território do Município em 5 Regiões de Planejamento, para garantir que todos os atores representativos da sociedade pudessem participar. Os Relatórios Técnicos elaborados a partir dessas Leituras Comunitárias e Setoriais foram elaborados pelo Grupo Técnico de Revisão do Plano Diretor do Município de Palmas, instituído pelo Decreto nº 1.347, de 20 de março de 2017.

LEITURAS COMUNITÁRIAS E SETORIAIS

Reunião 04/08/2016 – BURITIRANA

Escola Luiz Nunes de Oliveira

Edifícios Públicos sem uso

Balneário

Produção de Frango Caipira

Disponibilidade de terrenos no Distrito

Polo de produção de hortaliças a baixo custo ambiental (região do córrego pedras)

Parque ecológico nas escolas

Turismo ecológico

Turismo e Lazer (Balneário)

Indústrias Rurais

Áreas disponíveis (para a produção rural)

Produção de soja, milho, feijão, sorgo, milheto. Horticultura

Balneário

Agropecuária e técnicas agrícolas

Indústria Rurais

Solo Fértil

Áreas disponíveis para produção

Áreas verdes minas de água

Reunião 09/08/2016 – CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Edifícios residenciais no centro

Diversidade de interesses econômicos

Riqueza advinda da diversidade de pessoas e interesses presentes nos processos participativos

Economia com certo grau de liquidez

Cidade nova com multiplicidade de interesses na instalação de empresas

Influência da vegetação no clima – redução da temperatura

Reunião 10/08/2016 – FIETO, SINDUSCON, CAU e CREA

Auditório do SENAI

Áreas com potencial agrícola
Agricultura familiar
Gastronomia
Agropecuária
Noção de territorialidade
Edifícios residenciais
Diversidade social
Identidade regional
Macroplanejamento regional e
Vazios urbanos com infraestruturas (prontos para serem ocupados)
Conformação das áreas de proteção ambiental e recursos hídricos
Empresários de outras regiões interessados no aterro sanitário - potencialidades de uso de tecnologia inovadora na área de engenharia
Identidade regional
Abastecimento de água
Cinturão verde voltado para produção de agricultura familiar
Desenho urbano
Áreas verdes e espaços livres
Slogan de cidade ecológica
Recursos hídricos
Drenagem urbana
Agricultura familiar
Sistemas de água - planejamento correlacionado
Matas ciliares
Arborização

Reunião 11/08/2016 – BOA ESPERANÇA (área rural)

Escola Professora Sueli Pereira de Almeida Rocha

Hortaliças (maxixe, cheiro verde, abóbora...)

Plantio Irrigado

Criação de suínos, aves e bovinos

Produção de composto orgânico

Cooperativismo na área rural

Difusão de tecnologias na área rural

Utilização de energia solar

Investimento na cadeia produtiva agrícola
Mercado de sequestro de carbono
Agricultura familiar
Avicultura
Piscicultura
Pecuária
Suinocultura
Caprinocultura
Terras produtivas

Reunião 16/08/2016 – TAQUARUSSU GRANDE (Área Rural)

Feira Taquaruçu

Fonte de abastecimento da região
Pulmão da cidade 10°C de diferença
Recursos hídricos
Turismo
Produção agroecológico
Hortaliças
Comércio Local
Produção de pequenos animais
Criação de aves
Agricultura
Pecuária
Produção de leite
Turismo local
Mudas para reflorestamento (Viveiro de mudas)
Catalogar e proteger as pinturas rupestres
Potencial Agrícola (agricultura familiar)
Turismo Rural
Agroindústria
Produção agroecológica
Cachoeiras desconhecidas
Trilhas para acesso as cachoeiras
Riqueza de recursos naturais na região
Produção Agroecológico

Recursos Hídricos

Pulmões da cidade 10° C de diferença

Fonte de abastecimento da região

Reunião 17/08/2016 – OAB, CAU e CREA

Defensoria Pública

Turismo Ecológico

Turismo Rural

Reunião 18/08/2016 – SÃO JOÃO (Área Rural)

Escola em Tempo Integral Marcos Freire

Suínos

Produção de leite

Hortaliças, milho, galinha caipira, mandioca

Inhame, banana, mandioca

Cultivo agrícola e criação de gado

Produção de leite

Hortaliças

Galinha caipira

Suínos

Milho Verde

Reunião 07/10/2016 – FECOMÉRCIO, ACIPA, CDL

Auditório da ACIPA

Existência de demanda comercial para uso das áreas

Inclusão da TO-020 como área de serviço

Aproveitamento pelo setor privado da orla da foz do Ribeirão Taquaruçu

Operadores logísticos

Aproveitamento através de uso misto da foz do Ribeirão Taquaruçu

Criar acessos no meio das rotatórias no sentido norte/sul e permanecer para o sentido leste/oeste

Área com potencialidade para esses empreendimentos

Isenção fiscal como medida de atração de empreendimentos

Controle de aplicação do IPTU progressivo com critério mínimo e máximo por m².

Reunião 14/10/2016 –TAQUARI (Área Rural)

AGROTINS

O maior potencial dessa região é a população

Hortifruti sem agrotóxico

Cinturão Verde

Hortifruti

Criação de peixes

Famílias na região (entre 800 a 1.000)

Criação de peixes

Terra fértil

Convênios

Convênio com Secretaria de Agricultura e EMBRAPA - Assistência Técnica

Assistência Técnica

Hortifrutigranjeiros

Feira da AGROTINS

Projeto de Agricultura Orgânica

Área Rural – Vocação do local

Tanque Rede

Região muito rica

Viabilizar o acesso aos assentamentos pela Teotônio Segurado/Prolongamento da Teotônio

Utilizar os próprios moradores como agentes de saúde

Aproveitamento da estrutura da AGROTINS para funcionamento de Escola

Agricultura comunitária

Sossego

Construção de uma praia

Criação de Peixes

Posição estratégica: próximo a entidades fomentadoras de recursos e tecnologia.

Reunião 17/10/2016 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS

Auditório FECOMÉRCIO/CDL

Cinturão Verde

Disponibilidade de terra em área definida como urbana

Avaliação das ocupações irregulares - Regularizar áreas irregulares
Criar áreas de transição rural-urbana
Lago

Reunião 18/10/2016 – TAQUARI

Escola Estadual

Áreas públicas disponíveis

Praia

Pesca

Profissionais locais

Criação de uma subprefeitura na região

Criação de um parque no córrego Taquari

Implantação da estrutura da praia do Taquari

Criação de um parque no Córrego Taquari

Mão de obra a ser qualificada

Proximidade do Lago

Turismo e lazer na beira do lago

Hortifrutigranjeiros

Reunião 21/10/2016 –CAIXA FEDERAL, SECOVE, CRECI, SIDIMOVEIS

Auditório FECOMÉRCIO

Setor Privado

Admitir uso e ocupação na área de transição, estimulando parcerias público-privadas

Loteamento em área rural

Reunião 25/10/2016 –JAÚ (Área Rural)

Colégio Aprígio

Produção de hortaliças/hortifrúti/aves/suínos

Acesso privilegiado ao Centro

Margem do Lago

Frutas nativas (principalmente caju)

Plantio de Mandioca

Trilhas Ecológicas na Serra do Lajeado

Prática de esporte, principalmente o futebol, atraindo visitantes e estimulando a economia

Cachoeiras

Incentivo a agricultura familiar na escola

Pesque e pague

Incentivo para utilização e turismo no Lago

Produção de leite

Ecoturismo – Esportes de Aventura

Eventos Culturais/ festividades (Festa junina)

Hotéis-fazenda

Produção de peixe

Água em abundância

Lago

Agricultura, pecuária e fruticultura

Horta nas escolas

Frutas nativas

Serra

Cachoeiras

Produção de Leite

Água em abundância

Hortas com pomares completos

Plantações

Agricultura, pecuária e fruticultura

Horta nas escolas

Lago

Frutas nativas

Serra

Cachoeiras

Produção de Leite

Água em abundância

Hortas com pomares completos

Plantações

Reunião 26/10/2016

Contemplar as necessidades da população residente da faixa leste da rodovia

Reunião 31/10/2016 - CEULP/ULBRA, CATOLICA, UFT e IFTO

Auditório da ULBRA

Recursos hídricos

Turismo ecológico

Áreas desocupadas – vazios urbanos

Integração social

Mais interlocução e cooperação entre as universidades e o poder público (Ex.Pesquisas em desenvolvimento, gerando dados e ferramentas, para auxiliar no planejamento e análise de futuros cenários, avaliação da questão transporte público)

Cidade em crescimento com possibilidades de experimentar novas soluções (campo de experimentação de novas tecnologias e soluções)

Turismo ecológico

Áreas para abrigar grandes indústrias

Eventos nacionais e internacionais

Desenvolvimento econômico

Reunião 02/11/2016

Viabilizar o faseamento da ocupação e cobrar o IPTU somente na fase final

Reunião 03/11/2016 –Movimentos Sociais e ONGs

FAETO

Cidade verde visando qualidade de vida

Acessibilidade e mobilidade urbana

Participação cidadã

Qualidade de vida, qualificação do transporte público

Reunião 06/11/2016

Regularização dos loteamentos da faixa leste – urbanização da área

Reunião 07/11/2016

Equilíbrio entre os impostos cobrados na área urbana e área rural

Reunião no dia 08/11/2016 – ARNOS

Escola Beatriz Rodrigues

Praia das ARNOS

Escolas abertas nos finais de semana para a prática de esporte e cultura

Praças arborizadas agradável a visitação

Áreas agradáveis e bem cuidadas para convívio social

Parque Sussuapara nos moldes do Parque Cesamar

Escolha de espécies que favoreçam o sombreamento - perenefoli

Prática de Esportes aquáticos

Coleta seletiva

Educação ambiental nas escolas e na comunidade

Centro de Produção de Alevinos com a EMBRAPA

Viveiros comunitários

Proximidade com o centro da cidade

Órgãos públicos instalados na região

Áreas para praças e equipamentos públicos no loteamento Sonho Meu

Topografia plana

Escolas

Prestadores de serviço

Mão de obra

Comércio forte

Produção de hortifrúti na área norte

Produção e energia eólica na Serra do Lajeado

Comunidade participativa

Regularização fundiária no loteamento São Francisco (aproximadamente 100 famílias)

Regularização chácaras de lazer (sem a necessidade de infraestrutura pública)

Concessão de transporte coletivo de menor porte no interior das quadras

Atividades econômicas nas praias

EMBRAPA na região

Parque Sussuapara

Cobrança de IPTU apenas dos loteamentos e nas áreas não loteadas cobrar como área rural

Áreas com potencial para abertura de novos loteamentos

Disponibilidade de áreas para instalar equipamentos públicos

Proximidade com o centro da cidade

Proximidade com o Lago
Escolas abertas à comunidade
Turismo
Hortifrúti
Grande gerador de mão de obra e serviços
Energia eólica
Regulamentação da implantação de novos loteamentos
Criação de uma cerâmica pública para fabricar tijolos para os necessitados

Reunião 09/11/2016 – ARNES

Escola Daniel Batista

Preservação cênica (da paisagem)
Cobertura vegetal nativa do cerrado
Córrego Sussuapara
Proximidade com área verde (Sussuapara)
Serviço ambiental prestado pelas áreas não asfaltadas (permeabilidade do solo)
Lotes vazios
Lago Norte – Parque Urbano
Ciclovias – cidade plana
Permissão de verticalização de até no máximo 4 ou 5 andares
Concentração da verticalização nas áreas comerciais
BRT como solução de transporte para o Lago Norte
Transformação do centro comunitário em creche no Lago Norte
Entidades organizadas
Empoderamento do cidadão
Prática de esportes como triatlón (Lago Norte)
Qualidade de vida
Geração de receita/mão de obra
Planejamento da licitação de todas as etapas da obra
Compostagem das galhadas
Qualidade da água (por ainda não ter instaladas indústrias poluentes)
Sol e calor abundantes (energia solar)
Paisagem cênica como atração turística
Área sem asfalto - área permeável, positivo para drenagem urbana
Cidade plana

Grandes vias

Vazios a serem ocupados de forma planejada/sustentável

Cinturão verde

Zona rural próxima a área urbana para ser explorada com projetos agrários e produção para a cidade

Pouca potencialidade rural até o Córrego Água Fria

Córrego Sussuapara

Ciclovias

Autorização de pastagem controlada de animais de pequeno e médio porte nos lotes vagos

Disponibilizar ônibus para deslocamentos dos atletas do Projeto ARNE 64

Construir ciclovias no canteiro central

Prática de esportes

Turismo

Proximidade com o centro da cidade

Agricultura urbana (hortas comunitárias)

Associações de Moradores

Criação de uma subprefeitura na Região Norte

Troca de siglas de endereçamento por nomes próprios, de árvores, cidades, etc

Reunião 10/11/2016 - ARSES 1

Escola Tom Jobim

Beleza Cênica

Reciclagem

Posto de saúde adequado

Hortas

Indústrias (quadras industriais)

Atividade comercial nos lotes vicinais

Indústrias

Canal de vendas

Gastronomia

Confecções

Empreendedorismo

Rodoshopping

Posto de saúde

Reunião 16/11/2016 – TAQUARUÇU

Escola Crispim Pereira Alencar

Criação de parques lineares urbanos.

Criação de parque similar ao parque Cesamar ao lado da casa do Farinha.

Criação de parque área de pesquisa (fazenda Roncadeira)

Construção de um teleférico, como atração turística

Agenda cultural com ao menos 8 Atrativos turísticos

Criação de eventos nos meses de junho e julho (Festival de inverno)

Projeto piloto de energia solar

Investimento em turismo ecológico

Criação de uma subprefeitura

Regularização fundiária

Turismo

Polo ecoturístico

Vegetação nativa do cerrado, fauna, flora, águas para estudos científicos

Moradores jovens

Artesanato

Serviços (restaurantes)

Produções culturais

Clima

Paisagem

Cachoeiras

Diagnóstico da região elaborado pelo SEBRAE

APA (Parque)

Agricultura

Turismo

Turismo sustentável

Agricultura familiar

Agricultura orgânica

Artesanato

Agricultura agroecológica no Vale do Mutum

Gastronomia

Regularização fundiária

Prédio pronto da horta para serviços

Taquaruçu tem todo potencial de turismo e belezas naturais
Criação de parques ambientais
Riquezas de nascentes que abastecem a comunidade de Palmas
Efetivação de projetos de Educação Ambiental como fonte de Turismo
Ecoturismo
Capacitação das pessoas para cursos
Agenda anual de Turismo
Lei e fiscalização municipal para conservação de flora, fauna e mananciais de água
Regularização Fundiária
Cultura
Lazer
Ecoturismo
Clima
Paisagem
História
Natureza local
Eventos
Parque Ecológico como base de universidades e estudos
Artesanato
Gastronomia local
Agricultura orgânica
Festivais
Pousadas

Reunião 17/11/2016 – TAQUARUÇU

Escola Crispim Pereira Alencar

Bosque 606 Sul
Grandes áreas disponíveis para áreas verdes
Integração dos habitantes das quadras
Proximidade da região ao centro e a equipamentos públicos
Facilidade de locomoção
Grandes áreas disponíveis para áreas verdes
Áreas públicas disponíveis
Quadra 712 Sul muito produtiva
Geração de emprego e renda através da regularização fundiária

TO-050 e Marginais

Destinação de 15% da área a ser parcelada para ZEIS

Promover a devolução da área cedida

Instalação de canteiro central nas avenidas, mesmo antes da duplicação

Doação de área para regularização do posto de saúde

Associação de moradores atuante na quadra 205 Sul

Conselhos Municipais de Saúde em cada posto de saúde implantado

Área grande que a quadra pode usufruir como área de lazer ou espaço comum

Paisagem urbana

APMs para áreas de lazer

Espaço nas vias

Facilidade de locomoção

Comércio ativo na área de automotivos

Comércio central

Reunião 22/11/2016 - ARSOS's

Escola Municipal Olga Benário

Geração de emprego e renda com a exploração do turismo ecológico

Turismo Arqueogeológico e paleontológico na Serra (observação de aves)

Uso do Lago de Palmas para turismo e prática de esportes aquáticos

Aproveitamento de energia solar em equipamentos públicos

Paisagismo sustentável

IPTU progressivo

Avenidas largas

Academias (vocações para saúde)

Orla

Complexo médico hospitalar

Boa administração municipal na limpeza urbana

Feiras livres nas praças

Natureza/ Lago

Turismo

Qualidade de vida

Reunião 24/11/2016 – AURENY'S

Escola Municipal Maria Júlia

Uso dos recursos naturais
Escola como incentivadora do esporte
Áreas públicas disponíveis
Recursos humanos disponíveis (população jovem)
Mão de obra jovem
Determinar local para feira livre
Projetos sustentáveis com energia solar
Espaços aproveitados e planejados para a boa sintonia entre urbano e a flora
Espaços para gerar mais qualidade de vida
APM para grandes equipamentos
Recursos humanos jovens disponíveis
Grandes áreas para grandes empreendimentos
Diversidade cultural

Reunião 29/11/2016 – SETOR TAQUARALTO (Zona Urbana)

Criatividade e predisposição da população local para desenvolvimento de projetos
Desenvolvimento e agricultura urbana em áreas públicas
Integração do espaço público (SESI) com o espaço aberto inutilizado, para lazer da comunidade
Ações descentralizadas do governo (melhoramento dos serviços públicos - ex. SESI, educação, etc.)
Região promissora e estratégica (posição da rodovia)
Região estratégica da cidade (expansão de indústrias, comércio e serviços)
Regularização de as áreas da TO-050 Taquaralto (2ª Etapa)
Doação da APP para as famílias
Indústrias
Jovens empreendedores
Criatividade dos jovens
Gestão participativa
Comércio e serviços
Educação profissionalizante
Rodovia TO-050 (desenvolvimento econômico)
Comunidade criativa
Boa receptividade das crianças, adolescentes e jovens

Rede educacional

Tecnologia

Localização – eixo rodoviário

Comércio

Serviços

Empreendedorismo

RELATÓRIO TÉCNICO - ATIVIDADES ECONÔMICAS

Origem dos turistas que visitam Palmas na alta temporada, na sua maioria (88%), localidades do próprio Tocantins. Oportunidade de captação de turistas do restante do país, desenvolvendo uma política específica de divulgação da Marca PALMAS;

48% dos turistas que buscam o destino Palmas tem como motivação da viagem o turismo de Negócios e Eventos;

RELATÓRIO TÉCNICO – HABITAÇÃO

As associações urbanas descritas pelo diagnóstico encontram-se formalizadas, tendo assim natureza jurídica, ou seja, possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ. Estão também inscritas no Conselho Municipal das Associações de Moradores de Palmas – COMAM. Elegem seus representantes democraticamente através de eleições realizadas no setor ou bairro onde se situa;

As associações rurais contabilizadas neste diagnóstico, mesmo diante das dificuldades estão mais presentes no contexto das discussões no âmbito municipal, as constantes capacitações oferecidas aos associados que na maioria se resume no presidente e vices estão despertando-os para a participação popular, os incentivos dos governos através de vários programas de incentivo as agriculturas familiares os empodera na busca de melhorias entre elas a situação habitacional rural;

A Política Nacional de Habitação – PNH, prevê uma atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, em ações cooperativas e complementares. Parte do desenho dessas ações previa o repasse de recursos diretamente fundo-a-fundo – desde o Fundo Nacional de HIS, Fundo Estadual e Municipal. Desta maneira permitiria ações específicas que fossem prioridades do município, e de acordo com seu planejamento territorial local.

RELATÓRIO TECNICO – MOBILIDADE URBANA

Caixa viária disponível na região central com muitas faixas e de largura considerável;

Av. Tocantins com grande potencial comercial com possibilidade de priorização do transporte público coletivo e não motorizados;

Plano de arborização já existe, faltando somente implantar;

Já existe na Região Sul uma grande participação dos modais a pé e bicicleta na distribuição das viagens no município;

Edificações vicinais têm potencial construtivo que pode ser aumentado, podendo promover seu uso misto.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - USO DO SOLO RURAL

A divisão da área rural em macroregiões corresponde a uma boa estratégia para desenvolvimento das atividades de Assistência técnica e Extensão Rural (ATER), devendo ser aplicadas no planejamento de políticas públicas;

A zona rural de Palmas é extensa, corresponde aproximadamente a 1.880 km² de área geográfica e, a ocupação de seu território se dá de diferentes formas, com diferentes atividades;

Na modalidade de agricultura familiar, a pecuária se destaca com a avicultura e a bovinocultura de leite, esta como atividade secundária e aquela como primária;

Na modalidade de agricultura familiar, estão em evidência a pastagem como atividades primárias e, a mandioca e o milho como secundárias;

Nas lavouras permanentes implantadas, segundo do IBGE, destacam-se as culturas da banana e do coco verde;

De acordo com dados do IBGE, nas lavouras temporárias, a soja, o milho e a mandioca são as três principais culturas, com destaque para a produção de soja, sobretudo nos últimos 05 anos;

A avicultura e a criação de bovinos são as principais atividades pecuárias do município de acordo com o IBGE;

A participação da atividade agropecuária na formação do PIB de Palmas, apesar de sofrer alguma variação de crescimento e queda em termos de percentual, manteve uma tendência de crescimento em termos financeiros, sendo uma constante principalmente nos últimos 03 anos;

As nascentes de alguns dos mais importantes mananciais do município, Ribeirões Taquaruçu Grande e Taquaruçuzinho estão localizadas na macrorregião Boa Esperança, além da presença de um bom número de outros cursos d'água que desaguam no Rio Balsas e Ribeirão São Silvestre, como por exemplo, o Córrego Piabanha e Macaquinho, respectivamente;

A macrorregião (Boa Esperança) tem bom potencial produtivo, com destaque para avicultura e a bovinocultura, na atividade pecuária. Já na agricultura, destaque-se a pastagem, o milho, a mandioca e o feijão como culturas mais importantes;

Destaque também deve ser dado ao turístico da região (da Boa Esperança), devido ao grande número de cachoeiras existentes, que contam com dois hotéis fazenda instalados;

A rede hídrica na macrorregião Buritirana é composta por pequenos córregos na sua parte interna, além disso, é margeada no sudeste pela Rio Balsas e ao norte pelo Ribeirão São Silvestre;

A macrorregião (da Buritirana) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agrícolas, com destaque para a produção de grãos e mandioca. Avicultura, bovinocultura leiteira e apicultura se destacam na atividade pecuária;

Às margens da TO-010 (na Macrorregião do Jaú), é possível perceber o desenvolvimento de uma atividade industrial e comercial, além de clubes de lazer;

A macrorregião (do Jaú) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agrícolas, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, avicultura, bovinocultura e piscicultura, principalmente nas comunidades Vão do Lajeado, Vale da Serra, Landi e Jaú VI Etapa;

A macrorregião (de Taquaruçu) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, bovinocultura, avicultura e piscicultura;

A macrorregião (Taquaruçu Grande) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, avicultura e pecuária leiteira;

A macrorregião (do São João) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com realce para a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, a avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura;

Na macrorregião (do São João) a produção agroecológica de hortaliças e frutas, na comunidade Mariana.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - USO DO SOLO URBANO

Áreas de Ocupação Prioritária: Avenida Teotônio Segurado principal eixo estruturante de desenvolvimento e integração das regiões central e sul da cidade, caracterizado como corredor de ocupação de alta densidade, tendo como suporte os sistemas de transporte e mobilidade e a Área de Ocupação Prioritária Avenida JK;

Se o objetivo do empreendimento ser instalado em uma das áreas de ZEIS, não podemos deixar de utilizar-se do empreendimento como uma nova fonte de renda. Para o município está dentro do contexto de geração de emprego e renda, que pode fortalecer a economia local dos moradores do seu entorno;

Para alcançar o cenário intermediário (que seria um cenário mais realista do crescimento da mancha urbana a futuro, onde são realizadas intervenções na busca por um crescimento urbano sustentável), deve-se entender que a região do Plano Diretor atual é estratégico para a absorção de novos contingentes populacionais e que, sem isso, a qualidade urbana é reduzida;

Na região da ARNO há uma grande diversidade de usos intraquadras, pois como sua ocupação aconteceu de forma mais espontânea que no restante da cidade, existem pequenos comércios distribuídos por toda a região e não somente concentrados de forma linear nas avenidas principais, como previstos no plano;

Foram identificados como subcentros com grau de importância intermediários e semelhantes entre si a Avenida Palmas Brasil (Avenida LO-15) e Avenida LO-27, próxima à Rodoviária;

Nos bairros Aurenys a Avenida Tocantins e Avenida I forma um subcentro, sendo formado de bares, lojas comerciais e ainda uma feira comunitária, tendo relevância de abrangência local;

A centralidade de maior importância em Palmas é a Área Central (AC) coincide com o centro administrativo e comercial da cidade e com a primeira fase de implantação do plano;

A utilização de lotes residenciais lindeiros às avenidas para a abertura de comércio trouxe benefícios e transtornos para a cidade. Um benefício que pode ser citado é o uso

agregado às faixas das avenidas que, pelo Plano original, são os fundos dos lotes residenciais, os quais transformariam as avenidas em corredores murados, causando insegurança aos transeuntes;

A Área Central (AC) de Palmas possui uma característica ainda horizontal, onde a verticalização é uma realidade ainda recente que pode vir a favorecer a dinâmica urbana no sentido de mais pessoas terem acesso imediato às facilidades e infraestruturas que a região oferece.

RELATÓRIO TÉCNICO - FISCAL E GOVERNANÇA

As receitas tributárias do Município cresceram, nominalmente, 425,18% nos últimos 10 anos, passando de R\$ 30,769 milhões para R\$ 161,592 milhões. Este crescimento é bem superior aos das receitas totais neste período, que evoluíram 196,03%;

A receita do ISS representa, em média, 59,25% das receitas tributárias, tornando-se a principal fonte de receitas tributária do Município;

As receitas do IPTU do Município cresceram, nominalmente, 1.025% nos últimos 10 anos, passando de R\$ 3,974 milhões para R\$ 44,720 milhões. Este crescimento é bem superior aos das receitas totais neste período, que evoluíram 196%;

Na última década, o quantitativo de imóveis passou de 81.073 para 114.129 imóveis, o que representa um aumento de 33.056 imóveis, ou 40%, com média anual de 4%. Neste mesmo período, o número de imóveis contribuintes (excetuadas as imunidades e isenções), passou de 53.330 para 84.451, aumentando 58, com média anual de 6%.

RELATÓRIO TÉCNICO – MEIO AMBIENTE

A delimitação das UCs no Plano Diretor em vigor teve como ponto positivo a manutenção de áreas verdes e o impedimento de parcelamentos urbanos em áreas ambientalmente relevantes, como a região do Córrego Tiúba, entre outros, ora protegidos;

Ponto positivo: a lei expandiu a quantidade de áreas a serem preservadas, além das Áreas Verdes previstas;

Área com características naturais e paisagísticas relevantes;

A APA do entorno do Lago evidencia o objetivo dessa categoria de UCs, tendo em vista a sua característica de preservação da diversidade biológica local, associada à ocupação urbana ordenada e sustentável;

Dentro da área em estudo foram identificados três pequenos mananciais afluentes do Ribeirão Taquaruçu Grande, cujos mananciais deságuam próximo ao enxurtório do referido Ribeirão;

A partir de vestígios observados na área, estes denotam a presença da mastofauna de pequeno e médio porte na área da APA. Cabe destacar que os mamíferos de pequeno e médio porte desempenham importante papel na cadeia alimentar, contribuindo para a manutenção da fauna e flora local;

São listadas as seguintes espécies existentes na região de inserção da APA: Cicla sp (Tucunará), Geophagus sp (Acará), Curimata sp., Curimatella sp (Braquinha), Cyphocharax sp.(Branquinha), Steindachnerina sp. (Branquinhas), Triportheus affus

(Sardinha), Curimata cyprinoides (João-Duro), Pimelodus ornatos (Mandi), Argonectes sp (Voado), Triportheus Angulatus (Papuda);

Na UC Suçuapara registra-se o uso pela população de partes de sua área para atividades de esporte lazer, desenvolvidas no 'Parque Suçuapara', pista de bicicross, e Praça da Árvore;

A UC Suçuapara encontra-se numa das regiões mais adensadas de Palmas, entre a região Norte/Nordeste e Sudeste/Sudoeste;

Há grande volume de massa vegetal preservada na UC Suçuapara;

A área da UC Tiúba caracteriza-se por apresentar paisagem de grande beleza cênica, composta pela existência de grandes porções vegetais remanescentes do Cerrado adensadas que não ocorrem em nenhum outro local da cidade;

Trata-se de uma área de relevante interesse ambiental, por sua composição natural;

Dada a localização estratégica e beleza cênica da UC Tiúba, a área é alvo de estudos para a criação e implantação do Parque dos Povos Indígenas, iniciativa já efetivada pela PMP em 2016, junto aos proprietários das terras, para definição da área para o Parque.

Todas as praias de Palmas têm atendido aos requisitos mínimos para que sejam exercidas atividades de contato primário.

Evidencia-se que parte da fauna consegue se refugiar da grande cidade em remanescentes vegetais.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Relatório ESTER (estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos) coloca que os custos da adoção de medidas sustentáveis são mais viáveis que a sua não adoção;

A Prefeitura de Palmas está desenvolvendo um projeto chamado Coleta Palmas, que irá coletar recicláveis;

O Aterro Sanitário tem 15 anos de gás enterrado, que poderá ser utilizado na geração de energia;

O município está aprovando o Habitar Palmas que propõe que as incorporadoras apresentem projetos com utilização da energia solar com a contrapartida de ganharem a isenção das taxas e desconto no IPTU Progressivo;

As temperaturas tendiam a minimizarem-se com a aproximação de áreas de grande adensamento arbóreo e/ou próximos ao corpo hídrico;

O trabalho constatou o papel fundamental desempenhado pela vegetação no clima urbano, pelo fato dela amenizar a radiação soar na estação quente, reduzir a temperatura e a umidade relativa do ar, entre outras vantagens;

O comportamento da temperatura do ar nos diferentes pontos sofreu da forma urbana, da topografia, da presença de água sombreadas pela mata ciliar e, de maneira acentuada, pela presença da vegetação;

A presença da vegetação traz benefícios relevantes no processo de amenização climática do meio urbano, pelas criações de microclimas agradáveis, que contribuem significativamente para o bem estar dos cidadãos;

O gráfico 01 demonstra que os pontos de coleta localizados em ambientes com maior densidade de vegetação foram os que apresentaram menores temperaturas, e pode ser consideradas ilhas de frescor;

Entre os fatores analisados, a presença de arborização se mostrou a mais efetiva para a redução da temperatura do ar.

Palmas dispõe de um Plano de Arborização.

CAPÍTULO II

POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES POR REGIÃO

Fonte: Oficinas técnicas internas

As Oficinas aconteceram de 31.07 a 04.08.2017 no Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas (IPUP), tendo como resultado a identificação das potencialidades e soluções, territorializadas por regiões: Centro, Norte/Leste, Sul, Agrotins/Buritirana/Taquaruçu.

REUNIÃO 01/08/2017 – REGIÃO CENTRAL

Potencialidades

As áreas verdes e *non-aedificandi* para aproveitamento em espaços públicos;

Áreas verdes na Orla

As ocupações das Arns surgiram de forma espontânea

Avenida LO-03 como centralidade

Locais para exploração do ecoturismo

Ecoturismo e pesca e uma atividade de valor agregado.

Palmas é um polo regional de saúde – raio de 600 km de atendimento.

Lago

Potencial esportes náuticos e Pesca esportiva no Lago.

Projeto aos moldes do Empreend-Palmas para ser implementado na JK

Áreas desocupadas

Soluções

Estabelecer área de transição (rural-urbana) condicionada pelas restrições ambientais e um incentivo à produção agrícola de pequeno porte.

Efetivar uma ZEE na área rural em sobreposição à "área de transição" e toda a área rural. É iniciativa estadual, mas o município poderia fazer um estudo similar, para ser absorvido pela ZEE estadual.

Regulamentar as construções de edifícios na Orla visando a preservação da paisagem. A orla deveria ser a área mais preservada, no entanto, está cheia de espigões, comprometendo o skyline.

Humanizar a cidade, criando espaços públicos de qualidade e acessíveis (ex.: parques lineares);

Criar espaços públicos a partir da potencialidade de Palmas de alto índice de áreas verdes e áreas *non-aedificandi*. Ex: Parques lineares (Prata, Sussuapara, Brejo Comprido, praias (Prata, Graciosa, Arns e Caju), áreas verdes e praças;

Intervir nos pontos críticos onde o lançamento de águas pluviais está degradando os corpos hídricos nas UCs (introduzir dissipadores, para reduzir força da água proveniente da macro-drenagem).

Providenciar regularização fundiária na UC Tiúba, onde as áreas são particulares;

Criar um sistema municipal de áreas protegidas, com redelimitação dos perímetros e revisão das categorias de preservação/conservação.

Providenciar estudos sobre fauna, flora, recursos hídricos, viabilidade de visitação, capacidade de carga, manejo, etc

Promover estudos sobre densidade construtiva, estabelecendo seu cruzamento com localização de equipamentos urbanos e densidade demográfica, com vistas a subsidiar o ordenamento urbano da Região Central de Palmas.

Proteger as áreas remanescentes de cerrado no perímetro urbano central;

Inserir o olhar regional no PD de Palmas.

Viabilizar uso efetivo das Praças da Arne 14 e da Arse 12. Estudar possibilidade de definir como condicionante a permeabilidade visual dos muros, dado o fator insegurança.

Potencializar a avenida LO – 03 como centralidade. Além dessa avenida, outras com potencialidade de uso pelos pedestres, uso público de convivência.

Promover uso misto do solo visando a humanização da cidade

Dar uso público para lazer e fruição das áreas verdes através de equipamentos;

Considerar sub centralidades econômicas centrais (LO-10, 12, Palmas Brasil);

Estabelecer para as Áreas do Lago as faixas de proteção (APP – mobilidade);

30m (FMP) + 12m (vias estruturadoras – mobilidade)

Propor solução dos conflitos de usos nas Áreas de Lazer e Cultura (ALCs), incluindo espigões x paisagem urbana.

Garantir uma faixa pública na orla do lago e o acesso público – hoje os clubes fecham acesso.

Definir as restrições de gabarito para as áreas de interesse para proteção da paisagem urbana.

Propor soluções para os conflitos surgidos com a Lei Complementar nº 81/2004 – possibilidade da abertura dos fundos do lote, potencialidade de interligação entre as quadras, ciclovias, desmatamento corredor verde, passagens de pedestre iluminadas e sinalizadas. Muitos comércios se estabelecendo. Arborização existente x entrada de carros. Na contramão desse processo: condomínios horizontais e muros.

Definir critérios para o adensamento construtivo em torno das centralidades identificadas. O levantamento desses índices de densidade construtiva vai permitir tb rever critérios para a outorga onerosa.

Identificar instrumentos para o incentivo das centralidades identificadas no tema Desenvolvimento Econômico , acrescentando LO-5 leste e oeste, LO-10 e outras.

Propostas para cada UC.

Região norte da área central. Invasões, insegurança, área degradada. Já tem equipamento de esporte. Inserção da Guarda Metropolitana + PM + recuperação ambiental (havia uma nascente)

Sussuapara. Parque dos Povos Indígenas + biblioteca-parque, + ciclovias (já existe projeto)

Brejo Comprido - Ampliação dos limites para incluir nascente + ciclovias + biblioteca-parque

Prata. Proposta de parceria público-privada Fauna e flora riquíssimas/a área é particular.

Apinha (APA em torno do Lago). Beleza cênica (já existem estudos). Tinha extração de calcário/Pensaram em desafetação.

Papagaio Galego. Centro de referencia + equipamento para educação ambiental.

Utilizar instrumento "transferência direito de construir" para viabilizar preservação ambiental. Áreas vizinhas a UCs ou de interesse ambiental. Incluir as áreas onde esse potencial iria ser aplicado. Dar um nome para essas outras áreas, para que permitam esse novo uso. "reserva administrativa?"

Reverter expectativa réplicas Orla 14 (espigões ou condomínios fechados) por parte daqueles que receberam lotes em torno do Lago (indenização paga pelo Estado).

Propor a exigência de servidões entre condomínios.

Propor réplicas Ilhas frescor em sua interface com a preservação ambiental/paisagem urbana/conforto térmico.

Diversificar os usos nas áreas centrais (cruzamento avenida JK – Teotônio Segurado) mesclando uso residencial e comercial, resultando em mais segurança e atrativos culturais. Área pode ter uso misto mas, as edificações, uso variado.

Controlar emissão de ruído nessas áreas, grande desincentivo à moradia no Centro.

Incentivar a revitalização de fachadas de lojas na Região Centro;

Implementar Planos de Arborização e Paisagismo para reforçar o papel das áreas verdes;

Garantir no parcelamento a localização das áreas verdes no perímetro, tendo maior massa arbórea;

Pensar numa solução para preservação de áreas verdes (cobertura vegetal) nos parcelamentos já aprovados.

Considerar a subutilização dos lotes comerciais na Teotônio Segurado;

Destinar 5% liquido dos parcelamentos para programa habitacional;

Melhor que esteja vinculado a determinadas áreas da cidade, não seja generalizado. Proposta de 5% já foi feita, mas os vereadores rejeitaram.

Dos 15% a serem doados em novos projetos de parcelamento como áreas públicas, destinar: 5% para áreas verdes, 5% para equipamentos públicos e 5% para a Prefeitura promover programas habitacionais (HIS). Outros 5% seriam obrigatórios para os particulares promoverem projetos habitacionais, a preços de mercado, para uma faixa mais alta que a de HIS.

Rever legislação sobre parcelamento com faseamento em 20 anos. Área no sudoeste, próxima ao Lago. Alternativa para evitar o IPTU progressivo, originalmente destinado a garantir áreas para HIS.

Lotes com casas atrás da ULBRA, a uma média de R\$ 150 mil. Encalhados, não tem mercado.

Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem nos novos loteamentos;

Prever que os recursos da outorga onerosa sejam captados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano para destinação para HIS e outras prioridades.

Desenhar programas habitacionais para ocupação em parte ou na totalidade as áreas vazias do Plano Original

Adotar critério de limite possível de alterações no sistema viário como impeditivo para concessão de outorga = capacidade de carga. Possibilidade do interessado custear ações e equipamentos vinculados à preservação de áreas, arborização, etc, em áreas circunvizinhas. A cidade, ao menos, tem que se beneficiar desse adicional de densidade gerado pela outorga.

Ampliar o nº de ZEIS na Região Centro, incluindo áreas vazias.

Ampliar os índices de áreas verdes dos novos parcelamentos visando mitigação das mudanças climáticas;

Regulamentar o banco de lotes presente na atual lei do plano diretor.

Articular o Programa Habita Palmas com instrumentos urbanísticos visando potencializar o programa de incentivo destinado a ocupação;

Melhorar a distribuição dos equipamentos de saúde;

Mudar regras que permitem a construção de espigões na orla (outorga), justificado pela deterioração da paisagem e consequente perda de valor agregado, de interesse do mercado imobiliário/turístico.

Promover o ecoturismo (terceira atividade que mais arrecada em Palmas, sendo que os primeiros são saúde e educação).

Apoiar a atividade pesqueira, tb com alto valor agregado. O primeiro requisito é viabilizar o acesso ao Lago desses pescadores.

Potencializar a atratividade de Palmas como polo regional de saúde (Destino- Saúde), com um raio de 600 km de atendimento.

Desenvolver os esportes náuticos e a pesca esportiva no Lago.

Potencializar a centralidade da JK, e neutralizar o esvaziamento, em parte provocado pela migração dessas atividades para Av. Taquaralto. Acelerar projeto de requalificação. Projeto aos moldes do Empreend-Palmas (a ser lançado na FenePalmas) poderia servir de exemplo.

Rever aplicabilidade do IPTU progressivo e outros instrumentos fiscais, em função do alto índice de inadimplência verificado.

Dar prosseguimento aos programas Palmas Solar, Habita-Palmas e outros de sucesso comprovado. E ainda aqueles que mereçam adequações.

Área das universidades pode ser um atrativo de localização de empreendimentos. Hospitais e equipamentos de saúde tb são âncoras. No caso das universidades é significativa a existência de 20 mil universitários (mercado potencial para unidades habitacionais a preços acessíveis).

Áreas Prata e Tiúba, são particulares. A idéia de se criar ali Parques Lineares vai depender de instrumentos, inclusive para apoiar a ampliação de seu perímetro.

Conceber Planos Regionais, projetos de desenho urbano, para garantir interface entre os usos e harmonia com a paisagem urbana.

Parque Tecnológico x ZEIS = compatibilizar. Retirar da ZEIS ou definir padrões de mercado mais acessíveis.

Estudo Enza – ver o que é possível aproveitar como potencialidade.

Pensar sobre incentivos a programas que promovam lançamentos imobiliários em que a iniciativa privada lance no mercado unidades habitacionais a preços acessíveis.

Aumentar nº de APMs.

Aproveitar as largas avenidas de Palmas para implantar infraestrutura verde, através de parcerias público-privadas.

Estabelecer restrições para impedir desvio de finalidade das áreas verdes públicas, inclusive por doações indevidas. Idem para os efeitos da Lei de regularização fundiária em APMs, que já comprometeu mais de 100 dessas áreas. (para Lucio olhar).

Diversificar programas habitacionais para baixa renda, como lotes urbanizados, aluguel e melhorias habitacionais (mediante assistência técnica).

Potencialidade do desenvolvimento social – Saúde. Prover aumento de atenção primária, inclusive com previsão de áreas públicas para construção dessas unidades.

Atenção terciária já é altamente concentrada nessa região.

Buritirana e Taquaruçu – prever uso comercial, inclusive para possibilitar emissão de alvarás.

Turismo-praias = promover qualificação, através de desenho urbano, infraestrutura verde, controle qualidade água do Lago, proteção do skyline.

Divulgação incentivos existentes para diversas atividades econômicas no Município – manual em elaboração pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – alvo principal pequenos negócios.

Apoio ao e-commerce.

REUNIÃO 01/08/2017 – REGIÃO SUL

Potencialidades

Feira coberta do Aurenny tem grande potencialidade de desenvolvimento econômico e de integração comunitária;

O parque do Machado tem grande potencialidade de transformação urbana da região sul;

Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;

Região sul tem enorme potencial de integração de diversos modais de transporte (ex.: bicicleta – Ônibus);

Região sul existe uma identidade maior de pertencimento ao lugar, mais humanizado;

Deve-se potencializar a oferta de espaços públicos na região sul; - espaços públicos disponíveis

Área próxima a Agrotins tem grande potencial de aproveitamento logístico de apoio ao agronegócio;

Pela alta densidade a região e pela carência de serviços de saúde e educação a região se apresenta como potencial para que tais equipamentos sejam instalados;

A mão de obra local é um grande potencial social;

Soluções

Apoiar a Feira coberta do Aurenny, com grande potencialidade de desenvolvimento econômico e de integração comunitária;

Estabelecer projeto de regularização fundiária para a área do Córrego Machado (atual UC), hoje com grandes conflitos, incluindo adequação dos seus limites. Entender o Parque do Machado como grande potencialidade de transformação urbana da Região Sul. Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;

Rever a categorização e a revisão dos limites das atuais Unidades de Conservação, ou seu enquadramento como Parques Urbanos, integrante do Sistema de Áreas Especialmente Protegidas;

Propor ações fortes de educação ambiental nas áreas especialmente protegidas, visando a integração da população com a área;

Estabelecer os índices de ocupação nas áreas vizinhas aos Parques visando a proteção dos mananciais de água;

Promover estudos sobre as áreas de proteção da Região Sul;

Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;

Na área de influência do aeroporto deve-se estabelecer limites de ocupação;

Promover o deslocamento do eixo estruturador, para áreas mais adensadas, na vizinhança do aeroporto, inclusive com rebatimento no traçado do corredor de transporte de alta capacidade;

Criar restrições ambientais para equipamentos possivelmente conflitantes com as atividades do aeroporto;

Considerar (no Plano Municipal de Mobilidade Urbana) o enorme potencial de integração dos diversos modais de transporte na Região sul (bicicleta, ônibus, etc);

Implementar a sinalização viária na Região Sul, onde as dimensões reduzidas das ruas ajudam a reduzir a velocidade dos carros e motos.

Região sul existe uma identidade maior de pertencimento ao lugar, mais humanizado;

Ampliar a oferta de espaços públicos na Região Sul;

Promover a unificação das diversas legislações que incidem sobre o uso e ocupação do solo em Palmas;

Considerar o grande potencial de aproveitamento logístico de apoio ao agronegócio, na área próxima a Agrotins;

Promover soluções para as ocupações irregulares no Córrego Taquari;

Implementar no planejamento e gestão municipal o conceito de Infraestrutura Verde;

Redefinir o atual perímetro urbano na Região Sul, visando inserção de polo logístico e desincentivo à ocupação irregular;

Considerar a possibilidade de inserir zona agrícola dentro de uma macrozona urbana;

Instituir área de interesse logístico e de pesquisa, garantindo a tendência local, estabelecendo parâmetros restritivos;

Promover atrativos/incentivos para a instalação na região de equipamentos de Saúde e Educação na Região Sul, com alta densidade e carente desses serviços;

Prever áreas para instalação de equipamentos de grande porte em novos parcelamentos urbanos, preferencialmente ao longo do eixo de transporte;

REUNIÃO NO DIA 01/08/2017 – REGIÃO NORTE

Potencialidades

Região Norte tem grande potencial de exploração mineral (cascalho);

UC do Água Fria tem a potencialidade de firmar parceria com a Embrapa para conservação da área;

Potencializar empresas ao longo da rodovia da região norte.

Soluções

Considerar o grande potencial de exploração mineral (cascalho);

Conter o microparcelamento e promover soluções para os conflitos fundiários a ele associados, na Região Norte;

Promover parceria com a Embrapa, visando a conservação da área da atual UC do Água Fria;

Garantir acesso público ao Lago na área dos condomínios fechados;

Viabilizar a localização de grandes estabelecimentos comerciais ao longo da rodovia da Região Norte;

Incentivar a implantação do Parque Aquícola na foz dos corpos hídricos da Região Norte;

Providenciar com urgência as diretrizes básicas para o sistema viário na Região Norte;

Definir percentuais de ocupação específicos na região Norte/Aplicar fase amentos de ocupação através dos índices de parcelamentos (AV, AI, HIS); Qual é a proposta?

REUNIÃO 03/08/2017 – AGROTINS E BURITIRANA

Potencialidades

Definição de agricultura para abastecimento interno por pequenos produtores.

Região rural apresenta alguns programas de crédito rural fomentados pelo Incra destinados aos assentamentos rurais.

Tamanho médio das propriedades em torno de 2 há.

Assentamento "PA sitio" vizinho a grandes propriedades rurais geram desigualdades de produção devido ao pouco apoio ao pequeno produtor.

Assentamento "PA Entre Rios", alguns produtores têm apresentado bons resultados de produtividade.

Produção agroecológica (divisa com Porto Nacional, Assentamento Mariana).

Potencialidade de incentivo da produção orgânica certificada.

Áreas com grande potencial de produção agroecológica: Vão do Lajeado.

Área rural existe grande potencialidade de aproveitamento turístico através dos recursos naturais e as pinturas rupestres existentes.

Produtores do ASSENTAMENTO "PA Sitio" está desenvolvendo e aperfeiçoando a produção de mandioca.

Sítios arqueológicos com grande relevância histórica (talvez entrar como princípios, no texto da lei, buscando uma identidade para o Município).

Produção agrícola de pequeno porte (principalmente agro-ecológica) como potencial para preservação ambiental.

A grande bacia do Taquarussu, para produção orgânica, visando ainda o fortalecimento da prática.

Soluções

Apoiar os pequenos produtores agrícolas, na produção e distribuição;

Incentivar as atividades agropecuárias de avicultura e piscicultura. Por ex. Através da reativação e reestruturação do frigorífico municipal;

Promover a regularização fundiária dos assentamentos também para viabilizar acesso ao crédito;

Promover capacitação continuada para plantio e avaliação de colheita. Considerar conflito entre as grandes propriedades rurais e os pequenos agricultores dos assentamentos. Ex. PA-Sítio. Experiência em curso de aperfeiçoamento da produção de mandioca;

Apoiar a produção agroecológica no Assentamento Mariana (divisa com Porto Nacional);

Incentivar a produção orgânica certificada.

Incentivar áreas com grande potencial de produção agroecológica, como o Vão do Lajeado.

Promover uma melhor estruturação do sistema viário rural, como forma de potencializar a produção agrícola;

Implementar projetos e programas que promovam o aproveitamento turístico dos recursos naturais da área rural e das pinturas rupestres existentes;

Desenvolver cadastro dos perfis produtivos da área rural/agrícola de Palmas e outros aspectos relativo a à área rural, para compor cadastro-base para informar o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da lei do Plano Diretor; Para o levantamento de quem está produzindo, estabelecer parceria com Agrotins, Embrapa;

Promover a conservação e o aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos, com controle do impacto da visitação. Por outro lado, pode ser uma marca na identidade de Palmas. No rastro dessa potencialidade, mais uma justificativa para a proteção dos mananciais e para a valorização da agricultura de pequeno porte. Poderia estar nos Princípios do PD proposto.

Apoio à produção agrícola de pequeno porte (principalmente agroecológica) como aliada para as políticas municipais de preservação ambiental;

Promover um desenho mais racional no traçado das estradas rurais. Poderia entrar como Diretrizes estratégicas do PD;

incentivar a produção orgânica por parte dos produtores agrícolas atuando de maneira predatória nas nascentes do Córrego Mutum, na grande bacia do Taquaruçú;

Promover ações no sentido de rompimento do círculo vicioso (não virtuoso) - pequena propriedade adquirida, desmatada, usada para pasto, à espera da aproximação da malha urbana. Lotes lembrados para serem incorporados e comercializados com condomínios horizontais ou chácaras.

Interceder junto ao Estado para evitar desmatamento de áreas de interesse ambiental pela atividade da monocultura da soja, em Buritirana e Taquaruçu Grande.

Interceder junto às outras instâncias governamentais no sentido de condicionar as reservas legais em áreas de interesse do Município;

Avaliar o interesse municipal na Agroindústria, em que o beneficiamento da produção dos Municípios do corredor da soja seja feita na área urbana de Palmas e ver como tratar isso no ordenamento territorial.

Melhorar a articulação entre Município e Estado, com relação às duas áreas estratégicas - gestão de recursos hídricos e cobertura vegetal.

Estabelecer gestão compartilhada entre Município e Estado, para evitar prejuízos no abastecimento de água, emprego de mão-de-obra, etc. Prover acesso a levantamentos das áreas de produção de soja no Município.

Desenvolver ações no sentido de que o abastecimento de hortifrutigranjeiros para o Município seja feito por produtores locais, possivelmente através de associações, cooperativas, etc.

Tomar providências para minimizar os efeitos da estiagem em São Silvestre.

Evitar na área rural do Município a redução do módulo rural, já que é vetor potencial de urbanização.

Apoiar os produtores agrícolas de EntreRios, onde os 107 lotes existentes são bem produtivos, com políticas que evitem o arrendamento de suas terras pela monocultura da soja.

Incentivar a agricultura de pequeno porte na Região Leste, formando um "cinturão verde".

Experiência de cooperativa de produtores de mel congregando outros municípios. Começou mas desagregou-se por falta de políticas públicas.

Sistema de Acompanhamento e Controle = com base em cadastro / forma de organização dos órgãos da Prefeitura. Idem para comissões, conselhos, fundos. Necessário tb para compatibilização PD com o PPA, orçamentos anuais, etc. Ações integradas entre as secretarias. Criação de uma comissão de acompanhamento do PD.

Apoiar as manifestações culturais na área rural, e inseri-las no calendário de eventos oficiais de Palmas: festas religiosas (inclusive do padroeiro), comidas típicas, artesanato (inclusive o inspirado nas pinturas rupestres).

Promover o ecoturismo, inclusive com perspectiva do Portal para o Jalapão, visita às cachoeiras de Taquaruçu e outros atrativos/roteiros que levem à permanência em Palmas por mais tempo.

Considerar o zoneamento do Plano de Manejo da APA estadual para a definição de Regiões de Planejamento na área rural.

Alinhar as estratégias de incentivo à agricultura de baixo impacto, de proteção ao patrimônio arqueológico e a proteção de mananciais a definição de uma Macrozona Especialmente Protegida na área em questão.

Criar uma Comissão de Regularização Fundiária, no âmbito do executivo, acompanhando o processo inteiro – do parcelamento à execução do projeto – e viabilizando uma análise integrada. Poderia estar no Sistema de Acompanhamento e Controle.

Dimensionar porte dos eventos realizados em Taquaruçu, respeitando as características e identidade do núcleo urbano e de modo compatível com a preservação do patrimônio ambiental.

Criar legislação de uso do solo e desenvolver plano específico de requalificação para Taquaruçu, abrangendo recuperação imóveis e áreas públicas, regularização urbanística e fundiária (muito parcelamento irregular de chácaras). Promover/ incentivar a implantação de uma estrutura e oferta de serviços turísticos, que garantisse uma ocupação de hotéis e pousadas para além do destino Jalapão.

Implementar políticas públicas voltadas para os moradores locais nos aspectos habitacional, turístico, geração emprego e renda local, serviços públicos como Saúde e Educação.

Implantar rota viária alternativa para escoamento da produção de soja e transporte de outras cargas, fora do núcleo urbano de Taquaruçu.

CAPÍTULO III

POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES POR REGIÕES

Fonte: Reuniões Regionais

As reuniões regionais realizadas de 05 a 19.08.2017 tiveram por finalidade complementar o Diagnóstico do Município, uma vez que a Audiência Pública de 22.07.2017 enfocou prioritariamente os Problemas e Conflitos. Através dessas reuniões regionais, foi empreendido um reforço no processo participativo, em que as comunidades puderam externar também suas opiniões e ideias sobre as potencialidades existentes e as soluções imaginadas.

REUNIÃO 05/08/2017 – REGIÃO CENTRO

Potencialidades

Palmas atrai pessoas de diversos estados em busca de serviços de hospitais particulares e universidades. Grupos de empresários interessados em investir no potencial seguindo modelos modernos de integração faculdade de medicina-hospital;

Áreas desocupadas com potencial para fomento ao adensamento, através da revisão dos índices de ocupação de uso e ocupação do solo;

As regiões que ainda se encontram sem ocupação podem ser utilizadas para fazer uma integração social, aumentando as zonas de interesse social para algo em torno de 15 a 20% no ato de seu parcelamento, gerando a facilitação de que famílias de baixa renda possam morar dentro do Plano Básico da cidade;

Existem diversas nascentes no município de Palmas, inclusive no perímetro urbano, que devem ser preservadas e podem ser vistas como potencial ambiental, criando mecanismos de incentivo para que donos de áreas que tem essas nascentes possam preservar estas áreas;

Existência de áreas dentro da cidade para implantação de ZEIS;

Áreas centrais passíveis de indicação pela Prefeitura aos proprietários para empreendimentos dentro das perspectivas das ZEIS;

APM na 604 norte com potencialidade para receber melhoria através da venda dessas áreas para os comerciantes locais;

Construção de uma ponte que liga o parque Cesamar ao IML para melhorar o trânsito, aproveitando a Avenida NS-04 já existente como potencial para essa interligação.

Possibilidade de concentração espacial de equipamentos públicos, por exemplo através de prédios que agreguem a prestação de diversos serviços em um mesmo local;

Destinação de espaço para equipamentos de assistência social, nos parcelamentos, aproveitando o potencial de áreas ainda não ocupadas, que podem ser destinadas para esse fim;

Aproveitar o cadastro único como informação para a seleção das famílias que irão receber as unidades habitacionais dos programas de habitação do Município;

Implantação do sistema de coleta seletiva, em sintonia com a imagem de "cidade verde, sustentável e eficiente" de Palmas;

Aproveitar a alta produção de resíduos de construção civil de Palmas e criar um "bazar da construção civil", onde a Prefeitura receberia restos de construção, que seriam destinados à venda por preços populares para famílias baixa renda;

Utilizar o clima quente e a alta necessidade de arborização como potencial para a implantação de legislação que fomente de forma coletiva o processo de arborização para o Município, podendo assim, melhorar a situação climática e a qualidade de vida, observando a implantação de espécies como jamelão e oiti, que permitem a ventilação e tem folhagem durante o período da seca;

Oportunidade de minimizar o déficit habitacional existente de Palmas e a segregação espacial imposta pelo modelo espacial da cidade, através de definição de ZEIS - proposta de banco de lotes, definição de quadras inteiras para ZEIS e cotas para lotes sociais;

Existência de associações de catadores de materiais recicláveis, que podem ser fortalecidas através de políticas públicas, a exemplo da implantação da coleta seletiva, com resultado na geração de emprego e renda;

Aplicação do Plano de Arborização já existente como subsídio para adoção de políticas públicas relativas à arborização da cidade.

Soluções

Incentivar a implantação de equipamentos privados de Saúde e Educação;

Prever áreas para implantação de universidades, seguindo modelos modernos de integração das faculdades de medicina com hospitais;

Criar condições para a redução do custo-Palmas. Por exemplo, com aumento das taxas de ocupação;

Exigir recuo para a criação de vagas dentro dos próprios lotes, no caso de abertura desses fundos lindeiros às avenidas;

Prever destinação de percentual entre 15 e 20% dos lotes, no parcelamento para ZEIS?;

Promover estudo para o aproveitamento dos vazios/faixas de pedestre entre as quadras 1106 e 1206 Sul, que hoje gera riscos à segurança dos moradores;

Apurar o controle sobre a ocupação e construções irregulares nas áreas verdes;

Prever incentivos para a preservação das áreas verdes públicas;

Promover ações de educação ambiental, inclusive as focadas da urgência da arborização intensiva da cidade;

Promover soluções de mobilidade urbana nos bairros;

Elaborar legislação de parcelamento do solo para viabilizar mudança de uso para áreas já antropizadas, como a Tiúba e a APA do Entorno do Lago;

Providenciar calçadas com acessibilidade para cadeirantes;

Regularizar as ocupações nas Áreas de Influência das TOs e criação ali de zona de amortecimento com 2 km de largura;

Resgatar os critérios de 2005 para as ZEIS e ampliar sua quantidade;

Estabelecer uma política municipal que induza a redução do preço da terra urbana;

Concluir as obras da marginal junto à rodoviária municipal;

Criar um banco de lotes para HIS, definir quadras inteiras para ZEEIS e prever, na aprovação de loteamentos, cotas para lotes sociais;

Estabelecer a continuação da NS-04 através do Parque Cesamar;

Estabelecer destinação áreas vazias próximas ao Estádio;

Melhorar os serviços públicos em Taquari;

Destinar espaços para equipamentos de assistência social na aprovação dos parcelamentos e loteamentos;

Usar o cadastro único como critério básico para seleção de público-alvo para o atendimento pelas políticas e ações de Assistência Social;

Promover ações de apoio aos catadores de recicláveis, através da coleta seletiva e implantação do bazar da construção civil (reaproveitamento);

Estudar a possibilidade de utilização compartilhada dos equipamentos públicos por diferentes setores governamentais;

Implementar com urgência o plano de arborização, com envolvimento das comunidades e utilizando critérios técnicos na escolha das espécies de árvores para arborização urbana;

Compatibilizar toda a legislação urbanística à prioridade de adequação às mudanças climáticas.

REUNIÃO 07/08/2017 – REGIÃO AGROTINS

Potencialidades

Vocação agrícola da região e o espaço existente da Agrotins para a implantação de escola de tempo integral voltada ao ensino agrícola, que iria atender cerca de mil pessoas. Atualmente, esse espaço é utilizado apenas uma vez por ano durante a feira;

Disponibilidade de área superior a 5 mil ha que, uma vez regularizada, poderia atender tanto o setor pesqueiro quanto de piscicultura, gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida das famílias, além de melhorar a distribuição de água na região para plantio e uso doméstico;

Investimento nas feiras para melhor organização e fortalecimento dos feirantes,

Necessidade de transformar a região em um cinturão verde de Palmas;

Desenvolver o potencial da região, fixando os moradores e evitando que dependam dos empregos existentes no centro urbano da cidade:

Criação de plano de crédito, fomento direto para os produtores rurais desenvolverem suas atividades,

Perímetro irrigados simples e barato, que canalize água do lago para todas as chácaras,

Construção de ponte ligando a Vila Agrotins direto ao Taquari, para facilitar o escoamento da produção e o acesso da comunidade aos serviços públicos,

Melhoria na frota de ônibus coletivo e na qualidade de energia elétrica

Finalização da ponte que liga Palmas a Taquari e melhoria do sistema de transporte coletivo,

Instalação de postos de saúde e atividades de lazer para as famílias,

Implantação de um sistema de irrigação para os chacareiros

Importância do centro tecnológico da Agrotins (área com 360 ha)

Parque Aquícola

Áreas próximas do anel viário, para construção de casas pelo programa Minha Casa Minha Vida, hoje no perímetro rural, deveriam estar no perímetro urbano,

Estudo para que o anel viário saia do trevo da Agrotins, passando junto ao Aterro Sanitário,

Implantação de um núcleo de produção agrícola, com assistência técnica rural

Viabilizar acesso ao Lago, para uso recreativo pela comunidade

Força tarefa entre Estado e Município em prol da regularização fundiária

Plano safra sendo lançado para financiar agricultura familiar

Possível diminuição no valor cobrado pela distribuição de energia elétrica

Potencial de instalação de plataforma logística, com isenção tributária, para escoar a produção por meio do Lago e do aeroporto

Um distrito agroindustrial na região, para que não perca as características rurais, com melhoria da assistência técnica e da irrigação

Preservação dos recursos hídricos

Preservação dos mananciais e elaboração de estudos que impeçam desmatamentos de forma desordenada, como forma de prevenção contra as mudanças climáticas

Critério de dez famílias por hectare, elevação do eixo anel viário, passando pelo trevo da Agrotins em direção a saída de Taquaruçu, passando pelo aterro sanitário,

Vocação predominante agrícola na zona rural, aquicultura e pesca, agricultura familiar, agricultura irrigada com perímetro irrigado ou condomínio irrigado, vocação de áreas para logística, serviços ambientais para proteção de mananciais.

Soluções

Reduzir o módulo rural para 2ha

Construir uma escola de tempo integral na área rural sul

Consolidar um centro da Agrotins como polo educacional para as crianças da região (Escola Agrícola)

Potencializar a agricultura local com projeto de irrigação

Promover a regularização fundiária, para viabilizar acesso ao crédito aos pequenos agricultores, ao setor pesqueiro e à aquicultura

Prover água para o atendimento aos pequenos produtores rurais

Disponibilizar serviço de transporte para os moradores da Vila Agrotins no trajeto circular até o Taquari

Providenciar creche

Implantar posto de saúde na região e respectivo agente de saúde para a prestação do serviço

Prover iluminação pública

Estabelecer rotina de manutenção das vias rurais

Prover segurança pública e policiamento

Apoiar os feirantes e os pequenos produtores rurais, com disponibilização de recursos, através de linhas de crédito e incentivos fiscais

Encaminhar definição do zoneamento do cinturão verde de Palmas e criar perímetro irrigado para viabilizá-lo

Providenciar a construção de ponte ligando a Vila Agrotins ao Taquari

Melhorar o fornecimento de energia elétrica na Vila Agrotins

Inserir a área no programa Minha Casa Minha Vida

Prover abastecimento de água para as produções rurais

Melhorar eletrificação rural para irrigação;

Apoiar as atividades de pesca artesanal na região – colônia de pescadores

Implantar equipamentos públicos para o lazer da população

Fortalecer e ampliar a assistência técnica rural através da SEDER, utilizando as instalações da Agrotins

Combater a especulação de terra

Promover a expansão urbana, para viabilizar a regularização e oferta de lotes a preços populares na região do São João

Criar condições de acesso dos moradores ao Lago

Implementar a continuação da Teotônio Segurado na região da Agrotins.

REUNIÃO 09/08/2017 – REGIÃO TAQUARUÇU E BURITIRANA

Potencialidades

Existência de várias fontes de água que precisam ser preservadas;

Grande demanda para a região é a necessidade de água potável para produção;

Vocação agrícola da região precisa de uma melhor assistência técnica aos produtores e meios de financiamento para produção da agricultura familiar;

Existem muitos jovens, necessitam de área de lazer e cursos profissionalizantes;

Existência de um Balneário bastante frequentado pelos moradores da região de Buritirana, que está necessitando de infraestrutura e cuidado com a água, pois já foram identificadas reações alérgicas, por parte dos banhistas;

Existe uma área da Embrapa parada, que poderia ser usada para cursos técnicos ou escola agrícola;

Já existe poço instalado com 160 metros de profundidade com água suficiente, mas falta um sistema que leve essa água até as residências;

Existe um posto de saúde já construído na região, que precisa de reforma e de profissionais de especialidades médicas, pois há muitos idosos que não têm condições de ir até Taquaruçu ou centro de Palmas;

Existência de mão de obra em Buritirana pediu que fossem contratados profissionais do distrito na realização de obras na região para incentivar a renda;

Há um equipamento para furar poço artesiano que está parado na superintendência do Ministério da Agricultura e Pecuária em Palmas, e que poderia ser utilizado para furar os poços na zona rural de Buritirana;

Demanda do ensino médio;

Existência de um projeto para a construção de um centro comercial, mas que precisa sair do papel;

Existe uma escola de ensino fundamental na região, podendo haver parceria com a EMBRAPA para a implantação de uma escola de campo;

Existência de produção de mel na localidade, precisando de incentivo, através do selo para produzir e comercializar mel, reativação da casa de mel no assentamento e menos burocracia. Possibilidade de ser acrescentado à merenda escolar;

Mão de obra local, podendo ser aproveitada com a instalação de um polo industrial;

Há uma área no perímetro urbano de Buritirana, destinada para construção de escola de ensino médio;

Existência de grupos que mantêm tradições locais relativas aos festejos no distrito de Buritirana;

Sustentação financeira dos cursos técnicos já existentes para os produtores locais.

Índice pluviométrico superior ao consumo, precisando a água ser armazenada da forma correta, para manter os lençóis freáticos e controle da furação de poços artesanais;

Existência de produtores locais que poderiam estar fornecendo alimentos para a merenda da escola da região, mas não conseguem por questões jurídicas ligadas à falta de regularização fundiária;

Produção suficiente para a reativação da "feirinha de Buritirana".

Soluções

Melhorar o abastecimento de água no Assentamento PA Sítio e promover mais atendimento por carros-pipa;

Prover espaços públicos para lazer da população de Buritirana;

Revitalizar o Balneário;

Construir uma creche infantil;

Prover cursos técnicos voltados para os jovens;

Promover a regularização fundiária dos PAs;

Melhorar a assistência técnica rural aos assentamentos e aos produtores de um modo geral;

Melhorar as condições das estradas rurais;

Prover uma patrulha rural para atender ao distrito e planejamento das ações de segurança pública, inclusive posto policial;

Aproveitar a produção local com a implantação de área que sirva para comercializar os produtos;

Melhorar os serviços públicos estaduais e municipais;

Melhorar o fornecimento de energia elétrica;

Recuperar as instalações da Embrapa, que estão ociosos e promover seu aproveitamento como escola técnica;

Implantar um anel viário, pavimentado/asfaltado, para que o transporte de carga não passe pela área urbana de Buritirana;

Promover a abertura de mais poços artesianos, desde que não implique no rebaixamento do lençol freático;

Promover projeto de sinalização para a área rural e urbana;

Reativar o posto de saúde de Buritirana;

Implantar transporte público de qualidade, atendendo a conexão do distrito com os assentamentos e a distrito-sede;

Prover acesso ao crédito para os pequenos produtores rurais;

Disponibilizar local para comercializar a produção (rodoshopping);

Criar condições para a manutenção do posto de gasolina em Buritirana;

Manter as estradas existentes na região;

Disponibilizar para a população o equipamento para furar poço artesiano existente no MAPA;

Viabilizar, junto ao Estado, a instalação de um colégio estadual (ensino médio) em Buritirana, com cursos de formação técnica agrícola;

Melhorar o atendimento do postinho (farmacêutico) e providenciar a disponibilização de medicamentos;

Articular, junto ao INCRA, melhoria na assistência técnica e linhas de crédito para projetos agrícolas;

Prover equipamentos de lazer para os jovens e população em geral;

Prover alargamento da pista de acesso aos assentamentos e instalação de pontos de ônibus no interior dos mesmos;

Providenciar galpão para estocamento da produção dos pequenos produtores rurais da região;

Promover a construção de um ginásio poliesportivo/quadra para uso da comunidade;

Reativar a feirinha de Buritirana;

Reativar a Casa do Mel no assentamento PA-Três Rios;

Criar um pólo industrial na região, para geração de emprego, priorizando a contratação dos moradores;

Implantar cursos específicos para atender as demandas da população, voltado para a formação técnico agrícola;

Prover abastecimento de água para a Serra do Taquaruçu;

Instalar um posto de saúde na Serra do Taquaruçu;

Prover alimentação e transporte para os alunos dos assentamentos;

Prover recursos para as festas tradicionais de Buritirana.

REUNIÃO NO DIA 12/08/2017 – REGIÃO NORTE E LESTE

Potencialidades

Horta comunitária existente na LO-12, precisando entrar em funcionamento;

Academia a céu aberto existente na praça, precisando de revitalização;

Existência do Córrego Água Fria;

Área verde da região da ARNO 41, com potencial de transformação em parque ambiental.

Soluções

Promover a regularização fundiária da 405 Norte

Prover a iluminação pública e a coleta de lixo no Loteamento Sonho Meu, que já paga as respectivas taxas e não recebe o serviço

Reincluir o Loteamento Sonho Meu na área do Plano Básico.

Prover o Setor Bela Vista de uma melhor infraestrutura

Prover o Setor Lago Norte de uma melhor infraestrutura

Reincluir o Setor Lago Norte na área do Plano Básico

Promover construção de creches, postos de saúde e áreas de lazer para o Setor Jaú

Reincluir o Setor Jaú na área do Plano Básico

Prover os Setores Bela Vista e Sol Nascente de maior infraestrutura (creche e postos de saúde), com mais segurança nas áreas de lazer existentes.

Promover a regularização fundiária dos Setores Bela Vista e Sol Nascente

Promover a regularização fundiária da Quadra 405 Norte

Colocar em funcionamento a horta comunitária da LO-12

Reforçar a segurança na LO-12, com um ponto de apoio de policiamento

Revitalizar a academia a céu aberto e a praça da LO-12

Reincluir a LO-12 na área do Plano Básico

Desincentivar o parcelamento de áreas no Setor Sonho Meu, hoje em área rural, onde pagam IPTU alto, sem receber serviços público em contrapartida

Criar um parque para a preservação da bacia hidrográfica da Região Norte

Providenciar abastecimento de água e atendimento de Saúde para o Setor Sonho Meu

Promover a regularização fundiária da região TO-020

Permitir lotes de 360m² na TO-020

prover o abastecimento de água e a pavimentação das chácaras no local

Promover melhor aproveitamento das áreas verdes nos fundos da área comercial da Região Norte, através de venda da área para os comerciantes

Ampliar o perímetro de preservação do Córrego Água Fria

Prover iluminação pública, coleta de lixo na NS-03, 403 Norte (ARNO 41) e segurança em sua área verde, além da implantação ali de um parque ambiental

Promover a regularização fundiária dos setores Sonho Meu e Jáu

Promover a expansão da Teotônio Segurado e as respectivas indenizações.

Promover a regularização da 408 Norte (ARNE 54) e sua pavimentação;

Implementar uma zona de contenção com 10 faixas por ha, margeando a Av. Teotônio Segurado no Setor Santo Amaro;

Reativar CAPES da 403 norte (ARNOS 41) para a comunidade da 406 Norte (ARNE 53);

Prover de abastecimento d'água os setores da Região

REUNIÃO 19/08/2017 – REGIÃO SUL

Potencialidades

Existência de vários afluentes na região;

Área aeroportuária tem uma diretriz nacional estratégica da Região Norte e há interesse público de que a área se integre à cadeia produtiva do Brasil;

Região do Córrego Machado tem potencial para se transformar em um parque.

Soluções

Promover a regularização fundiária, assim como a infraestrutura viária e serviços públicos, inclusive segurança, do Setor União Sul, do Setor Irmã Dulce, do Setor I Universitário

Instalar um posto de saúde no Setor Irmã Dulce

Providenciar arborização da APM no Irmã Dulce

Promover a regularização fundiária do Taquari (apenas o T-22 está regularizado).

Construir ponte de Bertaville (ligação entre o Bertaville e a Teotônio Segurado)

Instalar equipamento público de atendimento ao idoso e à gestante em Taquari

Prover iluminação pública e pavimentação de Taquari

Colocar um semáforo junto ao Colégio

Resolver problema do cheiro da ETE do Bertaville

Promover regularização fundiária do Bertaville

Implementar medidas de proteção aos mananciais da região, por exemplo aproveitando o exemplo do Parque dos Povos Indígenas, recentemente inaugurado

Viabilizar a mobilidade urbana no Setor União Sul

implantar projetos de geração de emprego e renda no Setor União Sul

Incentivar a instalação de shoppings centers e serviços de qualidade no Jardim Bela Vista ou nas proximidades

Incentivar empresas do Jardim Bela Vista a empregar mão de obra local

Providenciar a implantação de infraestrutura urbana no Jardim Bela Vista

Tomar medidas de proteção à flora e fauna da área de influência do aeroporto

Providenciar a regularização fundiária do Setor Vila Piauí e o seu saneamento básico.
Reduzir o valor da taxa de esgoto de 80% para 15% da taxa de água

Regularizar as áreas habitacionais em loteamentos junto à TO, Setor Universitário

Prover praças, ginásio de esportes e áreas verdes públicas no Aurenny 3

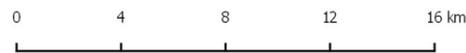
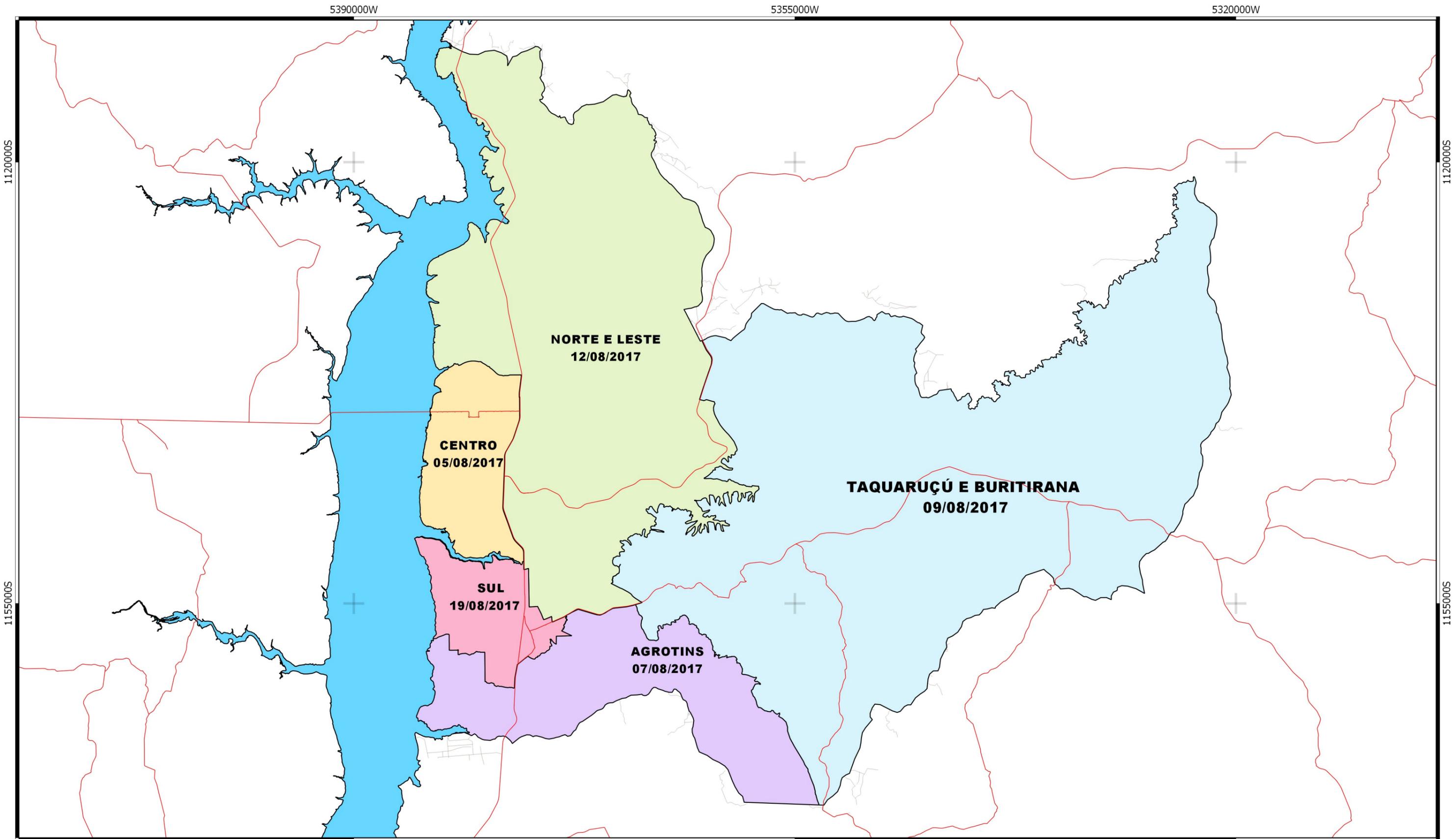
Implantar serviço de segurança pública na região Sul;

Construir anel viário saindo da Agrotins e contornando a área urbana

Melhorar o trânsito em Taquaralto

Implantar/revitalizar cinturão verde, para o desenvolvimento econômico da região das TOs

Providenciar a devolução dos lotes que a Prefeitura doou às igrejas, ainda sem uso, para outras igrejas mais necessitadas.



SIRGAS 2000 - Fuso 22s



Revisão
PLANO DIRETOR
Palmas-TO

Abrangência territorial das Reuniões Regionais		Nº de série: 003_05062017V2
 Prefeitura Municipal de Palmas Instituto Municipal de Planejamento Urbano	Projeto: <i>Revisão do Plano Diretor</i>	Escala: 1:300.000
	Autoria e departamento: Diretoria de Monitoramento	Data/versão: 04/08/2017 - V1

1 Ata da Reunião comunitária Regional da Revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas- To.

2 Aos 05 dias do mês de Agosto do ano de 2017, na Escola Municipal de Tempo Integral
3 Almirante Tamandaré, situado à Quadra 1306, Av. NS-04, Palmas – To foi realizada a Reunião
4 Comunitária Regional de Revisão do Plano Diretor de Palmas.

5 A Reunião foi aberta às 9:15 com o cerimonialista Ted Brum, que iniciou desejando um bom
6 dia a todos e dando início oficialmente a Reunião comunitária regional de Revisão do Plano
7 Diretor de Palmas, e em seguida a execução do Hino Nacional Brasileiro.

8 Seguindo com cerimonial, o mestre de cerimonias cumprimentou e registrou todas as
9 autoridades presentes no evento, agradecendo a presença de todos, bem como discorreu uma
10 breve síntese dos temas que seriam elencados na presente Reunião. Foram registradas as
11 presenças de Ephin Shlluger, presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de
12 Palmas; Evercino Moura, Presidente da Fundação do Meio Ambiente e SubSecretário de
13 Desenvolvimento Urbano; José Geraldo, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social;
14 Laudeci Coimbra e Júnior Geo, vereadores de Palmas; Nahylton Alen, Superintendente
15 Municipal da Fundação da Juventude; Alba Lúcia Pereira, Representando a Guarda
16 Metropolitana de Palmas; Valéria Albino, Secretária Executiva Municipal de Planejamento,
17 Gestão e Desenvolvimento Humano; Iapurê Olsen, Secretário Executivo do Instituto Municipal
18 de Planejamento Urbano de Palmas; Ricardo Mendes, Secretário Executivo Municipal da Casa
19 Civil; Édson Fernandes, Secretário Executivo de Desenvolvimento Social; Claudemir Portugal,
20 Secretário Executivo de Desenvolvimento Rural; Fábio Frantz, Secretário Municipal de
21 Projetos, Captação de Recursos e Energias Sustentáveis; Wesley Fraga, Secretário Municipal de
22 Habitação; Kariello Coelho, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Ephin
23 Shluger, Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas; Evercino
24 Moura, Presidente da Fundação do Meio Ambiente; Claudio Shüller, Secretário de
25 Desenvolvimento Humano; e Marcelo Alves, Secretário Executivo da Secretária Municipal de
26 Finanças.

27 Em seguida, foi apresentado um vídeo na tela principal do evento que versa sobre o
28 desenvolvimento e todas as evoluções até o presente momento do município de Palmas.

29 Dando continuidade ao evento, o cerimonialista anunciou que as reuniões se dariam em salas
30 separadas, e convocou o Sr. Evercino Moura para discorrer inicialmente sobre o tema, onde
31 explicou sobre a importância da participação popular e disse que a prefeitura tem se
32 empenhado para ouvir e colocar em prática os anseios da população. Após o senhor Ephin
33 Shluger fora convocado ao palco para fazer suas ponderações. Em seu pronunciamento o
34 mesmo destacou a importância da participação da população e explicou que nessas reuniões
35 serão discutidas mais profundamente as proposições e diretrizes.

36 Em seguida, iniciou o pronunciamento com relação ao Plano Plurianual e Orçamento
37 Participativo, o sr. Marcelo Alves enfatizou a necessidade da população discutir as ações que
38 serão propostas no PPA 2018-2021. Logo após, o secretário de Desenvolvimento Humano
39 Claudio Schuller apresentou um vídeo explicativo sobre o que se trata o PPA e Orçamento
40 Participativo e qual a real participação da população nesse processo e relatou quais os temas

41 seriam discutidos em cada sala, bem como as datas das próximas reuniões que iram tratar dos
42 referidos temas.

43 Dando continuidade, fora convocado o Servidos Paulo Sergio que mora na região e relatou as
44 evoluções que a região tem passado e convidou a população para participar da reunião do
45 Plano Diretor.

46 Já na sala de reunião do plano diretor a senhora Denize Rech fez uma apresentação geral dos
47 locais que seriam projetos através do projeto de revisão do plano diretor, delimitando os eixos
48 que adentrariam nesse processo. Em seguida relatou sobre as possíveis potencialidades de
49 Palmas, divididas em áreas como centralidade, paisagem e ambiente urbano.

50 Em seguida, a palavra fora franqueada para a população, o empresário Sr. Hilton fez quatro
51 perguntas, sendo: qual a responsabilidade da prefeitura nas obras do anel viário de Palmas?
52 Qual interesse da Município, na implantação de novos hospitais particulares e universidades?
53 Como está o processo de implantação do BRT? Em que estágio estão os estudos para a
54 fiscalização das construções antigas. Os técnicos envolvidos na revisão do Plano Diretor de
55 Palmas explicaram que a com relação à obra da NS-15 são de responsabilidade do Governo do
56 Estado, a participação da gestão tem sido de fiscalizar as obras em áreas de preservação
57 ambiental. Já quanto aos hospitais e universidades, as considerações é que o Município tem
58 total interesse porque dentre as vantagens podem trazer novos empregos para a população.
59 Com relação ao BRT, foi explicado que atualmente a gestão está promovendo estudo de
60 viabilidade técnica econômica. Quanto aos questionamentos sobre as construções antigas, foi
61 explicado que há estudos e projetos já em construção.

62 Logo após, o senhor Daibson, engenheiro civil, indagou a cerca de serem revistos os índices de
63 ocupação de uso do solo, fomentando o aumento e adensamento de áreas dentro das
64 propostas na revisão do plano diretor. O mesmo ainda fez uma crítica a cerca dos meios para
65 melhorar os índices urbanísticos, a fim de fazer uma integração social, aumentando as zonas
66 de interesse social para algo em torno de 15 a 20%.

67 Em seguida a senhora Maria Elizabete, representante da sociedade civil adentrou no assunto
68 da falta de segurança dos espaços vazios em regiões como da áreas comercial da 1106 Sul, a
69 mesma questionou se os mesmos seriam alcançados no projeto de revisão do plano diretor,
70 uma vez que estão sendo pontos estratégicos para usuários de drogas dentre outros. Em
71 consonância com a pergunta anterior, o prof. Barzoli representante da UFT, fez crítica quanto
72 ao referido caso, confirmando que foi dita pela senhora Elizabete e explicou que de fato os
73 alunos da Escola São José e acadêmicos que realizam atividades na Escola, tem relatado
74 constantes situações de riscos com estes lotes vazios. O senhor Anderson, representante da
75 associação de moradores da 1206 sul, questionou qual órgão deve buscar para saber da
76 melhorias em vielas ou passagem de pedestres. O representante da gestão, explicou que ele
77 pode procurar a secretaria de infraestrutura e relatar suas necessidades. O vice presidente da
78 associação de moradores de Taquaralto Keoma Leite perguntou o que está sendo feito para a
79 preservação de nascentes e se há incentivos para que donos de áreas que tem essas nascentes
80 possam preservar estas áreas, e pediu a criação de projetos que incentivem a arborização, e o
81 que a prefeitura está fazendo para implantação de novas áreas. Cristiano Brito, empresário,
82 questionou sobre uma legislação específica para áreas as margens do lago e em áreas de

83 preservação como na região do córrego Tiuba que tem quase 200 famílias sem água, sem
84 esgoto e sem serviços públicos básicos, sugestão na área do Tiuba e no Riberão Taquarucu,
85 nas margens do lago, haja uma legislação específica para contemplar os microparcelamentos.
86 Isac Costa de Oliveira da 604 norte, indagou acerca do problema dos comerciantes, quanto a
87 segurança no local, e disse que tem uma APM sendo utilizada para tráfico de drogas na região
88 onde mora, havendo até tiroteios e a sugestão é que a área seja vendida para os comerciantes
89 locais, dando a eles a possibilidade de melhorar aquela estrutura, sugeriu ainda melhoria na
90 acessibilidade para cadeirantes. O Dr. Leandro advogado especialista na regularização falou
91 sobre as ocupações que estão acontecendo as margens da rodovia, e sugeriu ainda a expansão
92 da faixa de 2km, onde foi orientado pelos técnicos a participar da reunião do dia 12 e levar
93 suas ponderações, onde irá atender suas indagações. A Sra. Maria José levantou a importância
94 da ampliação do número de zeis, proposta de trazer mais zeis para dentro do município para
95 gerar a facilitação de que famílias de baixa renda possam morar dentro do plano básico da
96 cidade e diminuir o valor da terra e conseqüentemente a segregação, bem como a melhoria da
97 marginal oeste, as margens da TO 050. Foi proposto pelo município espalharem áreas dentro
98 da cidade para implantação de zeis. Foi apresentado ainda a possibilidade da prefeitura definir
99 áreas inteiras para que o proprietário daquela áreas façam seus empreendimentos dentro das
100 perspectivas das zeis.

101 Advaldo, representante da sociedade civil da 1304 sul, relatou acerca da possibilidade da
102 construção de uma ponte que liga o parque Cesamar ao IML para melhorar o trânsito e
103 também a criação de leis que obriguem os proprietários a colocarem infraestrutura básica nas
104 quadras que foram comercializadas que já contam com moradores e ocupação nas quadras
105 desocupadas, propôs também meios de compactar a cidade. Destacou ainda a verticalização
106 de espaços públicos para atendimentos públicos.

107 Elaine Torricelle, representante da Sec. De desenvolvimento social, fez três ponderações,
108 destinação de espaço para equipamentos de assistências social. Segunda proposta é em
109 relação as casas habitacionais, para que o primeiro critério seja de avaliar se a pessoa está
110 cadastrada no cadastro único e se precisam dessa moradia, terceira proposta tirar pessoas do
111 entorno e trazer para dentro da cidade com diminuição do valor da terra e também da projeto
112 seja barateado ou até isento para a construção.

113 Joseisa Fonseca destacou que existe a lei federal 11888 – assistência técnica , e da direito a
114 famílias que recebem até três salários mínimos ao projeto e até acompanhamento gratuito,
115 reformas e construção.

116 Marcondes Martins do conselho regional de economia, propôs a implantação de coleta
117 seletiva, segunda proposta a criação do bazar da construção civil, onde a prefeitura receberia
118 restos de construção e seria destinado a venda por preços populares para famílias baixa renda.

119 Dr. Leandro pontuou que acredita na necessidade de ampliação da cidade de forma ordenada,
120 já a Secretária executiva de educação Germana Coriolando destacou que Palmas é uma cidade
121 com auto custo para o cidadão, conforme estudos e destacou a necessidade de crescimento
122 ordenado com ocupação das áreas hoje desocupadas para que os custos da cidade se tornem
123 mais baratos e citou o exemplo da falta de estudos na implantação de luzimangues.

124 O doutor Leandro levantou ainda o ponto de que a possível expansão de Palmas, levará a
125 diminuição dos valores dos lotes na Capital, diminuindo assim as ocupações irregulares
126 existentes na cidade. O Senhor Deybson levantou ainda a implantação através de legislação
127 para que haja de forma coletiva a fomentação para o processo de arborização para o
128 município, podendo assim, melhorar a situação climática, bem como, a senhora Germana,
129 destacou a criação de legislação que venha gerar melhorias para situação climática.

130 Senhor Marcondes relatou ainda acerca da seleção de implantação de espécies como jamelão
131 e oiti, que permitem a ventilação e tem folhagem durante o período da seca.

132 O senhor Ephin, finalizando a reunião fez considerações acerca das mudanças climáticas na
133 Capital e relatou sobre os desmatamentos da região e queimadas na serra de Palmas. Por
134 outro lado, informou sobre a regulamentação para que esse processo possa ter efetividade.
135 Informou que a Ata seria lida na própria reunião, finalizando a presente reunião e submetendo
136 ATA para aprovação dos presentes, as 11h49.

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
1	Wesley Lima de Sousa	CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO	(63) 98444-8517
2	João Lourenço Junior de Oliveira	CMEI Semceats do Ananias	16499224-4820 3204-2711
3	FRED FONSECA FERREIRA	SETEC	(63) 9844229060
4	Maria Fátima de Lima	CMEI Pq. Brilhantes	98420-6792
5	Denilda Batista de Souza	CMEI Pq. Brilhantes	98457.5000
6	Tatiana Ferreira Lima de Mendonça	CMEI Suméria H- Lúcia	(63) 98422-5740
7	Neuma Silva Melo TAVARES	SEMUS/ESC 806 Sul	(63) 3218-5487
8	João Tiago de Almeida		984011085
9	Aldemir Costa de Souza	FESP - Palmas	(63) 98439-2118
10	Rosmeire Melo Barros	CMEI Chapuzinho	984679800
11	Maria Alice Thomaz Soares	ETI - Monsenhor	(63) 92269197
12	Frederica Rifaonda de S. Carvalho	SEHAB	(63) 984073140

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	WANDERSON LOPES OLIVEIRA	FMA	3234-0028
	ADRIANO SILVA PINTO	FMA	3234 0036
	FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA COSTA	SEDURF	32340039
	GERARDO A. DA S. NEIVA	Apoentado	99911-3131
	Rosimere Rosa Pinho Coelho	Secretaria Municipal Educação	984664174
	Kelma Sousa Teixeira	Semed	98501-0278
	ALFOMES SIMÕES	S. EDUCACAO	99211 0868
	Aurimene Rocha Alves dos Filhos	TS	999117275
	Juliache dos Santos Rodrigues	Sec. Mun. Educação	98466-7514
	Manoel C. Gomes	SUPAP	99253.6273
	Stefania R. Reis	Forum de Famílias	9845092591
	Júlia Power Alves		984278562



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
01	Plauco dos Reis Loures	Educação - CMEI Regeneração Príncipe	32244055-9925858 947984067900
02	Infânie Corvelo dos Santos	Mostro Pacifico (escola)	98498-2199
03	Dalvândina F. Cardoso	Secretaria de desenvolvimento urbano	98437 5064
04	Marinez Pires Gabão	CMEI Criança Criandinha	99954-3154
05	Charles Alves da Silva	AGTUR. Agência municipal de turismo	3234-1005
06	MARIA ZAMBONATO DORNELVES	SEDER - Sec. Des. Rural	3444-2629
07	Sandra dos Reis	SEDER	2110609
08	Cláudio Ferreira Flatin	SEMUS	984056363
09	Kelma Pereira da Silva Brito Pires	SEDER	98422 0571
10	ROBERTO CUKITA CAVALHO	SEDER	981143879
11	Jeime de Souza Benevides Júnior	SEDER	98407-3939
12	Raimul Nunes da Silva	CMEI Criança Feliz	98459-1623

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	NEY ROBSON	D'Freire Apibonã	(63) 981216604
	Else Betânia Gomes da Rocha	Sec. de Transparência Ouidaria	984782016
	Zilmene Santana Souza	ETI Santa Barbara	63 99237 3806
	Harubene Alves Pereira	Santa Barbara	63992685892
	Fraudes Tavares Brito	ETI Caroline Campelo	63 99278-6363
	Francisca Lucinda Luiz Cardoso	ETI João Bethão	984432782
	Maria Elizabeth Tomazini de Araujo	Sociedade Civil ATD, LOP	992 830339
	Genozi Gomes de Araujo	Soc. civil	992059347
	Wanderson Renan de Silva Resende	Ass. de moradores 1206sul	984381878.
	DAYBSON DIAS DE SOUSA	ABENC - TO / SEAGETO / CLUB DE BOLA	63 9814-5877
	EDSON PEREIRA ROCHA	SOCIEDADE ORGANIZADA	63 985040035

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Adão Flávio Carneiro Alencar	SEMED	98423-3323
130	Marcondes Martins Gomes de Oliveira	CORECON	981083464
128	Jean Ayla M. da Silva	PMP	981013592
	Wilken h. S. Araújo	SECRE	981201405
	Tatiana P. Reis	ANFE TA	984022591
148	Emmanuel G. G. G.	ASTUR	92259999
135	Marcos de Jesus Nogueira Junior	Escola Municipal Paulo Freire	3225-3088
141	Mayara Miranda	ASCOM g04bul	3214-5413
151	Carlos Henrique Carneiro Neto		

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
01	<i>Leusa Furtado</i>	SEISTT	984030320
02	DANIEL BARTHUS RODRIGUES	IPUP	92693946
03	LINTIA VIGAPINHO	IPUP	99247 7481
04	Wanellyse Sousa Menezes	IPUP	2111 - 0409
05	Andreia R. de Sota Gabino	FMA	984064764
06	Tamara Mitt Silva	SEDURF	9.8144- 0760
07	Fábio Barbosa Chaves	ARP	989045072
08	José Lucas Cardoso	Sedem	9.84597865

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Roosevelt de Siqueira Ribeiro	SEC FRANÇAS	2741 2714
	Suzelaine Antonio Montovani	IPUP	2111 0903
	Elaine Ketzwinkel	SEMUS	3218-5505
	Eron Brito de Carvalho	SEFIN	2111 2743
	Dayane de Moraes	SEFIN	2111 2734
	Leandro Pereira Faria	Casa Civil	2111-2503
	Renato dos Santos Filho	IPUP	2111-0903
	Roberto Antonio de Sousa	SEFIN	2111-2715
	Yara Magalhães	OAB/TO	992346571

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Rubia Narcisca Siqueira da Silva	En. Med. Beatriz Rodrigues	(63) 98473-3216
	Ana Karina da Silva	En. Med. Beatriz Rodrigues	(63) 98447-1871
	Magda Maria Macene Soares	CMEI - Recanto Suburbano	(63) 98456-5103
	Lenilda Batista de Souza Ferveira	CEI Pequenos Brilhantes	(63) 98457-5000
	Stelamaris Barbosa Silva Oliveira	CMEI SEMED	(63) 99238-6371
	Mª Izabel de O. M.	CMEI Pequenos Brilhantes	
	Jose Ribamar M. Farias	Dr. Francisco Bentes	983-6780
	Cláudia Lages de Carvalho	CMEI - CANTINHO DA ALEGRIA	98401-3246
100	Ademilson P. de Souza	En. Sônia Fernandes	9241-6361
175	Francisca Neri	En. M. Rosimária Fernandes	984093301
186	SEBETE CARREIRO MARTINS	SEUNF.	98503-3102



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Edson F. Santos	Ad. 1.306 - Sul	8400-9196
	Jose Carlos	Ad. 1.306 - Sul	
	Gleycione C. Nunes de Sousa	Senus	984547166
	Karina Marchetto de Lima Assis	Senus	981000219
	Adelto G. Barros	GLACIUS ODDU D. OLIVEIRA 02 SEMINÁRIO TAMANDARÉ	984151141
	Ana Caroline Vieira Lampieris	Subprefeitura	98405-3540
	Abraão Nunes Potencio Sozzi	Ad. 1304 sul.	98428.8182
	ALENOMAR AOREU DE CARVALHO	Ad. 1304 SUL	9-8444-4981
	Sibonira Fernandes Barboza	Sub-prefeitura	9.8484.5259
	Silvagnerane		
	Sebastião Albuquerque Cordeiro	Sub-prefeitura	9 8401. 6597
	Michele Rodrigues da Silva	Casa Civil	98453-5191



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS
www.planodiretor.palmas.to.gov.br

**PREFEITURA
PALMAS**
ALEGRIA DE VER ACONTECER

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
1	Paulo José Francisco Lima dos Santos		63 99 259 8919
2	Wilson Alves de Jesus		63 98 996 3029
3	Aparecida Diqueira Lima	Exec. Municipal Crispim B. Almeida	63 - 99 226 9541
4	Márcia de Fátima Lopes Moura	CMEI Antônio Felício	63 - 99 229 49362
5	Maria de Jesus Gomes de Andrade Santa	Escola Municipal Jorge Amado	63 199 233 - 6466
6	Marcelia Barros Moraes	CMEI Ana Luiza	(63) 99 292 4754
07	Marcos Soares de Oliveira	E. Crispim B. Almeida	9848 14275 1
08	Fátima Florência do Rosário Costa	CMEI Santana de Ainar	9845 21953
09	Alissono Farias Araújo	SEMUS	98117 9588
10	Nejima Justina de F. Bezerra	SEMUS / SUPAVS	98129. 9161
11	Youska Jundo Vinas	SEMUS SUPAVS.	98433. 0846
12	Silvana Oliveira	SEMUS	98127 3832



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
01	Eliezer Patrício M. Almeida	Educação	3224.2490
02	Marcilene Jr. C. Silva	Educação	32185369
	Aracely dos S. Oliveira	Educação	98413 9586
04	Neudes Pereira da Rocha	Educação	99207 9962
05	Maria de Jesus G. de Andrade Santos	Educação	99733-62166
06	Deborah Antunes Xavier	Educação	98423.56.59
07	Paulo de Jesus L. Neto	PREVI PALMAS	98402-6241
08	Albering Soares	Educação	98447 3454
	Marina Ribamar Sales do S. Cavalli	Educação	99445-3973
	Dna Maria J. Dias Castro	SEDES	8439 2718
	Leonilde M. S. Feitosa	DP 5 B	98406 0461



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Flavio Tago Castro Bona	comercial	99971-6442
	EVERINE MOURA DOS SANTOS	F.M.A	999794584
	KARIELLA COELHO	SEDEM	99238-3892
	Giovanni Cassis Silva	FMA	98439.3541
	CARMEN LUCIA BOM	BANCO DO POVO	(11) 99644-2274
	PARIANY MONTEIRO	SEDEM	(63) 99201-1726
	MARIAM DANKOWSKI	CONSULTORIA IPUP	(71) 98621-7090
	ROSANIA DELMONDES BERGERA	SEDURE RELATORIA PDF	99951-5476
	DAVIELA DA ROCHA FIGUEIRA	IPUP	98407-7740

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
01	Keremirama Jesus Martins	Casa Civil de Municipios	2111-2505
02	Elionora Neves Pereira	Casa Civil de M	2111-2505
03	Valéria dos S. Fontes	Casa Civil de M	2111-2527
04	Renata Domingos da Silva Santos	Casa Civil de Municipios	2111-2528
05	Suzelma b. A. Santana	Sec. de Governo	2111-2526
06	ANGELO CARREIRO LEITE	SEC. DE GOVERNO	2111 2526
07	Raudanne Barbosa Cordozo	Sec. de Governo	2111-2502
08	Sirvanio Barbosa Passos	ETS-Professora Suzeli Roche	99261-3987
09	Rafael Rodrigo Rosa Soares	Sec. Desenvolvimento Urbano	992496965
10	Pedro Henrique Santana Filho	SEJURF	8967-6393



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
13	Elaine Le. he. Sobrinho	Regularização Fundiária SEDURF	063-98400-4014
14	Lea Miranda de Souza Costa	SEDURF	63-98436-4853
15	Marijane de Lima	Habitacao	63992398985
16	Jordana Fernandes Saviene	Educação	63 98405 2064
17	Fereyza Aquino	Educação	63-98467-7192
18	Helena Beal	Habitacao	63-984602708
19	Assimine Rosa Simas Bellino	Educação	63 984664474
20	Naira Jo. Caldeira	FMA	63 98479-1352
21	Guiney Carlos Ferreira	FMA	63 98471-7789
22	MILSON BARBOSA REBO	FMA	63 99202-1997
23	Aronilson da Moura das		63 98427-6873



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
01	Ante Cléo Gomes da Silva	SEMED	(63) 9 8437 9135
02	Néscio Bostes Coelho	SEMED	(63) 99235 9751
03	Norica Loureirão S. Bug	CEMIL. Margrinda Lemos	(63) 99253. 4045
04	Telma Ferreira Lima de Mendonça	CEI - União Jo- Custódia	(63) 98422- 5740
05	Elaine Soares Romarante	Sedes	(63) 98467 4510
06	Ismaely Almeida Brandão Lima	SEMUS	(63) 98500- 0192
07	Adriano M. Albuquerque Alencar	SEMUR	98 411 8767
08	Antônia Ferreira da Silva Leite	SEMUS	98517 - 6344
09	Jose Celso Carbonera	SEDEM	981394512
10	Maria Jose Aida Silva	UFT	58404- 2230
11	Gilvânia Silva de Jesus	SEMUS	98417-2076
12	Juliana Barcoff Flores	SEMUS	(63) 984779525

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	José Nazareno Simão	SEFIN	98402 4007
	CHAUDEMIR PORTUGAL SOARES	SEDER	99292-2422
	Fred/enio Wesley Freaga	SEHAB	99735 3114
	Fábio Franz Borges	SECRE5	99994-8021
	SEBASTIÃO ALBUQUERQUE COCORA	SUBPREFEITURA	98491 6597
	ALEXANDRE PAIXÃO	SEMUS	98118-1872
	Raquel Gonçalves Inanga	FMA	98100-8538
	Alvombra Oliveira dos Anjos	UUCZ/Superis/GRU	98134 2412
	Danielia N. A. Oliveira	Câmara de Palmas	99222-9320
	Raouley Coimbra	Câmara Municipal	98104-0505
	Fabiano Medeiros Pereira	SEHAB	98426.4106
	Fabiana Bassanquisty	SEHAB	992484601

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS-04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Zorainides Lopes M. S. Feitosa	SEDES	2111 3310
	Ana Maria Rios Catão	SEDES	2111 3310
	Blaine Toricelli Bato	SEDES	2111 3311
	Milene dos S. Nogueira	SEDES	2111 3303
	Milena Maria de Sousa	SEDES	3214 - 8024
	FERNANDO AMORIM ARAÚJO	APAE - PALMAS	98487 8185
	JOSE DE CARVALHO		
	Maria Naura Pereira R. de Paul	ETI Luiz Rodrigues	3571-1499
	Mauslene Alves Pereira	Santa Barbara	99268 5892
	Walliane Chaves D. Arantes	CMEI Mathews Henrique	3217 - 5414
	Laucemeide S. S. Carneiro	Sedem	21110224
	Josmar Santos da Silva		

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - QUADRA 1304 SUL, AV NS -04 - PALMAS - TO

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Regiane Brasil de Souza	Fundação da Juventude	3218-5007
	Higer de Oliveira Santos	" " "	" " "
	Wander Augusto Brito de Carvalho	" " "	" " "
	Márcia Ribeiro da Silva	" " "	" " "
	Carolina Ferreira Guaras	" " "	" " "
	Isaíia de Souza Lima	Fundação da Juventude	" " "
	Martha Antonia M Silva	Fundação da Juventude	" " "
	Flávia de Sousa Junior	SMSDC	
	Flávia Oliveira dos Santos Lustosa	SMSDC	99242-3285

Ata da reunião comunitária regional da revisão do Plano Diretor de Palmas

Aos 07 dias do mês de agosto de 2017, foi dado início à reunião comunitária regional na Vila Agrotins, pontualmente às 9h da manhã. O cerimonialista Rafael Rodrigues procedeu com a composição da tribuna de honra, convidando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais, Ricardo Ayres, que também é presidente da Comissão de Revisão do Plano Diretor; Convidou ainda o Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, Roberto Sahium; o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas, Ephim Shluger; o SubSecretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Ronisson Parente; além dos presidentes de associações de moradores e chacareiros. Em seu pronunciamento Ricardo Ayres falou sobre a participação da zona rural, para uma melhor contribuição da revisão do plano diretor. o Secretário Roberto Saihum agradeceu a presença da secretaria estadual de agricultura e a presença da população em uma segunda feira de manhã. O Subsecretário de Agricultura do Estado Ronisson Parente cumprimentou os presentes e destacou a importância da revisão do plano diretor para o desenvolvimento da cidade. Pereira Lima presidente da federação de associações e entidades rurais de Palmas apontou as necessidades de instalação de portos, sistema de irrigação, escolas de tempo integral e postos de saúde na região. O presidente do IMPUP, Ephim Shluger explicou a dinâmica da reunião e em seguida passou a palavra para a técnica Denise Rech que apresentou as características de Palmas com suas potencialidades, tendencias, vocações, áreas significativas, oportunidades, manifestações culturais, identidade e visão de futuro e ao final passou a palavra para a população que se increveu.

A presidente da Associação dos Chacareiros do Lago Taquari, Mônica Amorim em seu pronunciamento cobrou a implantação de escola de tempo integral e que seja voltada ao ensino agrícola e destacou que há cerca de mil pessoas residindo na região e que o espaço da Agrotins pode ser usado para implantação dessa escola, uma vez que esse espaço é utilizado apenas uma vez por ano durante a feira. Em seguida o presidente do PA Roberto Sahium Wilson Gomes cobrou a implantação de um sistema de irrigação para os chacareiros e destacou que esse projeto vai fazer com que a população deixe de buscar emprego na cidade para desenvolver atividades rurais que sustentem suas famílias. Logo após Davi Rodrigues da Colônia de pescadores G10, pediu a regularização da área que venha atender tanto o setor pesqueiro quanto de piscicultura como forma de gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida das famílias que residem na região e destacou que

são quase 5 mil ha de terra. Em seguida Francisco de Oliveira pediu melhoria na distribuição de água na região para plantio e uso doméstico. O Senhor Antônio Bezerra pediu urgência na entrega do documento de propriedade de suas áreas, cobrou ainda um ônibus que trafegue dentro da vila Agrotins, que interligue até o Taquari, solicitou ainda uma creche, a participação de agentes de saúde e implantação de um posto de saúde, solicitou ainda iluminação pública, patrolamento nas ruas e policiamento. E sua fala, Rui representante das feiras solicitou investimento nas feiras para melhor organização e fortalecimento dos feirantes, em um segundo pronunciamento o senhor Wilson Gomes cobrou a necessidade de transformar a região em um cinturão verde de Palmas e a contemplação efetiva de transporte público. A senhora Arlete da Secretaria de Agricultura sugeriu plano de crédito, fomento direto para os produtores rurais desenvolverem suas atividades, sugeriu um perímetro irrigados simples e barato que canalize água do lago para todas as chácaras, pediu ainda uma ponte ligando a Vila Agrotins direto ao Taquari, solicitou melhoria na frota de ônibus coletivo e na qualidade de energia elétrica, desenvolver o programa minha casa minha vida, Fernando Garcia da Secretaria de Agricultura e Pecuária, falou sobre a importância do centro tecnológico da Agrontins e destacou que a área tem 360 ha, Anatólio Batista presidente da associação Recanto das Emas, falou sobre a necessidade de melhoria de acesso, da irrigação, e de escola agrícola e finalizou que o principal desejo é a regularização fundiária, Edivaldo Mendonça, pediu a finalização da ponte que liga Palmas a Taquari e destacou a importância da melhoria do sistema de transporte coletivo a demais regiões do que vem sendo atendido atualmente, ele pediu a implantação de padrões de energia exclusivos para sistema de irrigação, a senhora Arlete retomou a fala e pediu maior participação da prefeitura na região, cobrou ainda o desenvolvimento do Parque Aquícola, cobrou também postos de saúde, atividades de lazer para as famílias, solicitou a construção de uma escola de tempo integral dentro do centro Agrotecnológico, senhor Mesquita dos Santos da Seagro, destacou que há investimentos para financiamento com quinze linhas de crédito mas é preciso que a população esteja enquadrada ao módulo fiscal e cobrou a regularização fundiária da região porque sem isso não terá acesso ao crédito, Rômulo e Valdomiro sócios da Talismã Construtora, pediram para ver a possibilidade de ampliar áreas próximas do anel viário para construção de casas pelo programa minha casa minha vida, explicaram que a área está no perímetro rural e o desejo de ser passado para o perímetro urbano, complementou que faça um estudo para que o anel viário saia do trevo da agrotins passando aterro sanitário. Marcelo engenheiro agrônomo, sugeriu a implantação de um núcleo de produção agrícola e esse núcleo precisa de assistência técnica para fortalecer a assistência técnica rural, o advogado Leandro, reiterou o pedido dos construtores

Rômulo e Valdomiro com a expansão das áreas do entorno do anel viário que atualmente é zona rural, que seja estendida a zona urbana e pediu também melhoria na estrada que alcança o projeto São João, com a possibilidade de asfaltamento até a escola municipal de tempo integral Marcos Freire, voltando a falar seu Francisco solicitou a abertura de um trecho de acesso ao lago para uso recreativo, Mariozan cobrou a realização de cursos técnicos de produção de forma imediata e a médio prazo implantação de uma escola técnica na Agrotins e pediu ainda a ampliação da Teotônio Segurado de forma a dar acesso rápido para escoamento da produção, Juarez pediu para que os projetos saiam do papel e coloquem na prática, principalmente distribuição de água e financiamento para a produção, o Subsecretário Ronisson Parente falou sobre a importância de fazer uma força tarefa entre Estado e Município para trabalhar em prol do processo de regularização fundiária, disse ainda que no dia 23 de agosto vai ser lançado o plano safra para agricultura familiar onde vai explicar para a população onde há os recursos e como obtê-los, o Secretário Ricardo Ayres fez uma síntese do que foi levantado nas contribuições, no primeiro ponto disse que é importante diminuir o módulo rural de 4ha para uma área que atenda a região, segundo ponto, tratou sobre uma possível diminuição no valor cobrado pela distribuição de energia elétrica, com relação a logística, sugeriu a criação de uma plataforma logística com isenção tributária para escoar a produção por meio do lago e do aeroporto e finalizou sobre a necessidade implantação do anel viário, o arquiteto Lúcio da Secretaria de regularização fundiária, falou sobre a revisão do plano diretor e suas especificações, sobre o módulo rural e a expansão urbana na questão habitacional e por fim como atender a expansão da área entorno do anel viário, o Secretário Roberto Sahium, destacou a importância de fazer um distrito agroindustrial na região para não perder as características rurais, a melhoria da assistência técnica e da irrigação para atender a população, o Presidente da Fundação de Meio Ambiente Evercino Moura, falou sobre a preocupação de preservação dos recursos e dos mananciais, parabenizou a equipe e finalizou dizendo que todas as propostas serão analisadas, Ephim Shluger na revisão do plano diretor entrou novas categorias, mudanças climáticas e paisagem urbana, falou destacou a importância de discutir as mudanças climáticas como uma das formas de garantir a preservação dos mananciais, através da elaboração de estudos que impeçam desmatamentos de forma desordenada, o advogado Leandro fez a proposta de expandir dez famílias por hectare, elevar o eixo anel viário passando pelo trevo da Agrotins em direção a saída de Taquarussu, passando pelo aterro sanitário, voltando para o centro de Palmas, destacando a importância de um terminal logístico com isenção tributária. Como forma de resumo das contribuições dos participantes, a senhora Denise explicou que é um anseio manter a vocação

predominante agrícola zona rural, o incentivo a aquicultura e pesca, a tecnologia para agricultura familiar, agricultura irrigada com perímetro irrigado ou condomínio irrigado, vocação diária para logística, serviços ambientais para proteção de mananciais. Logo em seguida a ATA foi lida e colocada para votação dos presentes. Com aprovação da ATA por unanimidade dos presentes, a reunião foi encerrada pontualmente às 11h29.

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	ENKETE CARREIRA MONTIJS	SEDURF	98503-3102
	RARIANY MONTEIRO	SEDURF	99201-1726
	CYRILIA FERREIRA PIMENTEL	SEDURF	99282-8427
	Wilson Jones de silve	APROCIVER	98476-3589
	Lúcio M.C. Pinto	SEDURF	2111-1113
	Camara G.M. Brancaloni	SEDURF	99963-0232
	Márcia Pomato Passos	SEDURF	(65) 99602.6868
	Rafael Rodrigo Rosa Farias	SEDURF	63 992496965
	Thadun Teixeira Júnior	Seagro	992128794
	DAVIEL B. RODRIGUES	IPUP	92693946
	Lidney M. dos Reis	SEDURF	99245-5853
	Kary Karlaire da Silva	SEDURF	99946-4020

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Aldo Pereira	Reparatins	984922221
	Guendley Jovine Nogueira		984446220
	Amerson R. de Carvalho		92813505
	Tramagal Lopes		991739142
	Anatálio J. Batista	Unifins	984161549
	Juan Jiana Botasto	Acanto das Banas	992659955
	Domizote Pereira de Almeida	Associação Peccato	981135469
	Raimundo Josuá		984305670
	Wallyn M. de la Cerda		9-8409-7098
	Adriano M. Barreira		9-8454-8793
	Antonio Carlos Rodrigues		9 84661744
	Francisco Antonio S. L. Coelho	SEDURF	98433-4732

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Leão Ferraz da Costa	MORADOR (Cinturão V.)	992 37 4400
	Demingos Ferraz da Silva	MORADOR (Cinturão V.)	992 66 8655
	Waldemar Leão Dias		984 62 7527
	Evelise BZ da Borbosa	SEADER	999 86 49 88
	Carlos Antonio Marques	SEADER	3218 2136
	José Gomes Moraes	Produtor	992 29 63 28
	Renato Burzolin	TÉC SEADER	984 95 - 95 49
	Luiz Antonio Se NETO	IPUP	98131 - 1919
	Tatiane Bulbo Cosdon	IPUP	2111 - 0904
	Wanellyse Sousa Menezes	SEADER	984 47 - 4368
	Cidimar Alcione Diavatti	SEADER	98510 4397
	Charles Moura e Silva	RURAVITIS	9210 7180
	Francisco Adalberto Santos		

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
1	Adair de Santana P. de Carvalho		99219 8810
2	Aldécio Menezes Rocha		991 08 4848
3	Márcia Cardoso Sousa		992616977
4	Celia Maria Rodrigues Menezes		992 60 36 95
5	ANTÔNIA A: S: SILVA		999676250
6	Luíza V dos Santos Ribeiro		992 49 - 72 37
7	João Delfino Ribeiro		992 19 1400
8	Agnês Rodrigues da Silva		99220 85 49
9	Marina Souza Ferreira Lima		99283 2924
10	Helena Jaramim Coelho da Silva		992526492
11	Chas Carvalho Cardoso		985 00 - 6442
12	Maímando Coelho de Souza		99293 - 3395

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	José Lopes Rodrigues	Vila Agratins	99227-3761
	Pedro Lopes Rodrigues	Vila Agratins	99112-1232
	Lara de Siqueira Feres	Vila Agratins	99204-9571
	Ricardo Pinheiro Botelho	Vila Agratins	99217-4422
	Yvelino Barboza Villan Boas	SEAGRO	98402-4451 / 3218 2146
	Marcelo Galvão Caldeira	SEAGRO	3218-2193
	Gilvan Gomes Milhomem	SEAGRO	98512-3716.3218-7193
	Luiz Guilherme Aguiar Vieira	SEAGRO	38548-8852
	Renany de J. Moura	SEAGRO	3218-2144
	Franca Costa Barbosa Santos	SEAGRO	3210 2644
	FRANCISCO MESQUITA SANTOS	SEAGRO	3218 2192
	José Soares Sobrinho	SEAGRO	3218 2138
	Erika Jardim	SEAGRO	3218 2154

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Arnaldo Pereira Roque	Brasiltons	999444300
	marcel Ribeiro de Sousa Filho	Vila Agrotins	992040643
	Thiade celentano Conce	Vila Agrotins	992040643
	Joseilson pereira	Vila Agrotins	9841794076
	Maria Conceição R. de Souza	Vila Agrotins	992565049
	Francisco dos Santos Junior	Vila Agrotins	99288-2735
	Flavio Henrique Carneiro	League	984470296
	Dives Ribeiro de França	Vila Agrotins	98463 8733
	ANTONIO de Souza Bezerra	Vila Agrotins	984506301
	FREYRER COELHO BRAGA	Vila Agrotins	992 479923
	Odete dos Lopes de Andrade	Vila Agrotins	99263.2434
	Aide - F. Araújo	Vila Agrotins	984914541

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	R. Paul Pereira dos Santos	Vila Agrotins 2	92853937
	Maria Madalena de S. Santos	Vila Agrotins	92060686
	Josquim Ferreira Santos	Vila Agrotins	984677016
	Maria Belina Reis	Vila Agrotins	984677016
	Carlos M. C. Carneira	SEAGRO	981034655
	Fernando Dorta	SEAGRO	3218 2185
	Jose Augusto B. Sobrinha	IPUP	98404-4154
	Jenivala P. Figueira	IPUP	98404-4740
	Marh. A. Nobilo	IPUP	2111-0904
	Marceneus Vieira Mendes Bezerra	IPUP	2111-0904



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017
 HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h
 LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Kalyane Santos Santos	Vila Agrotins	(63) 9108-0833
	Miriam Samowska	CONSULTORA IPOP	(21) 988624-7090
	JAPURÉ OLIVEIRA	IPOP	(63) 98830-8009
	ROBINSON MARINHO SANTOS	SEAGRO	(63) 9844107703
	Paulo Sérgio	IPOP	(63) 98458 5030
	Eliane Tenório	Seagro	(63) 992427284
	cinia vicentino	IPPOP	9 9247-7481
	Anna Brito	Vila Agrotins	999393349
	José Luanda M. Júnior	Seagro	992013074
	Duizilene Nunes dos Santos	Vila Agrotins	(63) 9-8405-2291
	Beatriz Agostini Soares Cardoso	Vila Agrotins	63 84 295071
	Edson Soares Cardoso	VILA AGROTINS	63 99216 2068

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	CLAUDEMIR PORTUGAL SOARES	SEDER	99242-2422
	Robson Tavares Magalhães	Arto/sec as. Gnd	99224-6313
	Ruydelmar Magalhães Feres	SEDER/Feiras	98429-34-61
	Monica Tavarés Amorim	Ms. Lago Taquari	99218-8937
	Ricardo Ays de Carvalho	SEOURF	599473294
	EPHYM SHLUGER	IPOP	992298834
	Leví Furtado	SEISTI/IRUP	984030320
	Cléber Santos Buzatto	FMA	999429048
	Andressa R. da Costa Cabano	FMA	984064761
	ALEXANDRE PAIXÃO	SEMUS	9818-1872
	ERIBRNO MOURA DOS SANTOS	F.M.A	999794584
	Raquel Gonçalves Franco	FMA	98100-8538

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
:	Leonardo Freire de Souza	Adesgado	063-955512644
	NEY ROBSON MOURA DA SILVA	D'FERREIRO ADOCAÇÃO	03-98121.6604
	Mario gon Vieira da Costa	Vila Agrotins	84644524
	Raunado Ferreira da Silva	Vilaprotos	999661516
	Abachia Lopes de Oliveira	Vila Agrotins	92274986
	Alexandre Gadinho Cruz	SEAGRO	32187818
	THIAGO FOMOLAN TARDIVO	SEAGRO	3218-7613
	Rafael Gomes da Silva		84374209
	MARCOSCIOME F. DA SILVA	SIAGRO	3218-2121
	Dona Silveo Lame	Vila Agrotins	98500 1187
	Mário Tiera Lame	Seagro	92454040
	Selange de Andrade S e Silva.	Vila Agrotins 2	8556 4116

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Osilvia nunes do marcosimento	Ass. Recanto das EMAS	999 29 66 88
	Geandras menezes do marcosimento	" "	" "
	Patrolina Raimunda Batista	" "	992 19 25 16
	Quindido Simão Santos	" "	999 44. 43 88
	Cilvan Viana de Sousa	" "	992 43 04 98
	Suam viana Batista	" "	982 65 29 55
	Fernando Fernandes Gama	SEASO	999 95 36 11
	Domingos da Silva	" "	" "
	Aguiar da Costa Salmo	" "	999-110751
	Leub Amarelhas	" "	" "
	Élize L. b. Sobrinho	SEDEF	98400-4014
	Gondane Fontenele Fernandes	SEDEF	98432 52 22

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: AGROTINS

Nº	NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
	Dionisabete Fereanda		
	Pelizabeth silva miranda	Vila Agrotim	989839995
	Francisco Oliveira	Vila Agrotim	992616938
	Carolina	Vila AG	992292409
	CAROLINA SANTOS DE SOUSA	SEISTT	98463-1349
	Helena Maria da Silva Brito Alves	Vila Agrotim Seder	98422-0571
	João Cosmo da Silva	Vila Agrotim	99218-3344
	Antonia Araújo Silva	Vila Agrotim	99286 9281
	Robson S. da Silva	SEAGRO	(063) 3218-2148
	Paulo Pereira Barros	SEAGRO	(63) 3218-2118
	Ducan Silva de Oliveira	SEAGRO	(63) 3218-2118

Ata da Reunião comunitária Regional da Revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas- To.

Aos 09 dias do mês de Agosto do ano de 2017, na Escola Municipal de Tempo Integral Luís Nunes de Oliveira, situado em Buritirana, Palmas – TO foi realizada a Reunião Comunitária Regional de Revisão do Plano Diretor de Palmas.

A Reunião foi aberta às 9h11 com o cerimonialista Rafael Rodrigues, que iniciou desejando um bom dia a todos e dando início oficialmente a Reunião comunitária regional de Revisão do Plano Diretor de Palmas, procedendo com a composição da tribuna de honra, que teve a presença do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais, Ricardo Ayres; o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas, Ephim Shluger; o Secretário de Desenvolvimento Rural, Roberto Sahium; o Presidente da Federação das Associações Rurais do Tocantins, Pereira Lima; Representando a Câmara de Vereadores, o vereador Marilon Barbosa; além de presidentes das associações urbana e rural de Buritirana; e em seguida a execução do Hino Nacional Brasileiro.

O Secretário Ricardo Ayres em seu pronunciamento agradeceu a presença de todos, cumprimentou as autoridades presentes, aos servidores da Prefeitura de Palmas e destacou a importância da câmara de vereadores, explicou que após o processo de preparação da minuta, em conjunto com a população, será encaminhado projeto de Lei, para votação na Câmara, para que após aprovado se torne lei. Explicou ainda, o que é o plano diretor e como a revisão é desenvolvida, destacou que a lei trata da ocupação territorial de Palmas. O Secretário de Desenvolvimento Rural, Roberto Sahium, cumprimentou a todos, parabenizou por estarem presentes na reunião em uma quarta-feira pela manhã, apresentou os servidores da prefeitura para a comunidade presente, agradeceu o senhor César como exemplo de produtor que atua nas frentes de agricultura e os senhores José Lopes e Ademar dos assentamentos, e destacou ainda, que Palmas tem quatro mil e cem quilômetros de estradas vicinais e cento e duas pontes, todas feitas pela prefeitura, na oportunidade apresentou também o senhor Valdeci representando o P.A Entre Rios, e destacou a necessidade de preservar as fontes de água para prevenir a escassez. Em seguida, o Vereador Marilon Barbosa representando a Câmara dos Vereadores de Palmas, cumprimentou os técnicos, os servidores e as autoridades e na oportunidade destacou a importância da revisão do plano diretor. O presidente da federação das associações rurais do Tocantins, Pereira Lima, apresentou os líderes de entidades urbana e rural da região de Buritirana e disse que essa reunião é um momento para que a população possa projetar o que espera para Buritirana nos próximos dez anos, destacou que a grande demanda para a região é a necessidade de água potável e para produção. O cerimonialista pediu para que todos retornassem aos seus assentos e convidou o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas, Ephim Shlluger para explicar a dinâmica da reunião aos presentes. O senhor Ephim agradeceu a presença de todos, apresentou a dinâmica da reunião, destacou que dentre os pontos que mais chamam a atenção na região, segundo o pronunciamento do senhor Pereira Lima, do Vereador Marilon Barbosa, e do Secretário Roberto Sahium, é a necessidade de preservação de mananciais e nascentes. Em seguida o arquiteto Lúcio Cavalcante iniciou sua palestra tratando o tema “potencialidades: tendências, vocações, áreas significativas, oportunidades, identidade e visão do futuro”, em seguida abriu a fala para os presentes. O senhor José Lopes, Presidente P.A Sítio, explicou que dentre os rios apresentados no mapa pelo arquiteto, apenas um tem água, destacou que a maior

reivindicação da comunidade é a falta de água, pediu ainda políticas públicas, propostas ou ações para combater a escassez de água na região, pontuou que no P.A Sítio a população é abastecida por barraginhas e poços artesianos, mas não está suprindo a necessidade. Outra questão apontada foi a necessidade de manutenção das estradas vicinais, o senhor José Lopes falou ainda, que a comunidade precisa de uma melhor assistência técnica aos produtores. A senhora Carlene, de Buritirana, pediu área de lazer para atender, principalmente a juventude e as famílias, e apontou que falta infraestrutura no Balneário e destacou que é preciso melhor cuidado com a água do Balneário, pois já foram identificadas reações alérgicas, por parte dos banhistas, e disse ainda, que a comunidade precisa de instalação de academia a céu aberto, espaço para eventos, parquinhos e área para esporte, a mesma destacou que os jovens estão carecendo de cursos profissionalizantes, e destacou ainda, a necessidade de implantação de uma creche para atender toda a Buritirana. Em seguida o senhor Valdeci do P.A Entre Rios, pediu a regularização fundiária dos P.A's, pediu também assistência técnica aos produtores, preservação da água e meios de financiamento para produção da agricultura familiar e melhoria nas estradas vicinais. Em seguida o Senhor Benedito do P.A Sítio, destacou a necessidade da água na região onde mora, pois muitas famílias não tem sequer um poço artesiano. O senhor Antônio de Pádua do P.A Sítio, cobrou regularização fundiária e água. O senhor Paulo César, produtor rural, cobrou uma patrulha rural mecanizada com equipamentos para o produtor, pediu postos da Adapec e Ruraltins, cobrou ainda inauguração de postos e fornecimento de água, pediu curso técnico promovido por técnicos da própria prefeitura, pediu melhorias no fornecimento de energia elétrica e destacou que há uma área da Embrapa parada, que poderia ser usada para cursos técnicos ou escola agrícola. O pastor Neymar, pediu mudanças nas estradas, que seja, as estradas que trafegam caminhões passem por fora do perímetro urbano de Buritirana, pediu recurso para implantação de poços artesianos e implantar placa de identificação rural das residências, para facilitar o acesso de viaturas e ambulâncias. O senhor Reginaldo do P.A Veredão, reforçou a demanda de implantação de mais poços artesianos e destacou que já existe posto instalado com cento e sessenta metros de profundidade com água suficiente, mas falta um sistema que leve essa água até as residências e falou sobre o posto de saúde, que precisa de reforma e de profissionais de especialidades médicas, pois há muitos idosos que não tem condições de ir até Taquarussu ou centro de Palmas. Dona Glória P.A Veredão, destacou a necessidade de abrir novos poços artesianos, porque a maior necessidade é a falta de água principalmente nessa época do ano, outra questão é a regularização fundiária, a necessidade de implantação de área de lazer, construção e um posto de saúde, policiamento na região e transporte de qualidade. Questionada pelo senhor Lúcio, se as melhorias no Balneário atenderia o P.A, Dona Glória disse que não atenderá, devido a distância e falta de transporte aos moradores. O senhor Ademar do P.A Entre Rios, pediu que os governos Municipal e Estadual atenda as demandas da população, pediu recursos para construção de uma área que sirva para comercializar os produtos, cobrou a regularização fundiária, para ter a documentação da terra definitiva, destacou que há um córrego no P.A Entre Rios, que está secando e precisa de cuidados porque a maioria das famílias depende desse córrego. A senhora Maria Aparecida, de Buritirana, pediu melhorias no posto de saúde, pediu a preservação do posto de gasolina que atende Buritirana. Paulo César em seu segundo pronunciamento retirou a necessidade de manutenção das estradas vicinais e pediu que sejam contratados profissionais de Buritirana, para incentivar a renda, falou da necessidade de trechos próximos a cidade que devem ser asfaltados, falou do

aumento da rede de distribuição de água no P.A Sítio e destacou que há um equipamento para furar poço artesiano que está parado na superintendência do Ministério da Agricultura e Pecuária em Palmas, e que precisa colocar para furar os poços na zona rural de Buritirana, disse também que falta área de lazer para os jovens e pediu policiamento para preservação da segurança no distrito. O presidente da Associação de Moradores de Buritirana, Firmino, pediu a implantação de um colégio estadual para atender a demanda do ensino médio, destacou a necessidade de melhoria na segurança pública. A senhora Vanderlice da P.A Sítio, destacou a falta farmacêuticos, no posto de saúde que impede a distribuição de remédios, pediu para melhorar a distribuição de água, uma vez que o poço artesiano que tem não contempla a demanda diária. O Senhor Valdeci, do P.A Entre Rios, em seu segundo pronunciamento destacou que há um projeto para a construção de um centro comercial, mas que precisa sair do papel e reiterou a necessidade de uma área de lazer na região. Voltando a pronunciar, o Pastor Neymar, destacou os alagamentos da pista de Palmas a Buritirana e a implantação de construção de pontos de ônibus nos assentamentos, necessidade de construção e um galpão para comercialização de produtos produzidos em Buritirana. A senhora Sandreane Souza, diretora da Escola Municipal de Tempo Integral Luís Nunes de Oliveira sugeriu a reativação da Embrapa, e colocou à disposição, a escola para uma parceira, para que seja implantada uma escola de campo, em conjunto com Embrapa, pediu também a criação de um ginásio poliesportivo, para atender os jovens e a implantação do ensino médio. A senhora Raimunda Moreira de Buritirana cobrou água encanada na zona urbana, pois está morando de aluguel, porque onde possui lote não há água encana para construir. O senhor Ademar, do P.A Entre Rios, pediu incentivo através do selo para produzir e comercializar mel, com menos burocracia de forma a poder inserir na merenda escolar, destacou a necessidade de quebra-molas nas estradas vicinais e a instalação de um polo industrial, para que gere emprego aos moradores da região. O senhor João Vieira, de Taquarussu, reiterou a necessidade de distribuição de água e a melhoria no atendimento nos postos de saúde. O Senhor José Lopes voltou a pronunciar cobrando a implantação de placas de identificação nas entradas dos assentamentos. O Senhor Firmino, Presidente da Associação de Moradores de Buritirana, pediu para registrar que há uma área no perímetro urbano de Buritirana, destinada para construção de escola de ensino médio, pediu também um farmacêutico para distribuição de remédios no posto de saúde, destacou a necessidade de melhor policiamento. O Senhor Paulo César, produtor rural, destacou que não está havendo merenda para os alunos de um projeto que deveria ser destinado pela prefeitura, pediu para que haja investimento para realização de festejo no distrito e sustentação financeira dos cursos técnicos já existentes para os produtores locais. O professor Adilson, de Buritirana, pediu a implantação de cursos específicos para atender as demandas da população, voltado para a formação técnico agrícola, construção de quadra poliesportiva para incentivar as práticas de lazer e esporte em Buritirana, destacou a importância do esporte para a formação de crianças e jovens. O arquiteto Lúcio passou a fala para os Secretários para procederem com suas ponderações. O Secretário Ephin Shlluger destacou a importância de estudar as mudanças climáticas uma vez que tem impacto direto nas demandas apresentadas pelos moradores, principalmente pela escassez de água, disse que a questão da água vai ser levada em consideração e que o PPA está sendo elaborado em conjunto com o plano diretor e com isso a questão da água vai ser analisada com extrema urgência, enfatizou a necessidade de equipamentos urbanos como a recuperação do balneário e demais áreas de lazer, levando ele próprio essas questões ao conhecimento do prefeito

municipal, agradeceu a participação da população e parabenizou a equipe pela dedicação, passou a palavra para o Secretário Roberto Sahium, que destacou o elo entre a secretaria e a população, principalmente da zona rural, e enfatizou a necessidade de equipamentos urbanos, melhoria do transporte dentro do distrito e na zona rural, principalmente para o escoamento da produção e disse que o grande gargalo, além da escassez de água, é a regularização fundiária, falou da necessidade de uma patrulha para atender os produtores rurais, comentou a necessidade de mais recursos para tecnologia voltada a zona rural, com relação a questão hídrica, disse que a melhor medida é aproveitar a chuva, uma vez que o volume de água é superior ao consumo, mas precisa ser armazenada da forma correta, para manter os lençóis freáticos e construir poços artesianos que de fato atenda às necessidades, reiterou que é preciso fazer planejamento a curto, médio e longo prazo para implantação de medidas que venham preservar água. A professora Sandreane destacou que a escola não consegue comprar alimentos, para a merenda, dos produtores de Buritirana e por falta de legalização jurídica, o que faz com que seja de fundamental importância a regularização fundiária. O Senhor Raimundo, P.A Sítio, destacou a necessidade de melhoria nas entradas dos P.A's para combater o alagamento e implantação de placas, pediu também medida emergencial com distribuição de água por meio de carros pipa. Encerrada as considerações, a presente ATA foi submetida à aprovação dos presentes. Aprovada ATA, concluída a reunião, pontualmente ao meio dia.

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUÇU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
CLAUDENIX PORTUGAL SOARES	SEDER	9-9242-2422
Luís Desm q. R. P. SOUZA	AGRIGULTOR	9-9244 8282
JAPURÊ OLSEN	IPUP	63-99930 8009
McNeuman T. M. SOARES	ABRTO / C. CIVIL	99224-6313
Fótes gonçalves Amorim		84-03/078
Frederico Galvão Martins		
Waldemar Mendes de		
Rauli Guilherme de Araújo		9-99 538413
Antonio Pereira Moura		992 65-13 89
Adelci Adriano da Costa	AS-FUTO	992 35 79 66
		99202-3393



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS
www.planodiretor.palmas.to.gov.br

**PREFEITURA
PALMAS**
ALEGRIA DE VER ACONTECER

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Mauricio Inácio M. de Souza		
Alvaro M. Barreira	Bar	9-8454-8793
Motivator		9924127320
Ana Alice Ramos da Paixão		
Maria José Gloria da Castro		
Wesley Gomes Martins de Oliveira		99911-3031
ENBETE CARNEIRO MARTINS	SEDURF	98503-3102
TRAVASSA M. DOS REIS	SEDURF	98468-6377
Raimundo Alves Pedraza		9-99373821
Edmundo Pereira Brito		98467-85-31
Mariza Gomes da Luz	P.A Sítio	999454331
Adailton Ribeiro de Araujo	P.A- Sítio	999454337
Wesley M. de Paes		9-8409-7098

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUÇU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Antônio da Silva Martins	P.A. Sítio	
Antônio de Fátima Teixeira	A.S.P. Sítio	30154884
João da Silva		999966933
Maria Aparecida Ramos		
André Luis Camargo Castro	IPUP	99616898
ALEXANDRE PAIXÃO	SEMUS	9818-1872
Raquel Gonçalves Branco	FMA	98100-8538
Roberto Eduardo de Sousa		
Felipe Amador Andrade		
Leandro Moura dos Anjos		
Roberto Batista		



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS
www.planodiretor.palmas.to.gov.br

**PREFEITURA
PALMAS**
ALEGRIA DE VER ACONTECER

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
<i>Jose Evadillo B. Fernandes</i>	SEDER	92378456
<i>Edite D. Silva Machado Neto</i>	SEDER	98431-9908.
<i>Kupdelson Magalhães Fostaves</i>	SEDER (Fernas)	98429-3462
<i>MÁIRA ZAMBONATO DORNENES</i>	SEDER	2111-2629
<i>Charla Maria e Silva</i>	SEDER	98510-4397
<i>Daniela Pereira da Silva</i>		999887210
<i>Antonio Soares Brito</i>		
<i>Furtoso Pereira. J. B</i>		
<i>Letícia Franciosa</i>		
<i>Amarfrancisca Dias Rodrigues</i>		
<i>Cin Arlete S. Ribeiro</i>	MPE-CAOMA	3216-76-55
<i>Marcelo Tullius Torres</i>	MPE	3216-7600

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUÇU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
<i>Luara de Brito Queiroz</i>		
<i>Polina Carlos de Souza</i>	PA Veredas	3014 2865
<i>ma Sônia Gomes Almeida</i>	PA Veredas	99930 0456
<i>Duzêrene Melo Ramos</i>		992197759
<i>Luana Pereira Mota</i>		98507 7398
<i>Marcelo Luis de Sousa</i>		984371720
<i>Ray Kristian da Silva</i>		99946-4020

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Cidney M. dos Reis	SEOURF	99245-5853
Cláudia B.		99917, 0193
Jose Lopes de Silva	ASPROSITO - PA SÍTIO	99996-6533
VANUZA RODRIGUES DA SILVA	" "	" "
ERIELTON LOPES DA SILVA	" "	98151-0419
Tamara C. Massari	ETI NOVA SINES	3224 6370
José Patrimônio da Sousa	KIT (F)	992135115
EVANDALO M. castro	VEREDÃO	999. 12 4435
Wlário Rafael Carneiro de Lima	VEREDÃO	3014 2865
Guaraci Helena Lúcia	VEREDÃO	992721885
José Celso Carbonari	Projeto Desenvolve PALMAS	98139 4512
Marcelo Augusto		

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAOARUÇU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Isaura Aquelini Barber Lima	P.A. Verdão	(63) 99234-0265
Roberto Luiz de Sousa	P.A. Verdão	11 11 "
Lidio Francisco de Oliveira	P.A. Verdão	"
Francisco de Freitas	Buritirana	(63) 9-9969-8394
Maria Rita Albuquerque	Buritirana	63 8461-9253
Gláucia Cristina P. do Silva	PA- Verdão	63 992138797
Mauroane Sousa Costa Gama	Buritirana	(63) 9913-1130
EPHIM SHILGER	IPUF	63 99229 8834
RICARDO AYRES DE CARVALHO	SEURF	(63) 995473284
Marlon Barbosa Castro	CÂMARA	(63) 99256-0830
MARCINHO PEREIRA LIMA	FAERTO	(63) 981440777
Roberto Jorge de Lima	SEDER	63 2111 2627

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAOAUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Isandra Cristina Alencar Silva	SEDER - PMP	(63) 98423-4647
CIDICLEI ALCIONE BIANCHI	SEDER	(63) 98447-4368
Rigau Bernes Gougeant	Seder	(63) 98462-6905
Romero Martins	Secom	(63) 98202-6064
Jessica Furtado	SEITT / IPUP	(63) 984030320
CINTIA VIGAPINHO	IMPUP	99247-7431
Vanessa M.H Silva	SEDURF	9.8144-0760
Tatiane Brito Costa	IPUP	98131-1919
Alcides de SA	ENTRERIOS	
MIRIAM DANIELSKI	IPUP - CONSULTORA	(21) 98621-7090
RAIMUNDA NOGUEIRA DA CONCEIÇÃO	BURITIRANA - PMP	99945 116110
Maílda Pereira dos Santos	Buritirana	

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Antonio Luiz Alves de Souza	SEDER - PMP	9.9290-9079
José Augusto Basso Sobrinho	IPUP	98404-4154
Luís M. Cavalcante Pinheiro	SEDER	2111-1113
Raimundo José Alves	SUL	984305670
Robsones A. Alves de Costa	SEDER	989527479
DANIEL B. RODRIGUES	IPUP	97693946
Gabriel Melo de Oliveira	SEDER	97231-9157
Fernando Aires Carlos Bragança Rodrigues	Seden	98215-8009
Kellia Maria da Silva Leite Pires	SEDER	984220571
Milena Adeline G. Corralho	SEDER	981302290
WESLEY RODRIGUES FARIAS	SEDER	98437-0997
Luiz Augusto Santana Neto	SEDER PALMAS	984259519

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Maria Francisca E. Gomes		9332-7593
Magdalia Ribeiro dos Santos	Buritirana	63-99 687079
Almeida Rodrigues de Sousa	Buritirana	63 99 687079
Heleno Rodrigues de Sousa	Buritirana	63 99 047756
Rozilene Martins de Sousa	Buritirana	63 99 2298273
Luamello Rodrigues de Souza	SEDER	63 984042398
Dirceu Rodrigues de Amaral	Buritirana	992561413
Edineide Araujo de Silva	SPOP	63 84583030
Paulo Sérgio	Buritirana	63 992988139
Carlene Gomes da Silva	Buritirana	63 999531587
Alcides Pereira Dias	PALMAS	63-3845-4316
Valter Rodrigues		

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL/TAQUARUCU E BURITIRANA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ NUNES DE OLIVEIRA -BURITIRANA

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
<i>Vicente de Oliveira de Carvalho</i>	<i>Entre Rios P.A.</i>	

Ata da reunião comunitária setorial da revisão do Plano Diretor de Palmas

Aos 12 dias do mês de agosto de 2017, foi dado início à reunião comunitária setorial na Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva, na Quadra 405 Norte (ARNO 42), Palmas Tocantins, às 8h48 da manhã. A Senhora Maria Fátima Viana procedeu com a composição da tribuna de honra, convidado o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas, Ephim Shluger; Cida Glória Presidente da Associação de mães do Jaú e Rodinei Fonseca presidente do conselho dos consumidores de energia elétrica. Em seu pronunciamento Ephim Shluger agradeceu a presença de todos, explicou como será a dinâmica da reunião, disse que na revisão do plano entraram novas categorias, mudanças climáticas e paisagem urbana, destacou a importância de discutir as mudanças climáticas como forma de garantir a preservação da bacia hidrográfica e de energia elétrica, na oportunidade comentou também, como foram as reuniões anteriores e intitulou o tema da reunião, disse que a pauta de planejamento está avançada, a senhora Maria Fátima Viana agradeceu a diretora Luciana Kramer pela acolhimento e passou a palavra para o geógrafo Marcus Bazoni coordenador de projetos do IMPUP, que explanou sobre a revisão do Plano Diretor e suas especificações, sobre o módulo da região norte e no que é possível melhorar, falou sobre as potencialidades, tendências, vocações, áreas setoriais, manifestações culturais, visão do futuro, a importância da regularização fundiária sempre pensando na preservação ambiental e ao final passou a palavra a população que se inscreveram. A professora Cássia moradora da 405 Norte, pediu a regularização fundiária da área. O senhor Raimundo Nonato presidente da associação Sonho Meu falou que na área a população paga por iluminação pública e coleta de lixo porém o serviço não é oferecido e que coloque a região novamente no Plano Básico, pois há cerca de mil moradores e loteamentos criados, pedindo uma melhor análise da Prefeitura para a regularização, registrou a presença do Vereador Juscelino Rodrigues para dar assistência junto a Câmara de Vereadores. O senhor Cláudio Santana do Setor Bela Vista falou sobre a falta de políticas públicas na região e pediu uma melhor infraestrutura. O pastor Ary representando o Lago Norte, destacou que a região necessita de infraestrutura e pediu que a região do Lago Norte fosse incluída no Plano Diretor. Cida Glória Presidente da Associação de mães do Jaú reivindicou que o loteamento seja incluído na zona urbana do Plano Diretor, para a construção de creches, postos de saúde e áreas de lazer. A senhora Adriana de Souza do Setor Bela Vista e Sol Nascente, pediu infraestrutura na região, pois há áreas de lazer, porém sem segurança, destacou que a creche e os postos de saúde não atendem a região, pontuou que na Avenida Tocantins em Taquaralto há acidentes constantes em função das obras realizadas sem o desvio do trânsito, solicitou regularização fundiária do Setor Bela Vista e do Sol Nascente e

que a Prefeitura abranja a todos da região. O Geógrafo Marcus agradeceu e parabenizou a presença no Vereador Juscelino Rodrigues e a importância da atuação da Câmara de Vereadores. José Alan presidente de moradores da Quadra 405 Norte, pediu titularização e escrituração da área e que a horta comunitária da LO 12 entre em funcionamento, destacou a falta de segurança na região pedindo um ponto de apoio de policiamento, revitalização da academia a céu aberto e da praça. O senhor Jean Aguiar do Sonho Meu, pontuou que a região não está mais incluída no Plano Básico e que hoje é zona rural, disse que a abertura de loteamentos mostrando a falta de estruturação do Município, sendo necessário o ajustamento da região norte, pediu um parque para a preservação da bacia hidrográfica para evitar no futuro um problema comunitário, falou que o IPTU no Sonho Meu é cobrado e que em contrapartida não há assistência por parte da Prefeitura. O senhor José Milton primeiro secretário da associação Sonho Meu pediu planejamento por parte da prefeitura, falou que o salário mínimo não condiz com o valor do IPTU e das altas taxas, para a estrutura da região, destacou que a região passa por períodos de seca, sendo necessária em curto prazo uma solução e que a principal reivindicação é o abastecimento de água e pediu para que aja uma solução para a saúde. A senhora Ariadne Bitencur de Luzimangues e trabalha na região Norte, pediu ampliação da ciclovia e estruturação no trajeto Luzimangues a região Norte, com melhor sinalização. O senhor Eduardo Ramon representando os moradores da TO 020, trouxe um abaixo assinado dos moradores, que foi entregue ao Secretário Ricardo Ayres, pedindo a regularização fundiária da região TO 020. O advogado Leandro representando área de interesse turístico no estado que se encontra nesta região, solicitou a manutenção desta área e ainda a reduções dos lotes para no mínimo lotes 360m2 e inclusão da chácara 12 do sindicato SINGAREHST em expansão para interesse urbano. O presidente do sindicato dos Empregados em hotéis bares e restaurantes do Estado do Tocantins Flávio Dias, disse que, tem o interesse de construir um programa habitação para os associados, beneficiando a infraestrutura, pontuou os setores já construídos, tornando a área rural em urbana e pediu o abastecimento de água ao local. O advogado Leandro retornou a fala pedindo a preservação do perímetro de água fria e o aumento do perímetro de preservação. Em seu segundo pronunciamento a senhora Cássia pediu a legalização da área NS 03, 403 Norte (ARNO 41), pediu iluminação pública, coleta de lixo, segurança na área verde da região e um parque ambiental. O presidente da SINGAREHST em seu segundo pronunciamento pediu a pavimentação das chácaras no setor, a regularização dos setores sonho Meu e do Jáu. O advogado Leandro em seu voltou à fala, solicitando a demarcação das chácaras. Ricardo Ayres em seu pronunciamento cumprimentou os presentes e agradeceu a participação da população, na oportunidade, disse que foram feitas em torno de 28 reuniões do Plano Diretor e que ao final a proposta será apresentada a Câmara de Vereadores, falou sobre a importância da participação dos vereadores na votação e formulação do projeto, falou também que as reivindicações da população serão analisadas, que será feita uma última reunião em conjunto com o Plano Diretor e PPA e sobre a importância da preservação dos mananciais, explicou sobre as faixas de transição, destacou o IPTU progressivo, que irá incentivar a população para

manter seus imóveis desocupados regulares, dando prazo de 20 anos para esses proprietários se regularizem, finalizou dizendo que o poder público não vai fechar os olhos para as reivindicações da população e parabenizou a equipe da Sedurf e os técnicos do IMPUP que estão no trabalho para a melhoria da cidade. Epihm Shluger, falou também sobre o IPTU progressivo, a estruturação da cidade como um processo participativo, disse que o plano diretor é um processo contínuo, sujeito a monitoramento e supervisão no percurso de 10 anos, e que é um planejamento urbano, falou sobre a próxima reunião no Bertaville, inovador em Palmas, junto com o PPA para que o orçamento de a partir de 2018 seja de acordo com as propostas da população. Em tempo o advogado solicitou a expansão da Teotônio Segurado e as respectivas indenizações, a regularização da 408 Norte (ARNE 54), a pavimentação, e que a zona de contenção seja em torno de 10 faixas por ha, margeando a Teotônio no Setor Santo Amaro e a regularização do Senhor Manoel. A senhora Dorismar presidente da Associação de Moradores da 406 Norte (ARNE 53) e do posto de saúde da região, pediu uma área de apoio na 403 norte (ARSNO 41) para a comunidade. A senhora Cida enfatizou que a água é uma questão de urgência nos setores. Logo em seguida a Ata foi lida e colocada para votação dos presentes. Com a aprovação da Ata por unanimidade dos presentes, a reunião foi encerrada pontualmente às 11h24, que será anexada a lista de assinatura dos presentes.

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Juliano R de Jesus	Câmara Municipal	984029757
Flávia Vinícius Oliveira	Prefeitura de Palmas	984929248
Renivaldo Almeida Silva	União Brasileira de Municípios	(71) 997369482
BRUNO DE DE ALMEIDA JUNIOR	MICROUSUR	63 8443-6733
CÍMICA VICARIINI	impup	992477481
JULIANA CURITA	ARQUITETURA UDETA	992678050
JEANY BARBOSA AGUIAR	MONTANA TÁU 45 ETAPA.	99200-6672
M ^o José Rodrigues Silva		98400-4198
Ricardo Aguiar de Carvalho	SEOURF	
Wasley Matos de Fátima		9-8409-7098
João Paulo Santos		
Máximo Dias	SINGARETST	984687277

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Rafael Norberto	SEMUM	(63)99201-1726
Marcelo Nogueira Lacerda		982611143
Ma. Jerson V. D. Silva		98452-9374
Raimundo Santadas - Junior	Associação Sombro Meu	984186115
Vanila B. Figueira	IPUP	98404-7440
Jose Alan de Oliveira Castro	Presidência da Atm. de Mon.	98419-0462
ARI DOS SANTOS	LAGO NORTE	989783480
ENBETE AUGUSTINO MOURA		98503-3102
M ^{te} Estimaciana Zuchelero	SEDURF	984461586
Andreia R. De Souza Góes	FMA	984064761
Rosimere Ineta Barros	SEMED	984679800
Raimundo Araújo MANEIRA		982191996

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Kledson Rios Ferreira		984990552
Somede Mendes de Oliveira		984990332
MARISEC MEBES DE SOUZA		992908199
MARILTA PEREIRA DE OLIVEIRA		98478-0440
Paulo Sergio	Morador 1404 Sul	84588030
gilne Cristina S. dos Santos	morador do sombo neu	82176761
EDUARDO KAMOS DE ALBUQUERQUE	307 Sul	984037430
WILSON GRISON	AREA INFLUENCIA RODRIGUES	98401-6942
ADRIAN RODRIGUES DA SILVA	AMANY II	98400.0099
Flávia Newton Lopes Filho	1503 sul	98469-9112
Flávia de Oliveira	409 Norte	98451-5697
M ^{te} Edleide da C. Rodrigues	405 Norte	992598484

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Antonia Louise Lopes Louvi	403 NORTE	9241 8802
WALTERISA TAVARES CARVALHO	503 NORTE	99248-2497
Edilene Oliveira de Sousa	403 NORTE	990099881
Rosilene Rodrigues Gomes de Sousa		992381920
Maurizete das Santas Silva		98437-5676
Adrielson Carlos S. Oliveira	403 NORTE	6384584877
Inoela Gomes Laurentino	403 Norte	992670706
Raquel Genesher Franco	FMA	98100-8538
MIRIAM DANOWSKI	CONSULTORA IPIV	(21)98621-7090
Ana Paula Batista Afari	MPLE	63.98485-2077
Murilo Tullis Torres		
Stéfani M. B. Diniz	CMET Contas de fada	8421-0151

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
<i>Alexandra Filho</i>		<i>992 943188</i>
<i>Bráulio da S Guedes</i>		<i>992 12 70 39</i>
<i>claudio JSS.</i>		<i>992 25 20 63</i>
<i>Soloz Azeite de magalh</i>		<i>992 74 88 3</i>
<i>M^{te} Elaine de Sousa Novais Sobrinho</i>		<i>984 85 25 30</i>
<i>Liliane gomes de oliveira</i>		<i>992 80 82 77</i>
<i>Monata Pereira de Almeida</i>		<i>984 78-0440</i>
<i>Jaime Lopes Junior</i>		<i>982104856 Zap</i>
<i>Acassiano Lima Rocha</i>	<i>403 Norte AV 10 12 1139</i>	<i>985 10 16 48</i>
<i>Luiz F. F. F. F.</i>	<i>FACAR TO</i>	<i>985 50 47 31</i>
<i>Maria de Guedes</i>	<i>403 Norte</i>	<i>99 15-1858</i>
<i>Marciano MARTINS DO CARMO</i>	<i>LOT. SONHO MEU</i>	<i>99940-0713</i>
<i>Romulo Lima de Oliveira</i>	<i>LOT. SONHO MEU</i>	<i>984487077</i>

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Volguezes Alves da Silva	JAV 4º Etapa	991068794
Jo Garp		9184795104
Valtevi dos Santos Silva		984365903
Reiz Renato Oliveira		99998-2155
FRANCO A. DA S. NEIVA	Aposentado	999113131
Rita Passino Lima		9.84581075
ADIM FRAUCISEO CORREIA		98933-0910
Yôã Nunes da Paçoos		92001194
JOÃO ARRILHO DA SILVA		98143-8575-
Marcus Vinícius Mendes Bezzi	IPUP	2111-0904
Kayô Vinícius da Silva	405 Norte AL. 14	99946-4020
José Mateus Júnior	912 sub, Al. 2, LT 4	98511-1307

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
<i>Alena da S. Nair meire</i>	SEC. DESENV. SOCIAL	2111-3303
DANIEL B. RODRIGUES	IPUP	91653946
<i>Jose Milton D. Santos</i>	JAU 4º Etapa	8415-7399
<i>Cido Loria</i>	Jau 4º Etapa	92006713
<i>Maria Tereza</i>	Jau 4º Etapa	84375018
<i>Ernesto Soares</i>	Jau 4º Etapa	84375018
<i>Miguel Soares da Silva</i>	Jau 4º Etapa	982201242
<i>Jucelia Ribeiro Xavier</i>	Jau 4º Etapa	62-985230610
<i>Torres Silva da Silva</i>	Jau 4º Etapa	984278357
<i>Catiana Curcio</i>	Câmara M. de Palmas	98484-9107
<i>Aparecida Dubre dos Santos Freitas</i>	ABSC 405 Norte - Zona Rural	984042444
<i>Julio Cesar Soares da Silva</i>	305 Norte	92421145

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Itaí de Sousa	Souho Meu (Peters)	984124146
Quedne Ottenrot, N. Quinto Lima	CMSZ Grande Litorânea	3224-2626
Leonor Furtado	SEISTT / IAP	984030320
Cidney M. dos Reis	SEMPB	992455853
Guimarães Fernandes Beal		
Isa Michelle Bezerra Silva	CNEI Continho de Azeite	98462-4618.
Milene Prestes Souza	FA Ceum To	63-98438-6179
Ana Francisca		63 92813663
Adriano de Souza Reis		99114-4931
Elizete Reis R. de Souza		984296371
Edla Rodrigues Souto		92666433
Edilma Santana Nogueira		92666433

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL NORTE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA DE SILVA - QUADRA 405 NORTE

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Leonardo Freire de Souza	O'Freire Advocacia	95911-2644
Ney Robson Moura da Silva	O'FREIRE ADVOCACIA	98121-6604
ARTHUR G. RICHTEK	COSTA DOULDA	63999318102
Thiago Alves Gomes	SEDURF	98436-1102
Luciano Gomes Avelino Filho	SEDURF	999792003
Luciano B. Souza		9259 6957
João Couto de Oliveira		63981274250
Maria Goreth Barbosa	Comunidade	63991114754
Divona Alves de Sousa	comunidade	62984963089
Cláudio de Aguiar		631784000511
Maiana Darc Silva	Presidente UU	984886778
Edilmar de Sousa Matiminy	Jorn 4º etapa	999475596

Ata da reunião setorial da revisão do Plano Diretor de Palmas

Aos 19 dias do mês de agosto de 2017, foi dado início à audiência pública da elaboração do plano plurianual e das leis do orçamento e diretrizes orçamentárias (PPA, LOA e LDO). E da reunião comunitária setorial da revisão do plano diretor na Escola Anísio Spínola Teixeira no Setor Bertaville em Palmas, Tocantins, às 9h13 da manhã. A senhora Núbia Mota Carvalho deu bom dia a todos e o hino nacional foi entoado, após procedeu com a composição da tribuna de honra, convidando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais, Ricardo Ayres, que também é presidente da Comissão de Revisão do Plano Diretor, o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas, Ephin Shluger, o Secretário Executivo Municipal de Finanças Marcelo Alves, o Secretário Executivo do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas Iapurê Olsen, o Secretário Executivo Municipal da Subprefeitura da Região Sul Sebastião Albuquerque Cordeiro, o Secretário Executivo de Desenvolvimento Social Edson Fernandes, a Secretária Executiva Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Urbano Valéria Albino, a Superintendente do Banco do Povo Carmém Lúcia, a Superintendente Municipal de Planejamento Andréia Cristina Silva Leitão, o Secretário Executivo Municipal da Casa Civil, o Secretário Municipal Executivo do Meio Ambiente Geovane Assis e o Vereador Júnior Geo, após foi mostrado um vídeo e foi explicado o que é o PPA, as autoridades fizeram os pronunciamentos, esclarecimentos e como será a dinâmica da reunião, por fim os presentes foram encaminhados às salas de reuniões. Na sala da reunião setorial da revisão do plano diretor, o Presidente do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas Ephin Shluger iniciou a fala explicando como será a dinâmica da reunião, falou para a comunidade pensar nas possíveis melhorias da região sul de Palmas e ao final passou a palavra o geógrafo Marcus Bazoni coordenador de projetos do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas, que falou sobre o que se trata a revisão do plano diretor, destacou a lei 155 de 2007 e explicou que esse projeto é feito a cada 10 anos, fez um resumo sobre as reuniões anteriores e explanou sobre o módulo da região sul e pediu a participação dos presentes sobre o que é possível melhorar na região, falou sobre as potencialidades: tendências, vocações, áreas setoriais, manifestações culturais, visão do futuro da região sul, respondeu alguns questionamentos e ao final passou a palavra para a população que se inscreveu. A senhora Iracema do União Sul, pediu a regularização fundiária da região, da União Sul e Irmã Dulce, destacou que a população não tem infraestrutura e pavimentação por falta da regularização, o estudante Gabriel Ferreira da 605 Sul da Ulbra, perguntou o que foi implantado da última revisão plano diretor, o geógrafo Marcus disse que é uma série de fatores que fazem a implantação da lei, após a análise e o projeto pronto, vai para a câmara onde feita a lei e votado, também disse que o projeto em vigor está disponível no site no planejamento. O presidente do IMPUP Ephin agradeceu a presença da professora Juliana Cunha da Ulbra que trouxe alunos de arquitetura a reunião. O senhor José de Ribamar do Irmã Dulce pediu efetivação de políticas públicas e que a reunião seja produtiva e efetivada. O senhor Alfredo do Irmã Dulce disse que o serviço público é muito burocrático, mas que acredita no projeto, parabenizou o Prefeito e a equipe pela manifestação popular que está acontecendo nas reuniões do plano diretor, falou sobre o planejamento e que a principal demanda é a regularização fundiária da região, o Presidente Ephin falou que o diálogo com a população e que o planejamento é o mais importante. O estudante de arquitetura e urbanismo Luis Ricardo da Ulbra, perguntou como será a implantação das indústrias, se será segregado e se realmente será implantado o projeto, o geógrafo Marcus respondeu dizendo que a população tem o espaço fazer a fiscalização e que essa lei será mais estruturada, a Rariane Monteiro da Secretaria de Governo Econômico disse que os pólos de emprego em Palmas são mais administrativos e que a idéia é potencializar e expandir as áreas de geradoras de emprego e que a idéia é que todas as áreas sejam contempladas e fomentadas. O presidente Ephin aproveitou para falar que há regiões centralizadas e a finalidade é que as centralidades sejam bem definidas, em cada região, eficientes e com mobilidade, trabalhando no que já existe. A senhora Elizete do Setor Universitário perguntou se a região está dentro da revisão do plano diretor, o geógrafo Marcus disse que os questionamentos serão respondidos após as ponderações dos presentes. o Senhor Gilvan do Irmã Dulce questionou sobre a regularização fundiária da região e pediu um semáforo na frente da Escola Anísio Spínola Teixeira, relatou que há acidentes recorrentes no local. A senhora Averlinda Pereira do Irmã Dulce pediu a regularização fundiária da região. O senhor Antônio de Sousa do Taquari disse que o Taquari não está regularizado, destacou que a só a T22 está regularizada, que há ônibus e coleta de lixo,

parabenizou o prefeito pelos feitos e pediu a regularização fundiária do Taquar por completo, pediu também pavimentação e transporte e iluminação de Taquari até a Vila Agrotins. O estudante Leonardo da Ulbra da Aurenny 3 questionou se há algum projeto de tratamento de esgoto próximo a Aurenny 3, questionou também sobre os afluentes, se há projetos para preservação, o geógrafo Marcus disse que os questionamentos serão respondidos após as ponderações dos presentes. A senhora Iracema em seu segundo pronunciamento pediu que na Região Irmã Dulce, União Sul, Taquari e Aurenny 4 tenham investimentos e projetos para que possam ter oportunidade de empregos na proximidades, na oportunidade perguntou onde o projeto está e se é disponível para a população. O geógrafo Marcus disse que tudo será documentado e que estará disponível na secretaria. O presidente Ephim esclareceu que há o compromisso e que os questionamentos serão levados a sério e realizados na sua possibilidade. Rariane Monteiro da Secretaria de Governo Econômico pediu que a população faça propostas, o qual é o objetivo da reunião. O senhor Domingos do Jardim Bela Vista, questionou de que em pesquisa feita do governo 80 % dos rendimentos de planejamento seria da Região Sul e que não está sendo efetivado, que os empregos são centralizados no centro de Palmas e pediu a regularização fundiária da região sul, disse que não há políticas públicas, destacou a falta de asfalto, colégio, iluminação, falou que há pavimentação asfáltica no Setor Sônia Regina, setor esse mais recente que o Bela Vista, falou também que foi aberto um loteamento ao lado do Bela Vista e que neste loteamento já há infraestrutura. O geógrafo Marcus disse que os questionamentos serão respondidos após as ponderações dos presentes. A estudante Anacarle da Ulbra perguntou se na área do aeroporto há um projeto de preservação. O advogado Leandro solicitou a regularização da Vila Piauí e pediu para sanar os conflitos agrários existentes referentes às chacareiros que são possuidores dos títulos ou escrituras públicas, que eles não percam as áreas, tendo em vista que são donos dos imóveis, que mesmo acordo da prefeitura ou ação reivindicatória possam ser mantidos na sua posse, pediu que os proprietário da chácara do Irmã Dulce não percam parte de suas áreas, a regularização das chácaras do senhor Cláudio, senhor Ney e senhor Edmilton da área aeroportuária, a expansão e inclusão do Taquarussu e da área da Dona Zuleica, dentro do perímetro urbano, pediu também para que a prefeitura possa resolver os conflitos agrários da Vila Piauí, a inclusão do Setor de Chácaras Santa Fé, como zona de contenção e a inclusão da área do Dr Izanel dentro do perímetro urbano. O senhor Cássio da Região Sul, pediu a regularização fundiária da região Sul por completa, na oportunidade disse que todos os loteamentos precisa ter no mínimo 10% de interesse social, pediu revisão dos impostos sobre a taxa de esgoto e de água com redução de 80% para 15% e a construção de uma Casa que Parque para a região sul. A senhora Josefa Soares do Irmã Dulce pediu a regularização fundiária da região. O senhor José Nilson do Bertaville e do Irmã Dulce Segunda Etapa pediu regularização fundiária e infraestrutura da região. O senhor Dacir do Setor Universitário perguntou se o Setor está incluso no revisão no plano diretor, o geógrafo Marcus disse que os questionamentos serão respondidos após as ponderações dos presentes. O estudante Leonardo em seu segundo pronunciamento parabenizou a reunião com a comunidade, disse que a população tem que cobrar a regularização fundiária mas que poderiam a aproveitar a oportunidade para solicitar, áreas verdes, áreas de lazer, infraestrutura e praças. O estudante Gabriel em seu segundo pronunciamento perguntou como serão feitos os incentivos aos empregos, como que os empresários irão investir nessas áreas, como esses empregos serão gerados e pediu investimento na segurança da região sul. O senhor Gilvan do Irmã Dulce em seu segundo pronunciamento, disse que é importante propor a regularização fundiária do setor porque após conseguirem o documento, a população pode questionar outros pontos. Valdeci chacareiro do setor rural pediu notícias do anel viário, como está sendo pensado a infraestrutura, o geógrafo Marcus disse que os questionamentos serão respondidos após as ponderações dos presentes. A senhora Marlene consultora, disse que o plano diretor tem uma estrutura por capítulos, como a regularização, na oportunidade disse que a instrumentalização do plano diretor poderá ser acompanhado e monitorado e que será olhado para cada setor com cada especificação, dando ênfase no reconhecimento das diferentes regiões. O Adão do Setor Irmã Dulce, falou sobre a segurança no setor, que o sentimento é de exclusão pela falta de segurança, não há viaturas policiais, postos de saúde, colégios e infraestrutura, e na oportunidade pediu a regularização fundiária. O senhor Godofredo em seu segundo pronunciamento, disse que a demanda do plano diretor é do executivo, ratificou o pedido de regularização, pediu um posto de corpo de bombeiros na região e uma praia no Bertaville. O advogado Leandro pediu infraestrutura na Vila Piauí e no Irmã Dulce e uma ponte que liga o Bertaville e também a expansão do setor universitário. O senhor Cássio em seu segundo pronunciamento pediu que o município tenha um calendário de infraestrutura, que um loteamento não seja aberto sem antes outro ser regularizado e que na área de desenvolvimento econômico, que o cinturão verde de Palmas seja revitalizado. A senhora Verônica da 604 sul, pediu que as igrejas que tem lotes e não estão ocupadas, cedam para outras igrejas para pararem de pagar aluguel. O geógrafo Marcus disse que agora serão respondidas as perguntas. O

presidente Ephin disse que uma importante ponderação é a arborização de Palmas e que será feito um plantio simbólico com a primeira Dama da cidade. O arquiteto Lúcio, respondendo as perguntas feitas, disse que estão sendo discutidas várias questões administrativamente, como a regularização fundiária, que não é possível ser regularizado de uma vez, que cada região tem suas especificações, explicou situações que há autorização para entrega de títulos, mas outras ainda precisam de acordos judiciais e de negociações da prefeitura, que isso está no projeto da revisão do plano diretor. A senhora Iracema perguntou se ela como moradora de algum setor, ao chegar na prefeitura ela consegue informações sobre alguma área específica, em resposta o Lúcio disse que sim, para procurar a área de regularização. A técnica Rariane a fim de também responder aos questionamentos, disse que na fala do senhor Domingos não há dados oficiais de que os rendimentos da região estão com 80% concentrados na região sul conforme dados do IBGE, disse que a área portuária tem uma diretriz nacional estratégica da região norte e há interesse coletivo público sobre a área que se integra a cadeia produtiva do Brasil. O senhor Wanderson servidor público de meio ambiente, complementou dizendo que a área portuária precisa de processo de desmatamento, licenciamento, que há córregos e rios importantes para a região sul como o Machado e que a idéia do plano diretor é destacar as potencialidades e também disse que há projetos para a área sul, porém não sabe dizer o prazo para a efetivação. A técnica Rariane volta a fala dizendo que não são somente incentivos, que é um conjunto de instrumentos para a efetivação do projeto, sobre o anel viário pretende-se efetivar para que se tenha um escoamento de forma eficiente. O senhor Wanderson volta a dizer sobre a questão de bacias, que há o comprometimento e preocupação com a bacia hidrográfica, pois o abastecimento das cidades vem das bacias, e dentro do plano diretor há medidas para a preservação. O presidente Ephin finaliza dizendo que as matérias serão tratadas por capítulos, que estão incluídos novos capítulos, sobre a preocupação com a água, e a mudança climática no plano diretor. Logo em seguida a Ata foi lida e colocada para votação dos presentes. Com aprovação da Ata por unanimidade dos presentes, a reunião foi encerrada às 12h36.



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SUL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 19 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANISIO SPÍNOLA TEIXEIRA - AV. ANTONIO SAMPAIO-APM 07 (SETOR BERTAVILLE)

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Luiz Ricardo Pereira da Silva	COVID VILBA / COM ARQUITETURA URBANISMO	63 98127 - 3337
Francis Antunes de Sampaio Cavallin	Setor Universitário	98419 5427 / 98118 3961 ^Z
José Celso Carbonari	BO4Suel	981394512
José Carlos da Costa		999541001
Godofredo sant B. dos santos	Setor imã Dulce	98481-4807
Valdey Rocha de Oliveira	Sta. Fé Rural	(63) 99215.8914
Victória Teixeira dos Santos	ST. UNIVERSITARIO	63 992213663
MARIANY MONTIÃO	SEBEM	(63) 99201-1726
Silvan Pereira Barbosa	Setor Zona Dobra	63 98445 3064
Domings Altay Ulisses Pereira	JARDIM BELA VISTA	98417 - 5871
José Roberto de Souza		98415 6999
Edinete Jovial Romarante	Setor Universitário	98467 - 4510.

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SUL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 19 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANISIO SPÍNOLA TEIXEIRA - AV. ANTONIO SAMPAIO-APM 07 (SETOR BERTAVILLE)

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Adão P. P. R. de S. S. S. S.	CHOCOLÊ	984135873
marcel conceicao siqueira		993176644
Foi Nilson Cordeiro dos Santos	Sector irmãos Dulce	98401 2120
Maria de Fátima Barbosa Silva	Sector irmãos Dulce	99102-5091
Françes Vitoria Góia	2º etapa irmão Dulce	não tem
Fabio Barbosa dos Santos Senimar Dulce	98401 0662	
Leandrinha Correia dos Santos	Sector Irmã Desei 2ª Etapa	99281-7769
Leonardo Faria de Souza	D'Fátima	99911-2644
NEY ROBSON MOURA DA SILVA	D'Fátima ADIBONAS	99121-6604
Antonio Feliciano Pereira Filho	Sector Irmão Dulce	98464-5846
J. R. R. P. P. P.	Modoriz Irmã Dulce	
Somalia Martins	Sector	

SA

LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SUL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 19 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANISIO SPÍNOLA TEIXEIRA - AV. ANTONIO SAMPAIO-APM 07 (SETOR BERTAVILLE)

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Amoroso de S. Alves		98101-8325
Gabriel F. Neiva	Ceulp/Ubra	63 99977-8905
Cardina Medeiros da Silva		63 99201 6749
Glauco A. Oliveira		63 9 8505-8833
Vitor de Almeida R. Fumagalli	Ceulp/Ubra	63 9 8471-1222
EPHIM SYLUSER	IPUP	99229-8834
WALDIR M. APONTEZES		99233 7423
Antonius Feliciano P. Filho		98161-8846
CARMEN LÚCIA BOM	Bco DO POVO	2111-0218
<i>[Assinatura]</i>		999511016
Raquel Gomes de Franca	FMA	98100-8538
ARTHUR RICARDO	COSTA DOURADA	999318102



LISTA DE ASSINATURA DA REUNIÃO REGIONAL SUL SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: 19 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 8:00 h as 12:00h

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA – AV. ANTONIO SAMPAIO-APM 07 (SETOR BERTAVILLE)

NOME COMPLETO NÃO É ASSINATURA	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONES
Alexandre Paixão	SEMOs	98118-1872
Maria de Lourdes F. R. e Silva		992274399
Michely Felix de Sousa		992005793
Cassius Clay Assunção Fontes	AEDAMUR	98486-5780
ROSANA DAMUNDE BEZERRA	SUDURF	2111-1109
Josefa Soares Pereira	MARADORA	991133692
Antonio de Souza Bezerra	MORADORA	984506301
FRANCISCO FAIS	SECOVI	98139-7494
Inaerara Lopes Romarino da Silva	morador União Sul	98475-5724

Sylw



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

ANEXO II

**MAPAS
SETEMBRO 2017**



CARLOS HENRIQUE AMASTHA

Prefeito de Palmas

CINTHIA RIBEIRO

Vice-Prefeita

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
SERVIÇOS REGIONAIS**

**Coordenação Geral da Revisão do Plano
Diretor**

RICARDO AYRES

Secretário de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE
PALMAS**

Coordenação Técnica

EPHIM SHLUGER

Presidente do Instituto de Planejamento
Urbano de Palmas

Coordenação dos Trabalhos Técnicos

IAPURÊ OLSEN

Secretário Executivo do Instituto de
Planejamento Urbano de Palmas

Coordenação da Equipe Técnica

MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI

Coordenador de Projetos Urbanísticos
do IPUP

Equipe técnica/Relatoria

DANIELA DA ROCHA FIGHERA

Arquiteta e Urbanista
Advogada
Relatoria da Revisão do Plano Diretor

DANIEL BARTKUS RODRIGUES

Geógrafo
Revisor da base cartográfica

GUILHERME ANTONIO MANTOVANI

Coordenador de Projetos Urbanísticos do
IPUP
Revisor da Planilha de Lançamento

HITALLO RICARDO PANATO PASSOS

Procurador do Município

MÁRCIA PANATO PASSOS

Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MARLI RIBEIRO NOLETO

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MÔNICA RODRIGUES DA SILVA

Coordenadora das Câmaras Técnicas
Diretora de Monitoramento

ROSANA DELMUNDES BEZERRA

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

TAYNARA CRISTINA M. BRANDÃO

Assistente Jurídica
Relatora da Revisão do Plano Diretor

**LINHA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Coordenador

EVERCINO MOURA JÚNIOR

Presidente da Fundação de Meio
Ambiente

Equipe técnica

LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE

Engenheira Ambiental

RAQUEL GONÇALVES FRANÇA

Engenheira Agrônoma

ADRIANO SILVA PINTO

Engenheiro Ambiental

GIORDANE MARTINS SILVA

Arquiteto e Urbanista

TATIANE GOMES DE BRITO COSTA

Engenheira Ambiental

WANDERSON LOPES OLIVEIRA

Engenheiro Ambiental

LINHA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Coordenador

LUCÍDIO GOMES AVELINO FILHO

Superintendente de Urbanismo da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

Equipe técnica

USO DO SOLO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CINTIA CRISTINA DE MIRANDA VIGARINHO

Arquiteta e Urbanista

CLÁUDIA FERNANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA

Arquiteta e Urbanista

ROBSON FREITAS CORREA

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Planejamento do IPUP

VANESSA CHAGAS MITT SILVA MITT

Arquiteta e Urbanista

MOBILIDADE E TRANSPORTE

JOSÉISA MARTINS VIEIRA FURTADO

Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO RURAL

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

Jornalista

Técnico em Agropecuária

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ALAN BARROS BITAR

Diretor de Ciência e Inovação da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

JOÃO ANTONIO PEREIRA

Arquiteto e Urbanista

LÁZARO GOMES DE SOUSA

Economista

RARIANY MONTEIRO

Internacionalista
Diretora de Inclusão Social e Produtiva da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

ELIAS MARTINS NETO

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Regularização Fundiária da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO

Arquiteto e Urbanista

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ALEXANDRE PAIXÃO

Arquiteto e Urbanista

LINHA TEMÁTICA: FISCAL E GOVERNANÇA

Coordenador

CHRISTIAN ZINI

Secretário de Finanças

JOÃO MARCIANO JÚNIOR

Auditor do Tesouro Municipal
Secretário Executivo de Finanças

Equipe técnica

**JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS
JÚNIOR**

Assessor Executivo de Orçamento da
Secretaria de Finanças

LUELY MÁRCIA FERREIRA AIRES

Auditor do Tesouro Municipal da
Secretaria de Finanças

COLABORAÇÃO TÉCNICA

MARLENE ETRICH

Arquiteta e Urbanista
Assessoria à Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor

MIRIAM DANOWSKI

Arquiteta e Urbanista
Msc Planejamento Urbano e Regional,
Assessoria à Coordenação da Relatoria
na Revisão do Plano Diretor

Colaboradores do IPUP

ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO

Arquiteto e Urbanista

DENISE DE MORAES RECH

Arquiteta e Urbanista

Diretora de Projetos Urbanísticos do IPUP

**GEDHEON LAMARTINNE DE SOUSA
GARRIDO**

Estagiário

GRACIELA DE SÁ ANDRADE
Assistente Administrativo

JALIS DIAS CARDOSO
Motorista

JOSÉ ALBERTO BENTO SOBREIRA
Motorista

**LAUDELINO ABRUNHOSA RESENDE DE
SOUZA**

Arquiteto e Urbanista

MARCIA PINHEIRO DOS SANTOS
Assistente de Gabinete

MIRIAN PINHEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços Gerais

RENATO LEMOS CABRAL FELIPE
Gerente de Gestão e Finanças

RICARDO EMANUEL DE FREITAS
Estagiário

WANELLYSE SOUSA MENEZES
Arquiteta e Urbanista
Assessora Técnica

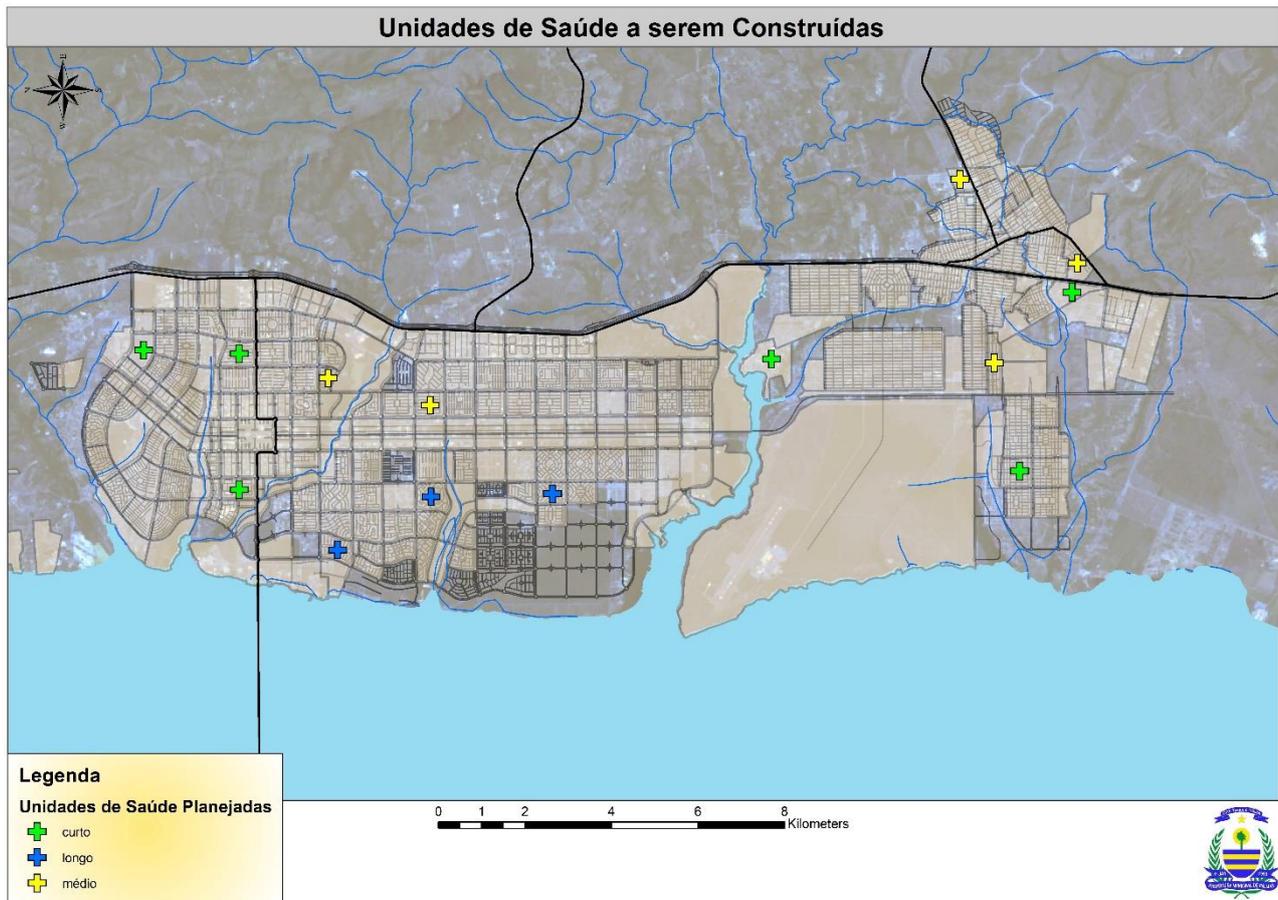
SUMÁRIO

1. DOCUMENTOS	6
1.1 MAPAS	6
1.1.1 Unidade de saúde a serem construídas	6
1.1.2 Densidades	7
1.1.3 Vias projetadas	8
1.1.4 Macrozoneamento	9
1.1.5 Infraestrutura verde	10
1.1.6 Centralidades e Sub-Centralidades da atividade econômica	11
1.1.7 Regiões de planejamento	12

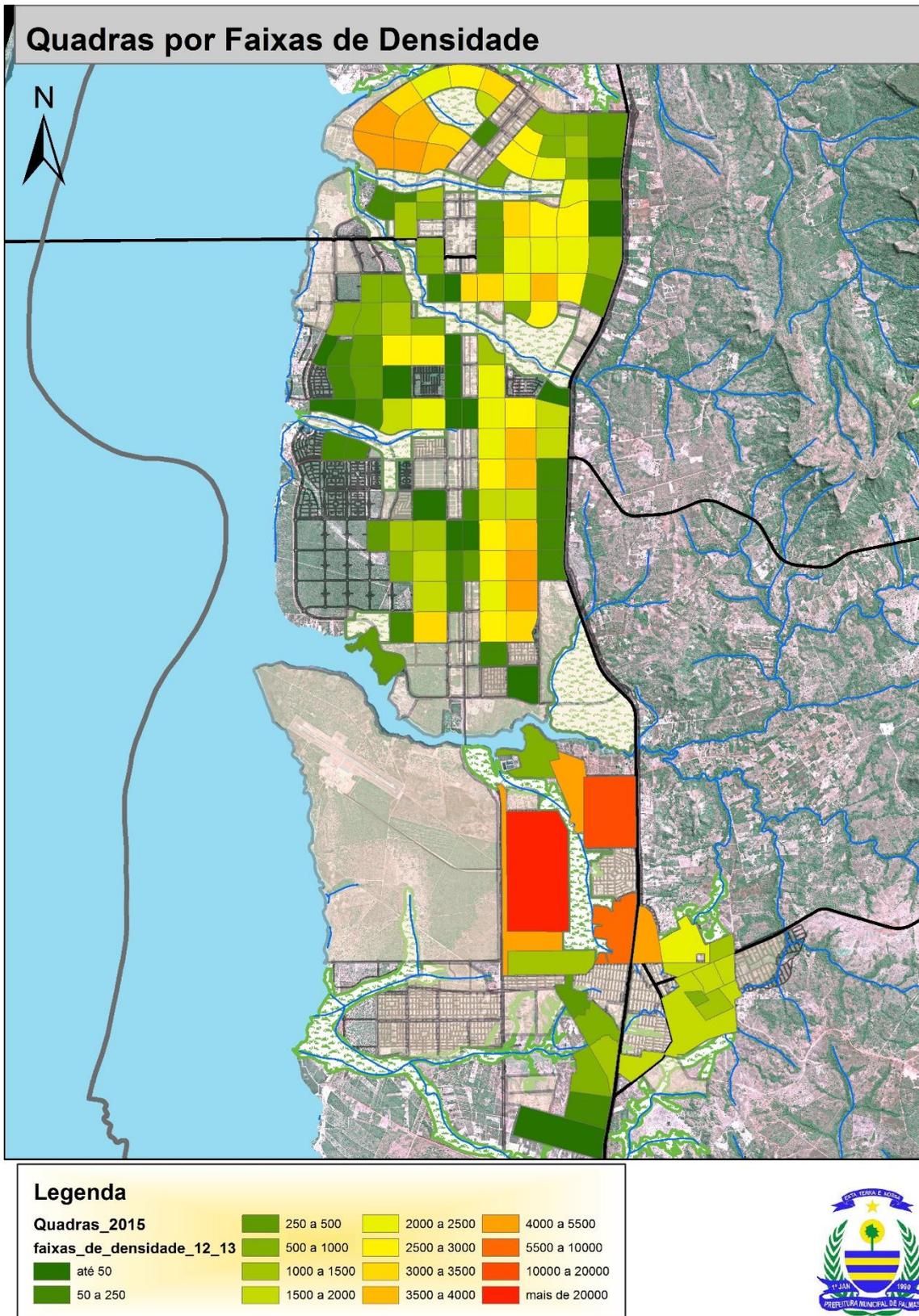
1. DOCUMENTOS

1.1 MAPAS

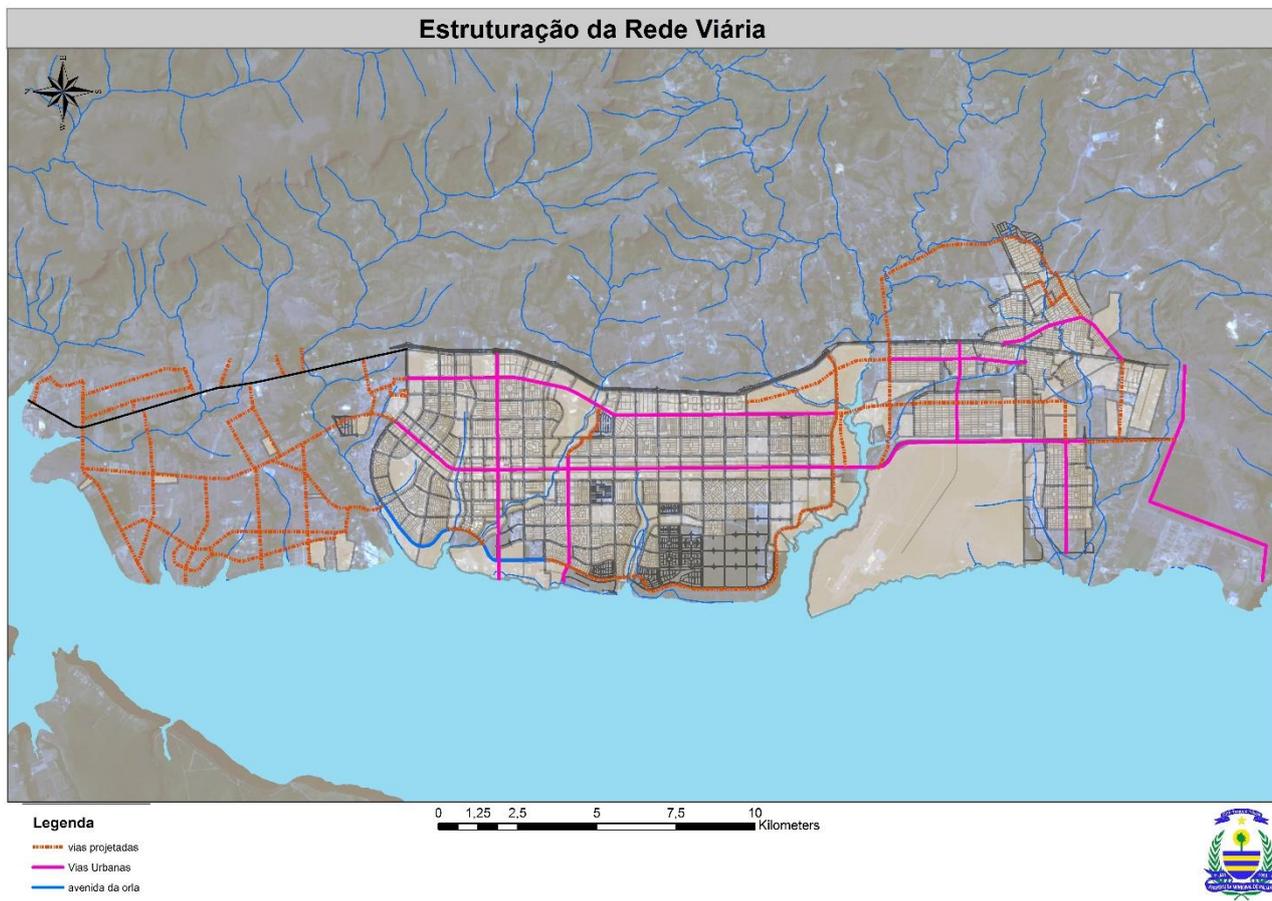
1.1.1 Unidade de saúde a serem construídas



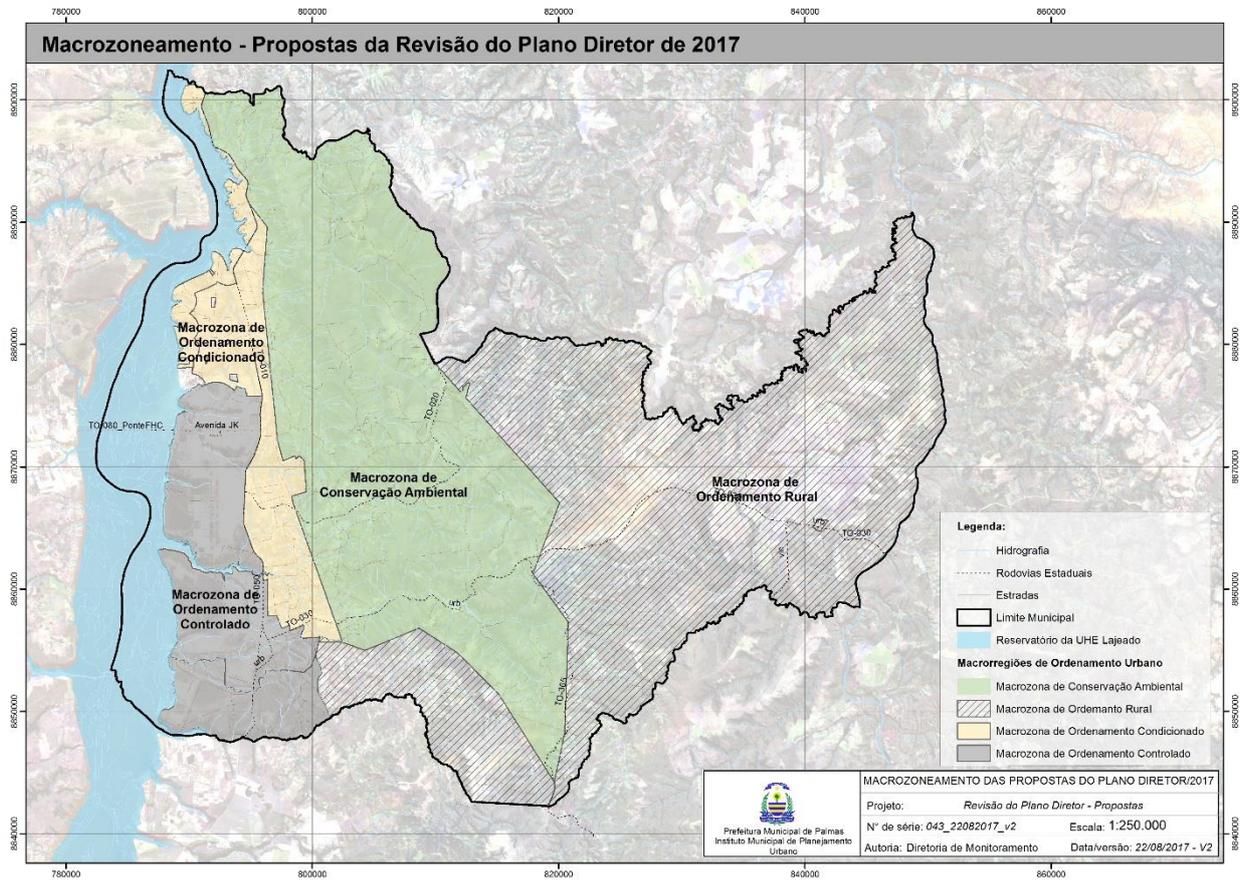
1.1.2 Densidades



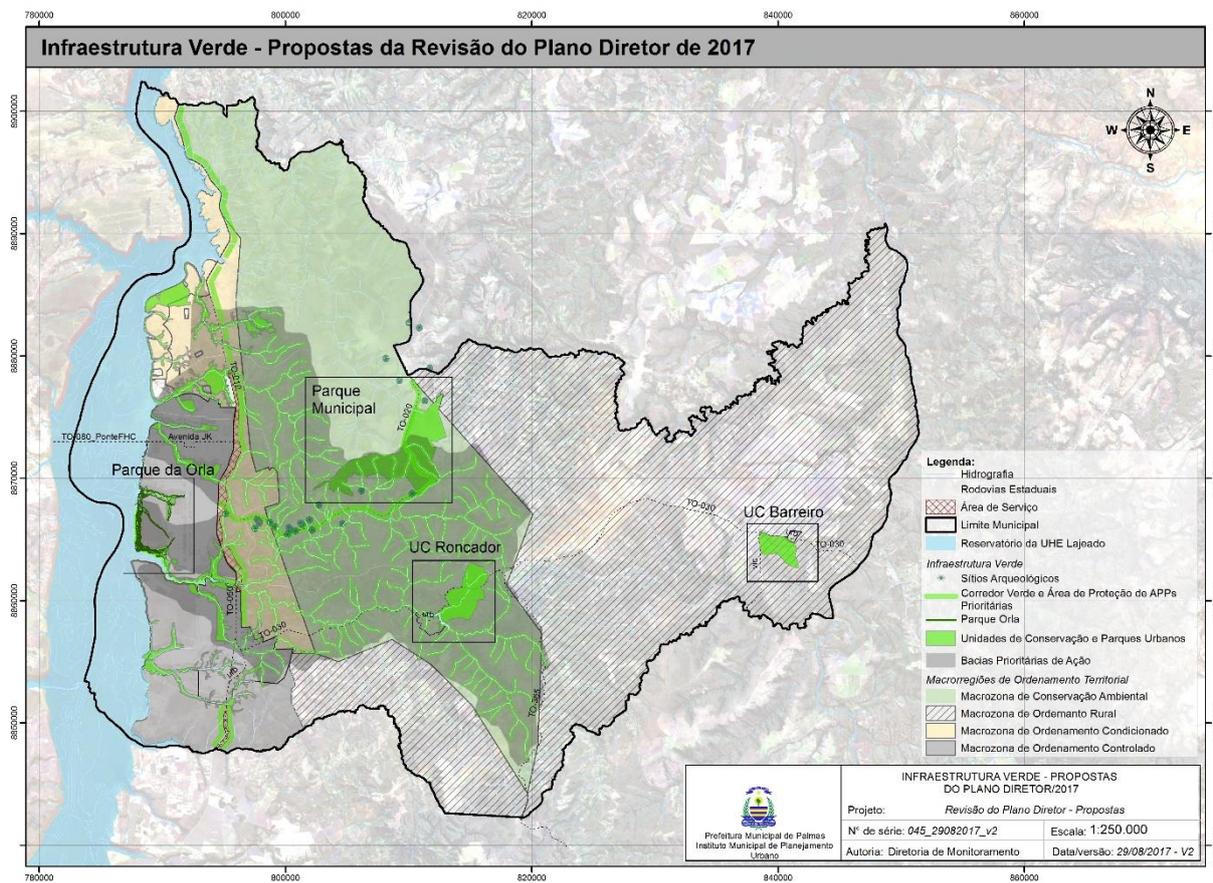
1.1.3 Vias projetadas



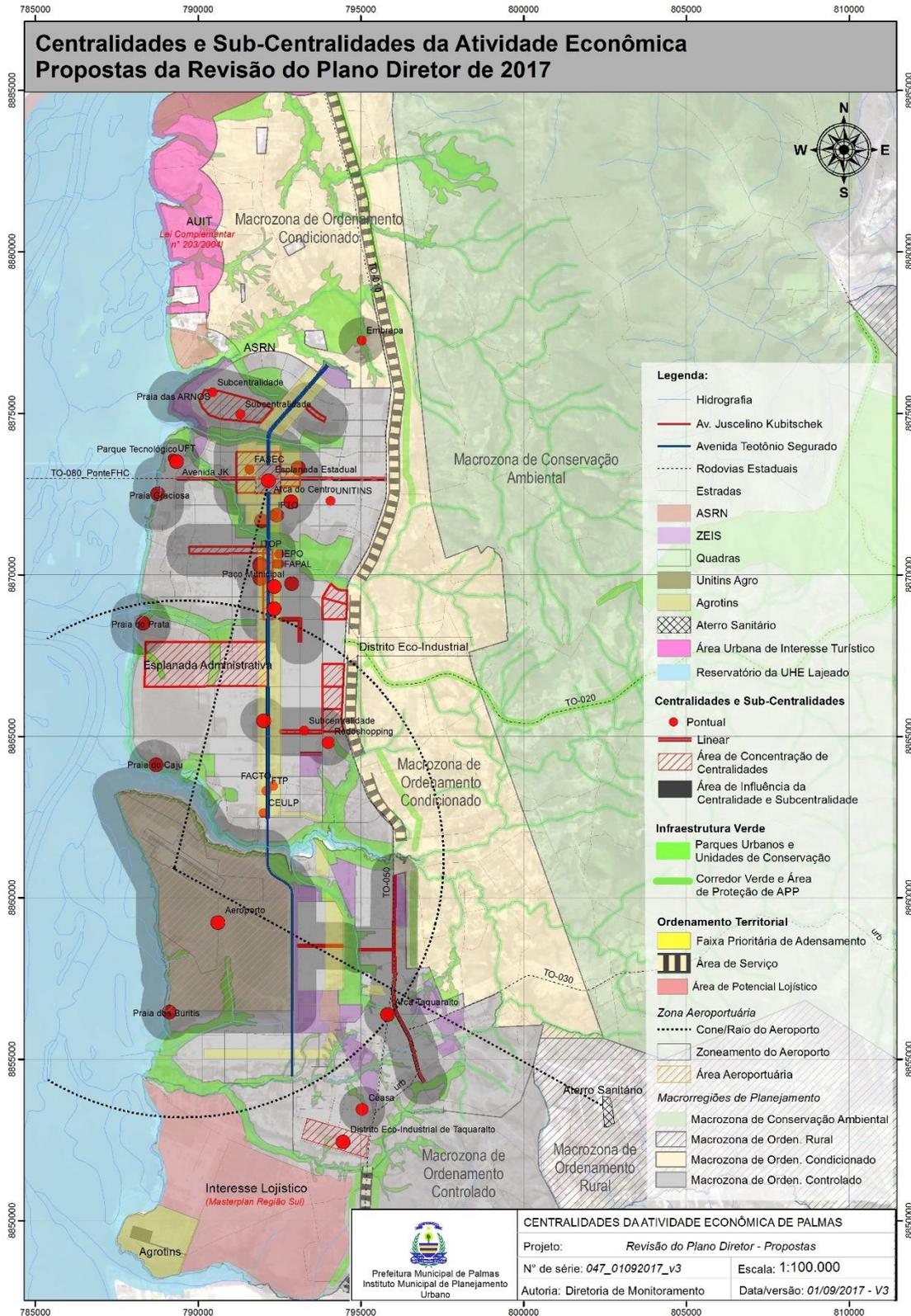
1.1.4 Macrozoneamento



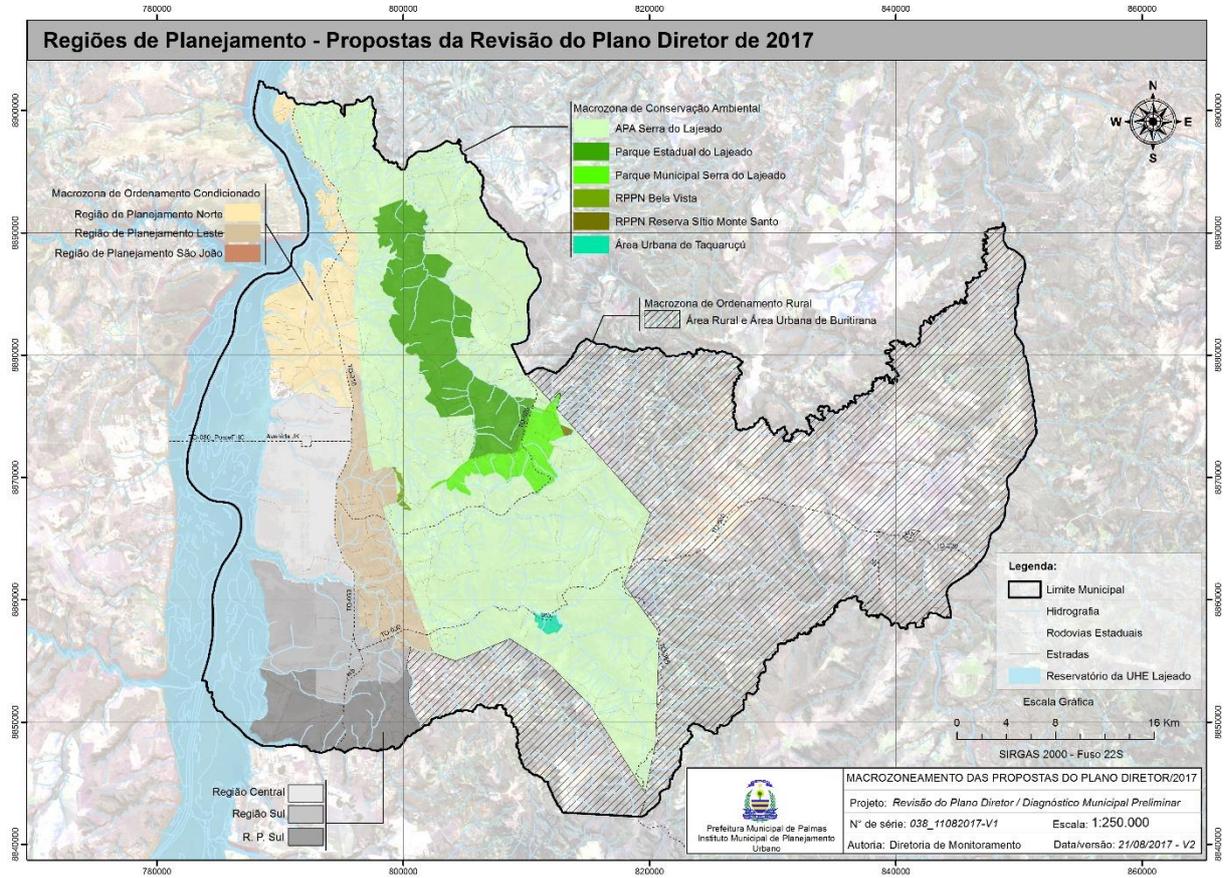
1.1.5 Infraestrutura verde



1.1.6 Centralidades e Sub-Centralidades da atividade econômica



1.1.7 Regiões de planejamento





REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

ANEXO III

**ATA E LISTA DE PRESENÇA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO
DO PLANO DIRETOR DE PALMAS -TO**

29 DE AGOSTO DE 2017

CARLOS HENRIQUE AMASTHA

Prefeito de Palmas

CINTHIA RIBEIRO

Vice-Prefeita

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
SERVIÇOS REGIONAIS**

**Coordenação Geral da Revisão do Plano
Diretor**

RICARDO AYRES

Secretário de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE
PALMAS**

Coordenação Técnica

EPHIM SHLUGER

Presidente do Instituto de Planejamento
Urbano de Palmas

Coordenação dos Trabalhos Técnicos

IAPURÊ OLSEN

Secretário Executivo do Instituto de
Planejamento Urbano de Palmas

Coordenação da Equipe Técnica

MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI

Coordenador de Projetos Urbanísticos
do IPUP

Equipe técnica/Relatoria

DANIELA DA ROCHA FIGHERA

Arquiteta e Urbanista
Advogada
Relatoria da Revisão do Plano Diretor

DANIEL BARTKUS RODRIGUES

Geógrafo
Revisor da base cartográfica

GUILHERME ANTONIO MANTOVANI

Coordenador de Projetos Urbanísticos do
IPUP
Revisor da Planilha de Lançamento

HITALLO RICARDO PANATO PASSOS

Procurador do Município

MÁRCIA PANATO PASSOS

Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MARLI RIBEIRO NOLETO

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MÔNICA RODRIGUES DA SILVA

Coordenadora das Câmaras Técnicas
Diretora de Monitoramento

ROSANA DELMUNDES BEZERRA

Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

TAYNARA CRISTINA M. BRANDÃO

Assistente Jurídica
Relatora da Revisão do Plano Diretor

**LINHA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Coordenador

EVERCINO MOURA JÚNIOR

Presidente da Fundação de Meio
Ambiente

Equipe técnica

LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE

Engenheira Ambiental

RAQUEL GONÇALVES FRANÇA

Engenheira Agrônoma

ADRIANO SILVA PINTO

Engenheiro Ambiental

GIORDANE MARTINS SILVA

Arquiteto e Urbanista

TATIANE GOMES DE BRITO COSTA

Engenheira Ambiental

WANDERSON LOPES OLIVEIRA

Engenheiro Ambiental

LINHA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Coordenador

LUCÍDIO GOMES AVELINO FILHO

Superintendente de Urbanismo da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

Equipe técnica

USO DO SOLO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CINTIA CRISTINA DE MIRANDA VIGARINHO

Arquiteta e Urbanista

CLÁUDIA FERNANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA

Arquiteta e Urbanista

ROBSON FREITAS CORREA

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Planejamento do IPUP

VANESSA CHAGAS MITT SILVA MITT

Arquiteta e Urbanista

MOBILIDADE E TRANSPORTE

JOSÉISA MARTINS VIEIRA FURTADO

Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO RURAL

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

Jornalista

Técnico em Agropecuária

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ALAN BARROS BITAR

Diretor de Ciência e Inovação da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

JOÃO ANTONIO PEREIRA

Arquiteto e Urbanista

LÁZARO GOMES DE SOUSA

Economista

RARIANY MONTEIRO

Internacionalista
Diretora de Inclusão Social e Produtiva da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

ELIAS MARTINS NETO

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Regularização Fundiária da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO

Arquiteto e Urbanista

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ALEXANDRE PAIXÃO

Arquiteto e Urbanista

LINHA TEMÁTICA: FISCAL E GOVERNANÇA

Coordenador

CHRISTIAN ZINI

Secretário de Finanças

JOÃO MARCIANO JÚNIOR

Auditor do Tesouro Municipal
Secretário Executivo de Finanças

Equipe técnica

**JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS
JÚNIOR**

Assessor Executivo de Orçamento da
Secretaria de Finanças

LUELY MÁRCIA FERREIRA AIRES

Auditor do Tesouro Municipal da
Secretaria de Finanças

COLABORAÇÃO TÉCNICA

MARLENE ETRICH

Arquiteta e Urbanista
Assessoria à Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor

MIRIAM DANOWSKI

Arquiteta e Urbanista
Msc Planejamento Urbano e Regional,
Assessoria à Coordenação da Relatoria
na Revisão do Plano Diretor

Colaboradores do IPUP

ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO

Arquiteto e Urbanista

DENISE DE MORAES RECH

Arquiteta e Urbanista

Diretora de Projetos Urbanísticos do IPUP

**GEDHEON LAMARTINNE DE SOUSA
GARRIDO**

Estagiário

GRACIELA DE SÁ ANDRADE
Assistente Administrativo

JALIS DIAS CARDOSO
Motorista

JOSÉ ALBERTO BENTO SOBREIRA
Motorista

**LAUDELINO ABRUNHOSA RESENDE DE
SOUZA**

Arquiteto e Urbanista

MARCIA PINHEIRO DOS SANTOS
Assistente de Gabinete

MIRIAN PINHEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços Gerais

RENATO LEMOS CABRAL FELIPE
Gerente de Gestão e Finanças

RICARDO EMANUEL DE FREITAS
Estagiário

WANELLYSE SOUSA MENEZES
Arquiteta e Urbanista
Assessora Técnica

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	DOCUMENTOS	7
2.1	ATA DA REUNIÃO	7
2.2	LISTA DE PRESENÇA	13

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se às Recomendações dos membros da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor de Palmas-TO ao Diagnóstico Municipal preliminar apresentado pelos técnicos da Prefeitura, em reunião realizada no dia 29 de Agosto do corrente ano junto ao auditório do IPUP, com a presença dos membros da Comissão Especial, conjuntamente com a coordenação e equipe técnica responsável pelo processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas, integrantes da Prefeitura Municipal.

O objetivo primordial dessa reunião extraordinária centrou-se Relato informativo sobre as reuniões setoriais e apresentação do Relatório final de Diretrizes e Propostas sobre o “Plano Diretor”.

Na ocasião, foi informado sobre as reuniões regionais (comunitárias), e apresentado as proposta e diretrizes, do qual foi submetido à votação e aprovado pelos membros da Comissão, procedendo-se, continuamente, as recomendações expressadas pelos participantes, levando em consideração a maior abrangência para inserção no Território Municipal e visando, ainda, atender à comunidade em sua totalidade.

Posteriormente, esse documento será submetido à apreciação em Audiência Pública para manifestação da população quando à inclusão das aludidas recomendações.

2. DOCUMENTOS

2.1 ATA DA REUNIÃO

1 Ata da Reunião ordinária da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor de
2 Palmas – TO, realizada em vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete às quatorze
3 horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas –
4 IMPUP, conforme convocação pela portaria de nº 196 publicada no Diário Oficial do
5 dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, tendo como pauta os assuntos: 1-
6 Relato informativo sobre as reuniões setoriais; 2- Apresentação do Relatório final de
7 Diretrizes e Propostas sobre o “Plano Diretor” e 3- Informes gerais; Estavam
8 presentes a reunião os seguintes componentes: Sr. Ricardo Ayres E Sr. Lucídio Gomes
9 Avelino Filho, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano,
10 Regularização Fundiária e Serviços Regionais; Sr. Fábio Frants Borges representante
11 da Secretaria Municipal de Habitação; Sra. Valéria Araújo e Sr. Lázaro Gomes
12 representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano;
13 Sr. Kariello Coelho e Sra. Rariany Chinaira, representantes da Secretaria Municipal
14 de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Sr. Evercino Moura representante da
15 Fundação Municipal do Meio Ambiente; Sr. Ephim Shluger e Sr. Iapurê Olsen
16 representantes do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas – IMPUP;
17 Sra. Joseísa Furtado representante da Secretaria Municipal de Infra estrutura,
18 Serviços Públicos, Trânsito e Transporte; Sr. Raimundo da Silva Parente representante
19 da Secretaria de Governo; Sra. Caroline Bueto Soares Carreiro representante do
20 Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins; Sra. Glauciane Rodrigues Verdolin
21 representante da Caixa Econômica Federal; Sr. Danilo Gomes Martins representante
22 do Instituto Federal do Tocantins – IFTO; Sr. Luciano Valadares Rosa representante da
23 Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA; Dr. João Bazolli representante
24 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Sra. Raissa Moura representante da
25 Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins - Terra Palmas; Sr. Lúcio Silva Alfenas
26 representante da Superintendência do Patrimônio da União no TO SPU/TO; Sr. José
27 Anunciação B. Filho representante do SEPLAM, Sr. Wanderson Ricardo Mendes
28 representante da Secretaria da Casa Civil; Sr Roberto Jorge Sahuim representante da
29 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; Sr. Euzimar Pereira de Assis
30 representante da Agência de Turismo; Sra. Joseliene de Sá representante do Instituto

31 dos Arquitetos do Brasil – Departamento Tocantins –IAB; As 14:30h o Sr. Coordenador
32 conferiu o quórum, e deu início com a leitura da pauta proposta, em seguida falou sobre
33 a importância desta reunião, onde será apresentado os relatórios preliminares, passou
34 a palavra para o Sr. Ephim Shluger, que informou sobre as reuniões regionais ou seja
35 comunitárias, que aconteceram nos dias: 05 de agosto junto com o PPA , Região
36 Centro, 07 de agosto, Vila Agrotins; 09 de agosto, Taquaruçu e Buritirana;12 de
37 agosto, Região Norte e 19 de agosto também junto com o PPA Região Sul; Pode-se
38 dizer que estas reuniões foi um sucesso, pois houve a participação da comunidade, em
39 cada reunião tinha mais de 100 pessoas, que participaram e acrescentou outras
40 reivindicações e novas propostas de acréscimo ao relatório, que hoje será
41 apresentado, foi super importante estas reuniões em conjunto, pois aconteceu um
42 dialogo interessante, entre as propostas para o Plano Diretor e as propostas de ações
43 voltadas para o Financeiro. Enfim pode-se concluir que, estas reuniões só vieram
44 contribuir mais com dados para ser incluídos no relatório,e foi portanto, uma
45 oportunidade para estes setores colocarem as suas idéias, fortalecendo as outras
46 reuniões que aconteceram no ano passado; continuou afirmando que o documento
47 enviado é preliminar, que deve ser incorporado dados técnicos. Passou a palavra para
48 Sra. Marlene, assessora que se apresentou, e falou que foi convidada para dar uma
49 assessoria a equipe na elaboração do relatório, foi dado ênfase aos instrumentos para
50 que se colocasse tudo que for importante. Este trabalho como macro zoneamento,
51 está resgatando a área urbana para investimentos, pois é uma área passiva de crescer
52 com uma visão estratégica. A equipe vai apresentar este produto com olhar para o
53 futuro, e passou a palavra para Marcus Vinicius técnico do IMPUP,que iniciou com a
54 apresentação do macrozoneamento, pois ele vai crescendo com maturidade. É uma
55 proposta que “casa” com as que já existem, falou sobre as situações ocupadas com
56 características ambientais que devem ser preservadas. A partir do macro vai se
57 englobando várias situações,as quais foram divididas em várias regiões. Após a fala
58 de Marcus iniciou-se as apresentações: a primeira apresentar as propostas sobre as
59 *Mudanças Climáticas* foi a arquiteta Tatiane; ressaltando sobre a situação ambiental, e
60 que deve-se planejar Palmas para que ele se torne mais resiliente, com relação a infra
61 estrutura verde, tendo todas áreas conectadas com áreas verdes protegidas, para se
62 ter um clima mais ameno. A arquiteta Ariela apresentou sobre o *Meio Ambiente*,
63 ressaltando que as estâncias e os mananciais alguns já prejudicados, por isto é

64 importante criar corredores verdes ao longo da TO e outras regiões, para servir de um
65 limite, visando a conservação destes mananciais, valorizar os destinos turísticos e
66 sítios arqueológicos, aqui existentes. O arquiteto Robson apresentou sobre o
67 *Macrozoneamento*, falando sobre os eixos estruturantes que estão previstos no Plano
68 Diretor de 2007, é o que está sendo revisto; a arquiteta Claudia reafirmou a
69 necessidade de investir na área central, trazer a vida pública tendo a ideia de vivência,
70 precisa movimentar esta área, e trabalhar com estas centralidades ou seja pensar na
71 parte econômica. Sr. Robson afirmou que, sobre a área da região sul, o quanto é
72 importante estar atento. A sra. Raryane falou sobre a situação econômica, o quanto é
73 importante fortalecer a área econômica destas regiões. A arquiteta Joseisa apresentou
74 o eixo *Mobilidade Urbana*, demonstrando a importância de se investir, para facilitar o
75 acesso tanto dos veículos como dos pedestres. Afirmou que a mobilidade urbana
76 segue na linha da sustentabilidade. O arquiteto Lucio,apresentou o tema:
77 *contextualizando as políticas de habitação e da Regularização Fundiária*,apontando 04
78 diretrizes;O arquiteto Alexandre apresentou sobre os *Equipamentos Comunitários e*
79 *serviços Públicos*.A arquiteta Vanessa apresentou sobre a *Paisagem Urbana*, tema
80 novo a ser inserido na Revisão do Plano Diretor, expôs a definição do que é
81 considerado Paisagem Urbana: “tudo o que nosso olhar alcança, também o que a
82 gente vê e o sentimento de pertencer a este lugar”.Foram considerados 7 itens para
83 este eixo; Após a última apresentação Sr. Ephim Shluger informou sobre o plantio de
84 árvores, dia 21 de setembro nas áreas de Condomínio Residencial Copacabana e em
85 torno da Escola Municipal Tamandaré na 1306 Sul, convidamos a todos e solicitamos
86 que divulguem para que haja uma participação da comunidade. Em seguida o
87 coordenador Ricardo Ayres apresentou a dinâmica a ser seguida para a apresentação
88 dos destaques sobre as apresentações feitas, as quais serão inseridas no relatório, na
89 sexta-feira, dia primeiro haverá a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento
90 Urbano, e então será apresentado, para que possa aperfeiçoar os destaques,que após
91 estes destaques incluídos,o relatório será publicado no Diário Oficial para que seja
92 divulgado oficialmente a comunidade Palmense, como prevê o Plano de Trabalho. Este
93 relatório será apresentado na terceira audiência Pública a ser realizada dia vinte e três
94 de setembro,quando nesta oportunidade, a sociedade possa então, complementar
95 com suas palavras, o que se deseja sobre os diversos temas, pois a visão técnica é
96 diferente dos que não são. Sr Roberto Jorge Sahuim Secretário de Agricultura,

97 enfatizou, que é necessário ter uma lei que garanta, também a sustentabilidade da
98 agricultura urbana, hoje muito divulgada e incentivada, a qual não foi citado em
99 nenhum eixo; Dr. Bazolli representante da OAB ressalta que, sobre o corredor verde o
100 qual foi citado já existia no Plano anterior de 207, tendo o mesmo aspecto conceitual,
101 que foi apresentado, nestas duas áreas: urbana e rural, mas que já foi explicitada no
102 outro plano e se vai continuar, qual o diálogo com a área rural, como vai ser definido
103 isso principalmente, como foi apresentado pelo Lucio, como vai se dá o diálogo com as
104 outras áreas. A Sra. Joseliene do IAB/TO, parabenizou a equipe técnica, que ouviu o
105 que nós havíamos falado e uniu com o técnico, e que conseguiu compilar as propostas,
106 mas não se deve correr para não atropelar, e que na sua opinião deveria ter mais
107 encontros com a comunidade, Sr. Coordenador Ricardo Ayres, expõe que desde o ano
108 passado já vem acontecendo estes encontros e que agora foram feitos mais cinco
109 encontros regionais para oportunizar mais momentos, onde a comunidade pôde
110 complementar as suas propostas, Joseliene retoma a palavra e apresenta que, este
111 nome “Infra Estrutura Verde” é interessante, mas sugere que seja bem trabalhado, pois
112 pode dar um entendimento confuso, pois a comunidade não reconhece, para o leigo o
113 primeiro nome que vem é o Infra estrutura depois é que vem o verde. O Coordenador
114 retoma a palavra e revisa o que foi dito pelo Secretário de Agricultura Sr Roberto Jorge
115 Sahuim, para que seja incluído no relatório, por Dr. Bazolli sobre o corredor verde e a
116 Sra. Jose em relação ao nome Infra estrutura Verde, chamando os técnicos que
117 apresentaram esta matéria, Sr. Rafael engenheiro Ambiental da secretaria de infra
118 estrutura, falou sobre a questão do Meio Ambiental aqui citado, sobre a ampliação de
119 área verde das APP's, como área não edificante como preservação, como seria então
120 se entendi, haverá uma área de compensação em relação as áreas rurais que são
121 destinadas ao plantio? Pois existe uma legislação federal que trata deste assunto, e se
122 tratando de áreas municipais como ficaria? Sr. Iapurê destaca, o que foi apresentado
123 por Lucio sobre as ZEI'S da periferia, e o que foi ressaltado por Joseliene quanto a
124 infra estrutura; Tatiane informou e justificou o termo: “Infra Estrutura Verde”, como
125 sendo usado no mundo inteiro, para se referir a este tipo de estrutura da cidade, a
126 idéia de pertencer a área urbana estas áreas verdes, o que se pode ser revisto; Ariela
127 solicita a Dr Bazolli, sobre em qual corredor se refere? Ele se refere integralmente a
128 área rural que é do outro lado da BR-TO; Pensou-se que estes corredores sejam
129 limites de preservação das áreas verdes. Sra. Marlene esclarece e complementa a fala

130 de Ariela, foi colocado para que a equipe técnica estude a possibilidade de se manter
131 a área verde. Usando vários instrumentos, através do ato de investimento,
132 licenciamento, são coisas que vão garantir a preservação das áreas, pensando
133 inclusive como materializar tudo isso, é o que todos esperam . Ariela completa, que
134 tudo isto, não é para engessar e sim garantir uma drenagem, a qual é importante, Sr
135 Roberto Jorge Sahuim, coloca que devemos manter este nome “Infra estrutura verde”,
136 pois é um nome moderno e nossa cidade é moderna, citou exemplo de 2003 quando
137 lançou o termo “Boi verde”, foi um sucesso, e agora a prefeitura lançou o “agosto
138 verde”, que também foi um sucesso.O Sr.Lucio representante do SPU, disse que o
139 SPU, tem ações diretas com relação a Regularização Fundiária e uma aproximação
140 muito grande com a Caixa Econômica Federal e os municípios, e a Caixa visa trazer
141 para os espaços onde tem equipamentos públicos moradias de interesse social,em
142 relação a isto ficou claro esta preocupação também em ocupar os espaços vazios,
143 quero parabenizar a todos, pois agora se consegue visualizar com mais clareza as
144 questões referentes ao Plano Diretor; o coordenador Ricardo Ayres propõe que este
145 nome “Infra estrutura Verde” levantado por Jose seja discutido e apresentado em outro
146 momento, e que seja apresentado como destaque, claro se ela concordar, ela apenas,
147 acrescentou que deve ser difundido o conceito, o que foi aceito por ela, outro destaque
148 é a respeito das ZEI’S, aqui apresentado por Lucio e destacado por lapurê, rever as
149 ZEI’S e repassar estas áreas para as áreas de ordenamento controlado com evidência
150 na região central; seria uma proposta a ser encaminhada e incluída. Retornando a fala
151 dos participantes, Joseisa ressalta que, deve ser mantido o nome de “Infra Estrutura
152 Verde” à medida que for sendo implantada vai assegurando que as pessoas entendem
153 através de campanhas, é uma forma de fortalecer; retornando sobre os destaque os
154 quais já foram superados o da “Infra Estrutura Verde”, a outra da faixa de infra estrutura
155 verde que fica na área de serviços que ficam a margem da rodovia,o outro colocado
156 sobre as ZEI’S e Parque tecnológico; a exceção destes destaques, estou colocando
157 em votação, conforme prevê o regimento -o Texto base que foi apresentado, quem
158 concorda com tudo, menos os destaques, permanece como está e quem não concorda
159 que se manifeste? Interrompendo Sr. Gerson representante do ITERTINS, manifesta-
160 se dizendo que tem muitas ações discriminatórias, que ainda não foram definidas, claro
161 área rural,este plano não está de acordo com o que está sendo feito pelo
162 ITERTINS,quanto a legislação, por isto indaga, como ficaria? O coordenador informa

163 que, a Regularização quanto ao planejamento Urbano não pode ficar esperando, sendo
164 necessário se organizar de acordo com a legislação atual. Voltando a votação: alguém
165 se abstém; Joseliene representante do IAB/TO e Sr. Danilo representante do IFTO; O
166 destaque de Joseliene ela mantém, mas deve ter a divulgação pelo Conselho; Com
167 relação as ZEI'S, segundo Lucio deve se ter muitos cuidados e pensado antes de se
168 tomar qualquer atitude,e agora a "Infra Estrutura Verde" as margens da BR-TO
169 colocada por Dr. Bazolli, em relação as ZEI'S deve ser pautado com cuidado e sobre
170 estudos. Sr.lapurê cita que, deve ter um alinhamento sobre este processo das ZEI'S,
171 devendo constar na ata que deverá ser colocado em estudo e discussão pois a partir
172 deste plano e votado não poderá mexer, por isto o coordenador afirma que deve ser
173 aprovado, ressaltando a importância de aprofundar os estudos sobre este tema,as
174 ZEI'S, o qual é de fundamental relevância. Luciano da ACIPA levanta como deve ser a
175 nossa participação, com sugestões e propostas, este é o fórum, e depois nas reuniões
176 do conselho e audiências ,reafirma o coordenador. Sugere que seja feito as sugestões
177 por escrito e enviar, o que deve ser incluído no relatório, após a discussão deles lá na
178 ACIPA. Luciano ressaltou sobre os 10% proposto, destinado a habitações mais baixos,
179 Lucio expõe o que na verdade não se refere ao padrão da caixa , mas aos 70% que
180 não estão entre estes. Sr. Danilo representante do IFTO se manifesta que, essa
181 discussões são importantes para subsidiar o nosso entendimento, hoje a reunião foi
182 super produtiva, pois os técnicos puderam expor, o que vem nos proporcionar o maior
183 entendimento, como representantes para levar as instituições.Sr. Ephim Shluger,
184 resalta a importância destas discussões como fator primordial para deixar evidente as
185 propostas de todos a serem incluídas Plano Diretor.Sr. coordenador, lembrou que, a
186 Terceira Audiência Pública para apresentação do Relatório preliminar de Diretrizes e
187 Propostas com os destaques feitos aqui e com os do Conselho na reunião do dia
188 primeiro de setembro, acontecerá dia 23(vinte e três) de setembro de dois mil e
189 dezessete, de 08:00h as 15:00h, e será na Escola Municipal de Tempo Integral Padre
190 Josimo. Após estas falas e não tendo mais assunto de pauta Sr. Secretário Ricardo
191 Ayres, coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu Maria
192 Fátima Viana Brasileiro lavrei a presente ata, que também será anexada a lista de
193 presença dos participantes e todo o material do relatório preliminar de diretrizes e
194 propostas apresentado nesta reunião pelos técnicos.

2.2 LISTA DE PRESENÇA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017 **HORÁRIO: 14:30 H** **LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP**

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais	Titular- <i>Duorb</i>		
		Suplente- <i>[Signature]</i>		
02	Procuradoria Geral do Município	Titular-		
		Suplente-		
03	Secretaria Municipal de Habitação	Titular- <i>ADILSON FAUSTO BOBES</i>	<i>FAUSTO@PALMAS-TOCANTINS.GOV.BR</i>	<i>91044-8021</i>
		Suplente-		
04	Sec. Municipal de Infra Estrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte:	Titular-		
		Suplente- <i>José Antonio</i>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas

LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 14:30 H

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
05	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano	Valéria Araújo	valerialinaa@gmail.com	38401-4090
		Suplente: Rájaro Gomes		984256713
06	Secretaria Municipal da Casa Civil	WANDERSON RUIZALDO MENDES	WRINTOCANTINS@GMAIL.COM	99245-6310
		Suplente: Wanderson Ruizaldo Mendes		
07	Secretaria Municipal de Governo	Raimundo Pasente	raimundopasente@hotmail.com	999190466
		Suplente: Raimundo Pasente		
08	Secretaria Municipal de Finanças			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017 **HORÁRIO: 14:30 H** **LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP**

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	<p>Titular- <i>Kaício Costa</i></p> <p>Suplente- <i>Martinho</i></p>	<p>99224-7104</p> <p>SECRETARIA DE DESENV. URBANO, 2111-8207</p>
10	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	<p>Titular- <i>Roberto José de Lima</i></p> <p>Suplente-</p>	<p>99201-1726</p> <p>ROBERTO.SILVA.2008@gmail.com 21112629.</p>
11	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IMPUP	<p>Titular- <i>EPHIM SHUGER</i></p> <p>Suplente- <i>Marina Rodrigues do Prado</i> <i>JABU DE OLIVEIRA</i></p>	<p>99229-8834</p> <p>ESHUGER@GMAIL.COM 992298834</p> <p>marinaadff@gmail.com 981039495</p>
12	Fundação Municipal de Meio Ambiente	<p>Titular- <i>EVERSON MARA DOS SANTOS</i></p> <p>Suplente- <i>Amir</i></p>	<p>999734589</p> <p>eversonjr@yahoo.com.br</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

	Titular-	Suplente-	Local: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP
13	Agência Municipal de Turismo		
14	Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins -SEPLAN	<i>Caroline Farias de Assis (exces)</i>	<i>14:00</i>
15	Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS	<i>Xosé Francisco B. Filho</i> <i>Genivaldo Sousa de Sousa Filho</i>	<i>9244842</i> <i>14:00</i>
16	Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	<i>Caroline Sousa de Faria Filho</i>	<i>14:00</i>
	Suplente- (substitua)	<i>Caroline Bute J. L. Martins</i>	<i>14:00</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

	Titular-			
17	Companhia Imobiliária do Estado do TO - Terra Palmas			
	Suplente- <i>Rayssa mouca</i>		<i>rayssa.mouca94@gmail.com</i>	<i>98500.7944</i>
18	Superintendência do Patrimônio da União no TO - SPU/TO	Titular- <i>Décio S. J. Fernandes</i>		<i>33010224</i>
	Suplente-		<i>decio.djmas@planejamento.gov.br</i>	
19	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Titular-		
	Suplente			
20	Caixa Econômica Federal	Titular- <i>Cláudia R. Vendolin</i>	<i>claudia.r.vendolin@caixa.gov.br</i>	<i>992754817</i>
	Suplente-			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

21	Universidade Federal do Tocantins – UFT	Titular-			
		Suplente-			
22	Instituto Federal do TO - IFTO	Titular-	<i>Denils Gomes Martins</i>		
		Suplente-			
23	Companhia de Saneamento do Tocantins Odebrecht Ambiental / Saneatins	Titular-			
		Suplente-			
24	União Nacional por Moradia Popular	Titular-			
		Suplente-			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017 HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

25	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLAM	Titular-			
		suplente			
26	Instituto Social do TO - ISTO	Titular-			
		Suplente-			
27	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do TO - SINDUSCON	Titular			
		Suplente			
28	Instituto dos Arquitetos do Brasil-Departamento Tocantins - IAB	Titular			
		Suplente	Josuelene de Sá		999771011



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

29	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Titular <i>Luís Bazolli</i> Suplente	<i>Luís Bazolli</i>	<i>Luís Bazolli</i>
30	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA	Titular Suplente		
31	Federação Tocantinense das Associações e Entidades Rurais do TO - FAERTO	Titular Suplente		
32	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI	Titular Suplente		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

33	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI	Titular		
		Suplente		
34	Universidade Luterana do Brasil - Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA	Titular		
		Suplente		
35	Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil	Titular		
		Suplente		
36	Sindicato da Habitação do Estado do TO - SECOVI	Titular-		
		Suplente-		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

HORÁRIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

37	Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA	Titular-			
		Suplente-	<i>Juciano Rose</i>		<i>[Signature]</i>
38	Associação dos Engenheiros Ambientais do Estado do TO - AMBETO	Titular-			
		Suplente-			
39	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/TO	Titular-			
		Suplente-			



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

ANEXO IV

**ATA E LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DE PALMAS - TO**

01 DE SETEMBRO DE 2017

CARLOS HENRIQUE AMASTHA
Prefeito de Palmas

CINTHIA RIBEIRO
Vice-Prefeita

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
SERVIÇOS REGIONAIS**

**Coordenação Geral da Revisão do Plano
Diretor**

RICARDO AYRES
Secretário de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE
PALMAS**

Coordenação Técnica

EPHIM SHLUGER
Presidente do Instituto de Planejamento
Urbano de Palmas

Coordenação dos Trabalhos Técnicos

IAPURÊ OLSEN
Secretário Executivo do Instituto de
Planejamento Urbano de Palmas

Coordenação da Equipe Técnica

MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI
Coordenador de Projetos Urbanísticos
do IPUP

Equipe técnica/Relatoria

DANIELA DA ROCHA FIGHERA
Arquiteta e Urbanista

Advogada
Relatoria da Revisão do Plano Diretor

DANIEL BARTKUS RODRIGUES
Geógrafo
Revisor da base cartográfica

GUILHERME ANTONIO MANTOVANI
Coordenador de Projetos Urbanísticos do
IPUP
Revisor da Planilha de Lançamento

HITALLO RICARDO PANATO PASSOS
Procurador do Município

MÁRCIA PANATO PASSOS
Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MARLI RIBEIRO NOLETO
Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MÔNICA RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora das Câmaras Técnicas
Diretora de Monitoramento

ROSANA DELMUNDES BEZERRA
Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

TAYNARA CRISTINA M. BRANDÃO
Assistente Jurídica
Relatora da Revisão do Plano Diretor

**LINHA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
Coordenador

EVERCINO MOURA JÚNIOR
Presidente da Fundação de Meio
Ambiente

Equipe técnica

LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE

Engenheira Ambiental

RAQUEL GONÇALVES FRANÇA

Engenheira Agrônoma

ADRIANO SILVA PINTO

Engenheiro Ambiental

GIORDANE MARTINS SILVA

Arquiteto e Urbanista

TATIANE GOMES DE BRITO COSTA

Engenheira Ambiental

WANDERSON LOPES OLIVEIRA

Engenheiro Ambiental

LINHA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Coordenador

LUCÍDIO GOMES AVELINO FILHO

Superintendente de Urbanismo da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

Equipe técnica

USO DO SOLO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CINTIA CRISTINA DE MIRANDA VIGARINHO

Arquiteta e Urbanista

CLÁUDIA FERNANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA

Arquiteta e Urbanista

ROBSON FREITAS CORREA

Arquiteto e Urbanista
Diretor de Planejamento do IPUP

VANESSA CHAGAS MITT SILVA MITT

Arquiteta e Urbanista

MOBILIDADE E TRANSPORTE

JOSÉISA MARTINS VIEIRA FURTADO

Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO RURAL

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

Jornalista

Técnico em Agropecuária

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ALAN BARROS BITAR

Diretor de Ciência e Inovação da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

JOÃO ANTONIO PEREIRA

Arquiteto e Urbanista

LÁZARO GOMES DE SOUSA

Economista

RARIANY MONTEIRO

Internacionalista

Diretora de Inclusão Social e Produtiva da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

ELIAS MARTINS NETO

Arquiteto e Urbanista

Diretor de Regularização Fundiária da
Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
Regularização Fundiária e Serviços
Regionais

LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO

Arquiteto e Urbanista

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ALEXANDRE PAIXÃO
Arquiteto e Urbanista

Arquiteta e Urbanista
Diretora de Projetos Urbanísticos do IPUP

LINHA TEMÁTICA: FISCAL E GOVERNANÇA

Coordenador

CHRISTIAN ZINI
Secretário de Finanças

JOÃO MARCIANO JÚNIOR
Auditor do Tesouro Municipal
Secretário Executivo de Finanças

Equipe técnica

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JÚNIOR
Assessor Executivo de Orçamento da
Secretaria de Finanças

LUELY MÁRCIA FERREIRA AIRES
Auditor do Tesouro Municipal da
Secretaria de Finanças

COLABORAÇÃO TÉCNICA

MARLENE ETRICH
Arquiteta e Urbanista
Assessoria à Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor

MIRIAM DANOWSKI
Arquiteta e Urbanista
Msc Planejamento Urbano e Regional,
Assessoria à Coordenação da Relatoria
na Revisão do Plano Diretor

Colaboradores do IPUP

ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO
Arquiteto e Urbanista

DENISE DE MORAES RECH

GEDHEON LAMARTINNE DE SOUSA GARRIDO
Estagiário

GRACIELA DE SÁ ANDRADE
Assistente Administrativo

JALIS DIAS CARDOSO
Motorista

JOSÉ ALBERTO BENTO SOBREIRA
Motorista

LAUDELINO ABRUNHOSA RESENDE DE SOUZA
Arquiteto e Urbanista

MARCIA PINHEIRO DOS SANTOS
Assistente de Gabinete

MIRIAN PINHEIRO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços Gerais

RENATO LEMOS CABRAL FELIPE
Gerente de Gestão e finanças

RICARDO EMANUEL DE FREITAS
Estagiário

WANELLYSE SOUSA MENEZES
Arquiteta e Urbanista
Assessora Técnica

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	DOCUMENTOS	6
2.1	ATA DA REUNIÃO	7
2.2	LISTA DE PRESENÇA	12

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se às Recomendações dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação ao Diagnóstico Municipal preliminar apresentado pelos técnicos da Prefeitura, em reunião realizada no dia 1 de setembro do corrente ano junto ao auditório do Resolve Palmas, com a presença dos Conselheiros Municipais, conjuntamente com a coordenação e equipe técnica responsável pelo processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas, integrantes da Prefeitura Municipal.

O objetivo primordial dessa reunião extraordinária centrou-se no relato informativo sobre as reuniões setoriais e apresentação do Relatório final de Diretrizes e Propostas sobre o "Plano Diretor".

Na ocasião, foi informado sobre as reuniões regionais (comunitárias) e apresentado as proposta e diretrizes, do qual foi submetido à votação e aprovado pelos membros da Comissão, procedendo-se, continuamente, as recomendações expressadas pelos participantes, levando em consideração a maior abrangência para inserção no Território Municipal e visando, ainda, atender à comunidade em sua totalidade.

Posteriormente, esse documento será submetido à apreciação em Audiência Pública para manifestação da população quando à inclusão das aludidas recomendações.

2.1 ATA DA REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO 1 DE SETEMBRO DE 2017

1 Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento
2 Urbano- CMDUH -TO, realizada em primeiro de setembro de dois mil e
3 dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião do
4 Resolve Palmas - Centro, conforme Portaria de número 197 publicado no Diário
5 Oficial do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, tendo como pauta os
6 seguintes assuntos:1-Relato informativo sobre as reuniões setoriais;2-
7 Apresentação do Relatório Preliminar de Diretrizes e Propostas sobre o “Plano
8 Diretor”;3-Informes Gerais. Sr. Presidente Ricardo Ayres, conferiu o quórum,
9 dando início a reunião. Estavam presentes: Sr. Ricardo Ayres de Carvalho e
10 Vanessa Smitte, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
11 Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais - SEDURF;Sr.
12 ClaudemirPortugal, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
13 Rural; Sr.Daybson Dias de Souza, representante do Sindicato dos Engenheiros
14 Arquitetos e Geólogos - SEAGETO; Sr. Fábio Frantz, representante da Secretaria
15 Municipal de Habitação; Sra. Joseísa Furtado, representante da Secretaria
16 Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte –INFRA;Sr.
17 EphimShluger e Sr. Robson Freitas,representantes do Instituto Municipal de
18 Planejamento Urbano de Palmas -IMPUP; Sr. João Marciano, representante da
19 secretaria Municipal de Finanças;Sr. Evercino Moura e Sr.Adriano Silva Pinto,
20 representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente; Sr. Andherson Prado
21 Campos, representante do Centro Universitário Luterano de Palmas – ULBRA;
22 Sra. Joseliane de Sá, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil-
23 Departamento Tocantins– IAB; Sr. Marcino Pereira Lima, representante da
24 Federação Tocantinense das Associações e Entidades Rurais do TO – FAERTO,
25 Sra. Raryane representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
26 Econômico e Emprego; Sr. Adir gentio e Sr. Wanderson Ricardo Mendes,
27 representantes da Casa Civil; Sr. Vinicius Rocha representante da Secretaria
28 Municipal de Segurança e Defesa Civil;Sr. Publio Borges Alves e Sr. Hítalo
29 Ricardo representantes da Procuradoria Geral do Município; Sr. Raimundo
30 Parente, representante da Secretaria Municipal de Governo.Sr. Presidente

31 Ricardo Ayres ressaltou a importância desta reunião, pois dia vinte e nove de
32 agosto de dois mil e dezessete, em reunião da Comissão foram feitos alguns
33 destaques valiosos, nos relatórios preliminares de Diretrizes e propostas, os
34 quais serão apresentados aqui pelos técnicos, após as inclusões feitas, e que,
35 com os destaques apresentados por vocês e aprovados, serão divulgados, no site
36 da Revisão do Plano Diretor, para que toda a sociedade Palmense, tomem
37 conhecimento e façam também seus destaques e acréscimos durante a *Terceira*
38 *Audiência Pública* que vai acontecer dia vinte e três de setembro. Em seguida
39 passou a palavra para o Sr. Ephim Shluger, que informou sobre as reuniões
40 regionais ou seja comunitárias, que aconteceram nos dias: 05 de agosto junto
41 com o PPA, região Centro, 07 de agosto, Vila Agrotins; 09 de agosto, Taquaruçu
42 e Buritirana; 12 de agosto, Região Norte e 19 de agosto também junto com o PPA
43 Região Sul; Pode-se dizer que estas reuniões foram um sucesso, pois houve a
44 participação da comunidade, em cada reunião tinha mais de cem pessoas, as
45 quais salientou as reivindicações e também apresentaram propostas de
46 acréscimo ao relatório, que hoje será apresentado, foi superimportante estas
47 reuniões em conjunto, pois aconteceu um diálogo interessante, entre as propostas
48 para o Plano Diretor e as propostas de ações voltadas para o financeiro. Enfim
49 pode-se concluir que, estas reuniões só vieram contribuir mais com dados para
50 ser incluídos no relatório, foi portanto, uma oportunidade para estes setores
51 colocarem as suas idéias, fortalecendo as outras reuniões que aconteceram no
52 ano passado; continuou afirmando que o documento enviado é preliminar, que
53 deve ser incorporado dados técnicos. Em seguida Marcus Vinicius técnico do
54 IMPUP, que iniciou com a apresentação do macrozoneamento, pois ele vai
55 crescendo com maturidade. É uma proposta que “casa” com as que já existem,
56 falou sobre as situações ocupadas com características ambientais que devem ser
57 preservadas. A partir do macro vai se englobando várias situações, as quais foram
58 divididas em várias regiões. Após a fala de Marcus iniciou-se as apresentações: a
59 primeira apresentar as propostas sobre: as *Mudanças Climáticas* foi a arquiteta
60 Tatiane; ressaltando sobre a situação ambiental, e que deve-se planejar Palmas
61 para que ele se torne mais resiliente, com relação a infraestrutura verde, tendo
62 todas áreas conectadas com áreas verdes protegidas, para se ter um clima mais
63 ameno. A arquiteta Ariela apresentou sobre o *Meio Ambiente*, ressaltando que as
64 estâncias e os mananciais alguns já prejudicados, por isto é importante criar

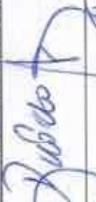
65 corredores verdes ao longo da TO e outras regiões, para servir de um limite,
66 visando a conservação destes mananciais, valorizar os destinos turísticos e sítios
67 arqueológicos, aqui existentes. O arquiteto Robson apresentou sobre o
68 *Macrozoneamento*, falando sobre os eixos estruturantes que estão previstos no
69 Plano Diretor de 2007, é o que está sendo revisto; a arquiteta Claudia reafirmou a
70 necessidade de investir na área central, trazer a vida pública tendo a ideia de
71 vivência, precisa movimentar esta área, e trabalhar com estas centralidades ou
72 seja pensar na parte econômica. Sr. Robson afirmou que, sobre a área da região
73 sul, o quanto é importante estar atento. A sra. Raryane falou sobre a situação
74 econômica, o quanto é importante fortalecer a área econômica destas regiões. A
75 arquiteta Joseisa apresentou o eixo *Mobilidade Urbana*, demonstrando a
76 importância de se investir, para facilitar o acesso, tanto dos veículos como dos
77 pedestres. Afirmou que a mobilidade urbana segue na linha da sustentabilidade.
78 O arquiteto Lucio, apresentou o tema: *contextualizando as políticas de habitação*
79 *e da Regularização Fundiária*, apontando 04 diretrizes que constam no
80 documento encaminhado a vocês; O arquiteto Alexandre apresentou sobre os
81 *Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos*. A arquiteta Vanessa apresentou
82 sobre a *Paisagem Urbana*, tema novo a ser inserido na Revisão do Plano Diretor,
83 expôs a definição do que é considerado Paisagem Urbana: “tudo o que nosso
84 olhar alcança, também o que a gente vê e o sentimento de pertencer a este
85 lugar” considera –se Paisagem Urbana. Foram considerados 7 itens sobre esta
86 Paisagem Urbana de Palmas; Após a última apresentação Sr. Ephim Shluger
87 informou sobre o plantio de árvores, dia 21 de setembro nas áreas de Condomínio
88 Residencial Copacabana e em torno da Escola Municipal Tamandaré na 1306
89 Sul, convidamos a todos e solicitamos que divulguem para que haja uma
90 participação da comunidade. Ao término das apresentações Sr. Presidente
91 Ricardo Ayres apresentou a dinâmica a ser seguida para a apresentação dos
92 destaques sobre as apresentações feitas, as quais serão então, inseridas no
93 relatório, que cada um deve fazer os seus destaques e em seguida se for
94 necessário os técnicos farão os esclarecimentos. O Sr. Presidente Ricardo Ayres
96 fez uma explanação dos destaques apresentados pelos membros da
97 Comissão: Incluir no relatório a necessidade de se ter uma lei que garanta,
98 também a sustentabilidade da agricultura urbana, hoje muito divulgada e
99 incentivada; foi sobre o corredor verde, tendo como nome, “Infra estrutura Verde”,

100 ficando portanto um encaminhamento para que seja feito estudos mais
101 detalhados sobre o nome e uma divulgação ampla para que realmente seja
102 conhecido e entendido pela população; enfatizou que um dos destaques
103 levantado e que deve ser discutido aqui com maior profundidade é sobre:
104 “formação de bancos de lotes”, a qual foi apresentada por Lucio, que sobre esta
105 proposta, deve ser discutida e definida no momento em for apresentar os
106 instrumentos a serem utilizados, para efetivação desta proposta., que compõe a
107 Política habitacional, discutida aqui no Conselho. Passou a palavra para o
108 Conselheiro Sr. Daybson Dias de Souza, representante do Sindicato dos
109 Engenheiros Arquitetos e Geólogos – SEAGETO, que ressaltou sobre o corredor
110 verde, aqui citado, que deverá assegurar a proteção e preservação das áreas
111 verdes, portanto é necessário, ficar atento, para que não haja mesmo, uma
112 invasão de áreas, ainda ressaltou a importância da participação da Câmara dos
113 vereadores, pois se discute, quando o projeto chega lá, eles querem alterar por
114 falta de conhecimento, nem que seja como participante para ouvir as
115 apresentações técnicas, como forma de subsidiar as discussões que lá são feitas,
116 para que o projeto, possa ser votado com segurança, lembrou e afirmou sua
117 concordância sobre o que foi exposto pela arquiteta Vanessa em relação a LO2,
118 lá tem 3 faixas de rolamento, ao estacionar impede o trânsito, o ideal seria
119 construir uma baía para estacionar, fomentar sim mas não criar outro problema. A
120 Sra. Joseisa, ressaltou que foi, discutido e aprovado aqui, uma apresentação
121 pelos técnicos na Câmara Municipal, sobre a Revisão do Plano Diretor para
122 conhecimento, apoiando a fala do Sr. Daybson; Sr. Presidente concorda, e expõe
123 que isso é importante, mas temos que entender, que o papel da Câmara é avaliar
124 o que foi discutido, isso vai garantir uma avaliação mais detalhada. Sr. Marcino
125 Pereira Lima, representante da Federação Tocantinense das Associações e
126 Entidades Rurais do TO – FAERTO, observa sobre o nome “Infra estrutura
127 Verde”, o qual deve ser mesmo olhado com atenção, falou sobre a o tema da
128 saúde, que deve ser implantado Postos de saúde nas áreas rurais, já existe, mas

129 é necessário pensar, pois não vi nenhuma proposta para esta implantação,
130 ressaltou sobre o transporte na TO, deve ter as vias vicinais ao Leste e ao Oeste,
131 como forma de garantir a segurança das pessoas que andam por ali, sobre o
132 plantio de árvores devem buscar as que são compatíveis com o nosso clima. Em
133 seguida Sr. Presidente passou a palavra para Sr. Ephim Shluger, que ressaltou
134 sobre a afirmação dos Termos Técnicos a serem acrescidos no relatório a ser
135 apresentado na audiência, parabenizou as apresentações, as quais retrataram
136 tecnicamente os dados sobre a Revisão do Plano Diretor. e agradeceu a todos
137 pelo envolvimento e comprometimento. Sr. Presidente encaminha a votação
138 conforme prevê o regimento; texto base que foi apresentado, com exceção do
139 que foi colocado em destaque por alguns conselheiros, quem quiser se
140 manifestar, deve fazer agora, como ninguém se manifestou ao contrário, foi então
141 aprovado o *Texto Base*; fica então definidos a inclusão dos destaques, aqui
142 apresentados no início da nossa reunião que foram incluídos no relatório, após a
143 reunião da Comissão realizada dia vinte e nove de agosto e as informações aqui
144 levantadas. Se alguém que queira se manifestar a palavra ainda está aberta, Sr.
145 Presidente lembrou que, a Terceira Audiência Pública para apresentação do
146 Relatório preliminar de Diretrizes e Propostas, acontecerá dia 23 (vinte e três) de
147 setembro de dois mil e dezessete, de 08:00h as 15:00h, e será na Escola
148 Municipal de Tempo Integral Padre Josimo, reafirmando a importância da
149 participação de todos, e não tendo mais assunto de pauta, agradeceu a presença
150 de todos e encerrou a reunião, e eu Maria Fátima Viana Brasileiro lavrei a
151 presente ata, que também será anexada a lista de presença dos participantes e
152 todo o material do relatório preliminar de diretrizes e propostas, aqui
153 apresentados.

2.2 LISTA DE PRESENÇA


PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK -CENTRO

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais	Titular- 		
		Suplente- 		
		Titular-		
02	Secretaria Municipal de habitação	Suplente 	vanssamit@gmail.com	9.8144-0260
		Titular- FABIO FORTIZ BOBES	Fabio Fortiz Bobes @Gmail.com	
		Suplente-		
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte	Titular-		
		Suplente- 		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	TITULAR	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Titular			
		Suplente- <i>Monteiro</i>		<i>DRE_SOM@cam.pal</i>	<i>(63) 99201 1726</i>
05	Secretaria Municipal de Finanças	Titular- <i>Foto Marciano Junior</i>	<i>MA</i>	<i>joao.marciano@palmas.to.gov.br</i>	<i>75402 4007</i>
		Suplente-			
06	Fundação Municipal do Meio Ambiente	Titular- <i>Everaldo Moura</i>	<i>Everaldo Moura</i>		
		Suplente- <i>Adriano Silva Pinto</i>	<i>Adriano Silva Pinto</i>	<i>PINTO.ADRILIA@GMAIL.COM</i>	<i>(63) 919 202 0253</i>
07	Secretaria Municipal da Casa Civil	Titular- <i>Adin Gentes Gentes</i>	<i>Adin Gentes Gentes</i>	<i>adin.gentes@palmas.to.gov.br</i>	<i>(63) 98105005</i>
		Suplente <i>Wanderilson Ricardo Mendes</i>	<i>Wanderilson Ricardo Mendes</i>	<i>WRATOCANTINS@GMAIL.COM</i>	<i>99245-6340</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

08	Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil	Titular- <i>VENICIUS ROCHA CHAVES</i> Suplente-	<i>VENICIUS.ROCHA@GMAIL.COM</i>	<i>63.989562649</i> <i>63.999174034</i>
09	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IMPUP	Titular- <i>EPHIM SHLUGER</i> Suplente- <i>ROSEAN FREITAS COELES</i>	<i>ESHUGER@GMAIL.COM</i> <i>ROSEANFREITASCOELES@GMAIL.COM</i>	<i>99.229.8834</i> <i>311-0904</i>
10	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Suplente- <i>CHAUDENNE ROSELYNE SOARES</i>	<i>CHAUDENNE.ROSELYNE@MUNICIPAL.COM.BR</i>	<i>3384-2422</i>
11	Procuradoria Geral do Município	Titular- <i>Hirtillo Ricardo Pinto Passos</i> Suplente <i>Publio Borges Almeida</i>	<i>hirtillo.ricardo@gmail.com</i> <i>publio.borges@gmail.com</i>	<i>99937 9004</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas

LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK –CENTRO

12	Instituto Social do Tocantins – ISTO	Títular-			
		Suplente-			
13	União Nacional por Moradia Popular	Títular-			
		Suplente-			
14	Associação dos Sem Teto do TO – ASTET	Títular-			
		Suplente-			
15	Instituto Comunitário do TO –ICOM-TO	Títular-			
		Suplente-			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK -CENTRO

16	Federação Tocantinense das Associações e Entidades Rurais do TO - FAERTO	Titular- MARCULO PEREIRA LIMA Suplente-	peresiodina.to@outlook.com	99761722
17	Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do TO - SEAGETO	Titular- DAYSEON DIAS DE SOUSA Suplente-	DAYSEON32@HOTMAIL.COM	98114-5974
18	União Geral dos Trabalhadores no Estado do TO - UGTO	Titular- Suplente		
19	Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA	titular Suplente-		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK -CENTRO

20	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do TO – SINDUSCON	Titular-			
		Suplente-			
21	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Adm de Imóveis e Condomínio Residenciais e Comerciais do TO – SECOVI	Titular-			
		Suplente-			
22	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do TO - CREA	Titular-			
		Suplente-			
23	Associação Engenheiros Ambientais do TO – AMBTO	Titular			
	Universidade Federal do Tocantins -UFTO	Suplente			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIAO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK -CENTRO

24	Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA	Titular-			
		Suplente-	Anderson Franch Charg.	andersonfranch@ceulpedu.br	981325415
25	Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB	Titular-			
		Suplente			
26	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAUTO	Titular-			
		Suplente-			
	28 Secretaria de Governo	Titular:	J.R. Coimbra		
		Suplente:	Raimundo Parente	parente.raimundo@palmas.to.gov.br	999190468